

Callipole

Revista de Cultura

N.º 1/1993

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Dr. Josué Almeida Bacalhau

DIRECTOR

Dr. Francisco Chagas

COORDENADOR/SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

Dr. Manuel Inácio Pestana

CONSELHO DE REDACÇÃO

Dr. João Tavares

Dr. Joaquim Saial

Dr. Joaquim Torrinha

Dr. Manuel Inácio Pestana

Prof. Doutor Olívio Caeiro

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa

EXECUÇÃO GRÁFICA

Artecor, Lda.

MAQUETE

José Azeitona

Tiragem: 1500 exemplares

Depósito Legal: 68004/93

ISSN: 0872-5225

Periodicidade: Anual

Colaboração solicitada.

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

SOLICITA-SE PERMUTA - ON PRIE L'ECHANGE - EXCHANGE WANTED.

CALLIPOLE Revista de Cultura. Vila Viçosa, 1992.
Callipole. Revista de Cultura/Director, Francisco Chagas,
Coordenador, Manuel Inácio Pestana.
N.º 1 (1993). Vila Viçosa.
Câmara Municipal de Vila Viçosa - 1993 -; il. 18 cm
Anual
ISSN. 0872-5225
I. CHAGAS, Francisco -, Dir.; II - PESTANA, Manuel Inácio -,
Coord. 1. Estudos Regionais.

A Revista de Cultura CALLÍPOLE, assinala de forma marcante mais um passo em frente na cronologia das publicações de índole cultural, editadas pela autarquia Calipolense.

Assumindo-se como espaço privilegiado de encontro dos mestres do Mundo das artes e letras, proporcionará um debate alargado, onde a experiência se alia ao saber, numa visão de factos históricos de temática diversificada, com raízes em Vila Viçosa.

Pretende-se um projecto convergente de todas as tendências de cariz eminentemente cultural, em torno de Vila Viçosa, ramificando-se amiúde pelo Alentejo, desprovido de qualquer ambição sensacionalista, mas, ocupando um espaço único e reservado, que lhe pertence por inteiro. Levantando ligeiramente o véu, dir-se-á que a Revista de Cultura CALLÍPOLE, ombreará com o que de melhor se publica, no género, no nosso País.

E assim sendo, de Vila Viçosa para todo o Alentejo, e se mais longe os laços se estenderem, honra e glória seja concedida a tão ilustres colaboradores.

De forma reconhecida, agradeço a colaboração dos autores.

O Vereador do Pelouro da Cultura

Dr. Francisco Chagas

Primeira Página

CALLÍPOLE - *Revista de Cultura* é uma iniciativa que a Câmara Municipal de Vila Viçosa se propôs concretizar, visando preencher um espaço cultural irradiante de uma terra que foi, e continua sendo, inspiradora de pensadores, escritores e artistas, e pátria de gente ilustre que deixou nos caminhos da história e da cultura sinais de marcante evidência.

CALLÍPOLE - palavra evocativa do saber humanista do eborense André de Resende e da calipolense Públia Hortênsia e seus pares - será o novo areópago das letras, das artes, da ciência e da cultura do nosso tempo, da história e da vida. Nele se espera tomem assento todos quantos com seu saber e experiência queiram debruçar-se sobre os problemas do passado, do presente e do futuro que se definem, não só em torno de Vila Viçosa, a antiga Callipole - decerto com espaço privilegiado - mas também em todo este Alentejo Entre a Ossa e o Guadiana.

Certamente se tornará este projecto mais claro e definido à medida que vá prosseguindo o caminho agora iniciado, servindo culturalmente Vila Viçosa e a região, que o mesmo é servir a Cultura e a Memória do país que somos.

Aparecerá uma vez por ano, sem aparências ambiciosas, mas com a qualidade possível e com dignidade à altura do compromisso que o seu próprio título impõe e Vila Viçosa hoje exige e merece. Tudo se fará nesse sentido, confiantes na compreensão e no apoio da grande audiência regional e nacional a quem se dirige.

Aqueles que, correspondendo ao nosso apelo, se dignaram estar presentes neste primeiro número com a sua prestigiosa e qualificada colaboração e aos que já nos garantiram interessantíssimos originais para o próximo número, endereçamos os mais expressivos agradecimentos por esse apoio, sem o qual, de nenhum modo, seria possível dar estes audaciosos primeiros passos.

Esperamos também encontrar uma audiência compreensiva que saiba com a adequada palavra crítica incentivar-nos a fazer mais e melhor.

Manuel Inácio Pestana

Tempo de História

D. Jaime de Bragança e a Epopeia de Azamor

*Joaquim Chorão Lavajo**

A Casa de Bragança acompanhou sempre e activamente a gesta dos descobrimentos e da expansão portuguesa e contribuiu empenhadamente para o encontro de culturas decorrente desse processo, para nós dignificante, a todos os títulos. É esta uma vertente da história da prestigiosa instituição que, no âmbito das celebrações ora em curso, não pode ser olvidada. O presente estudo, que pretende ser o primeiro de uma série, é uma evocação histórico-literária do duque D. Jaime que, apesar dos enigmas que ensombraram a sua existência, foi um dos que mais decisivamente contribuíram para a implantação da Casa de Bragança, num momento particularmente difícil da sua história, e para o engrandecimento da mesma, de Vila Viçosa e de Portugal.

1. Azamor abre-se a Portugal

A conquista de Azamor insere-se no contexto manuelino de cruzada contra os mouros magrebins, com os quais D. João II, alterando a política desenvolvida pelo *Africano*, tinha estabelecido relações de carácter quase exclusivamente comercial. O objectivo de D. Manuel consistia em alargar o domínio político às regiões da Duquela e da Enxovia, antecipando-se assim aos espanhóis, que, desde finais do século XV, tentavam controlar aquela zona, actuando especialmente nas proximidades da Grã-Canária, com a instalação em Santa Cruz do Mar Pequeno.

Em 1504, essa presença incómoda fez-se sentir mais fortemente em Agadir, o que levou o Rei Venturoso a autorizar João Lopes de Sequeira, feitor de Meça, a construir a fortaleza de Santa Cruz de Cabo de Guer. Nos anos seguintes, os portugueses estabeleceram-se solidamente em Safim, Aguz e Castelo Real.

A partir de 1507, os olhos de Manuel voltaram-se para Azamor, cidade situada a 75 Km a sudoeste de Casa Blanca, na margem esquerda do rio Morbea (Umm al-Rabi'), a dois quilómetros da foz. No coração da zona cerealífera marroquina, Azamor era também cobijada pelo facto de o seu rio ser extraordinariamente rico em peixe, principalmente em sável. Este peixe, pescado entre os meses de Dezembro e Março, era secado e comercializado, depois de lhe ter sido extraído o precioso óleo com que era iluminada a cidade.

A rebeldia em se submeterem ao domínio de Marráqueche e a divisão interna em facções políticas inconciliáveis haviam levado "os cabeceiros e a alcabilla de Benrave, com toda a

* Professor da Universidade de Évora.

cidade de Azamor" a escrever a D. João II, através do cavaleiro João Fróis e do escudeiro Martim Reinel, solicitando o seu apoio em troca da aceitação da sua soberania. Nos termos do documento, manifestavam-se "todos acordados, e determinados com boas vontades, desejos e propósitos de vos tomar por senhor"⁽¹⁾.

Depois de várias solicitações, o monarca português aceitou exercer a soberania e protecção da cidade de Azamor. As cláusulas do acordo eram as seguintes, por parte dos azamorense:

- tributo de 10.000 sáveis anuais;
- livre entrada e saída dos navios portugueses no rio Morbea;
- isenção dos encargos alfandegários das embarcações reais;
- acolhimento favorável dos feitores e mercadores portugueses e seus serviçais e instalação condigna dos primeiros, com espaços amplos e adequados para guardarem as mercadorias que teriam de transaccionar⁽²⁾.

Por sua parte, os portugueses comprometiam-se a proteger os navios dos azamorense bem como a interceder junto dos reis católicos e de outros reis europeus para fazerem outro tanto.

O primeiro feitor de Azamor foi Martim Reinel, que se manteve no cargo até 1501 e que, em 1497, veio a Portugal, acompanhado do mouro Anácar, para impetrar ao rei D. Manuel a confirmação do acordo firmado pelo seu antecessor⁽³⁾.

2. A caminho da ruptura

Cedo começaram os compromissos a ser quebrados por ambas as partes. Os azamorense atacavam os barcos portugueses e suspenderam o pagamento do tributo estatuído. O clima de instabilidade que então se instalou envenenou as relações de paz e amizade e induziu o nosso rei a pensar na integração política daquela cidade no reino de Portugal.

Receosos do que poderia acontecer, os moradores de Azamor solicitaram ao rei português a renovação do acordo, o que veio a acontecer em 1504, sem que tivessem desaparecido as desconfianças de parte a parte.

Conhecemos iniciativas portuguesas conducentes ao reconhecimento do terreno e da situação política dos moradores de Azamor. Em 1507, foi enviada uma esquadriha de três caravelas e um navio de remo em viagem de reconhecimento das barras dos rios de Azamor, Mamora, Salé e Larache. Comandada por D. João de Meneses, essa pequena armada integrava, entre outros, D. Duarte Darmas, que fez a descrição pictórica dos rios, cidades, e terras adjacentes, e Sebastião Rodrigues Bérrio, que descreveria ao rei a situação social da cidade de Azamor, com as oposições internas dos seus grupos políticos. Este comerciante e navegador trouxe também consigo a promessa do apoio azamorense aos portugueses, expressa pelo regedor Mulei Zeião, e a vontade de novamente se submeter à soberania portuguesa, manifesta por um baixo assinado, de que aquele mercador português foi portador⁽⁴⁾.

Estas informações incentivaram ainda mais a formação de um plano de conquista da cidade. Com esse objectivo, no dia 26 de Julho de 1508 largava a barra do Tejo uma armada que, depois de reforçada na sua passagem por Lagos, integrava 60 navios, com um efectivo militar de 2.500 homens, muitos dos quais nobres. A armada era novamente capitaneada por D. João de Meneses, coadjuvado pelo conde de Tentúgal, por D. João de Mascarenhas, como capitão dos ginetes, por Cristovão Leite e Gaspar Vaz, como comandantes de ordenança, e por Rodrigues Bérrio, como piloto geral. Como barco de apoio para transportar os mantimentos, foi seleccionado o Zambuco.

Esta empresa constituiu um fracasso para a armada portuguesa. Ao contrário do que inicialmente se esperava, os azamorense, liderados por Mulei Zeião, resistiram valorosamente às investidas dos portugueses, que não conseguiram entrar na barra do Morbea, devido aos bancos de areia aí depositados. Muitas vidas humanas aí foram sacrificadas, e barcos destruídos, entre os quais o Zambuco, que ficou mergulhado nas areias⁽⁵⁾, como relíquia da desventura portuguesa, ainda hoje gostosamente evocada pelos guias locais.

Não desistiu D. Manuel da conquista da cidade do Morbea, que ele considerava a chave da porta de acesso aos reinos de Fez e Marrocos, como explicitamente afirma na carta que escreveu ao Papa Leão X:



Carvalho Antunes Leonil Florentinus delin.

M. Aubert sculp.

“Considerando nós, beatíssimo Padre, quão honrada empresa é a conquista do reino de Fez e de Marrocos, em que sempre trabalhâmos, e que a principal chave para isso era a cidade de Azamor...”⁽⁶⁾.

3. D. Jaime entra em cena

A partir de 1509, recomeçaram os preparativos para uma nova e mais séria empresa bélica. Cartas régias de 5, 6 e 23 de Março desse ano, escritas em Évora, dão-nos conta do projecto⁽⁷⁾ de confiar ao duque D. Jaime de Bragança a chefia do empreendimento. Também nesse ano não foi possível concretizar o projecto.

Logo que D. Manuel subira ao trono, pensara chamar para o reino o seu sobrinho D. Jaime, que, havia 15 anos, se encontrava no exílio, com todos os seus familiares. Esse exílio tinha-lhe sido imposto na sequência da condenação que o Tribunal da Corte, presidido por D. João II, infligira a seu pai, D. Fernando, o 3.º duque de Bragança, barbaramente sentenciado na Praça Grande de Évora, a 28 de Agosto de 1484. Nessa altura, tinha o futuro duque apenas quatro anos de idade.

Por carta de 26 de Abril de 1496, o rei chamou, de facto, todos os Braganças exilados, tratando o sobrinho por “duque”. Na carta de confirmação, de 13 de Junho do mesmo ano, restitui-lhe o senhorio e os bens da Casa de Bragança, à excepção da vila de Ourém. Com os bens, recuperou os títulos de duque de Guimarães, marquês de Vila Viçosa e conde de Barcelos, Ourém, Neiva e Arraiolos. O texto é explícito:

“D. Manuel... a quantos esta nossa carta virem fazemos saber, que considerando nós o grande devido, que connosco têm D. Jaime, Duque de Bragança, e de Guimarães, etc... acordamos com Concelho dos Grandes, e prelados destes nossos Reynos de os mandar vir para elles, e tornar ao dito Duque sua fazenda...”⁽⁸⁾.

Caetano de Sousa refere as razões que levaram D. Manuel a confiar ao Duque de Bragança a empresa da conquista de Azamor:

“Era a pessoa do Duque de Bragança tão grata a El rey pelo parentesco, como pelas virtudes, que nelle observava; porque nelle entre outras luzia a prudencia, sciencia, e valor, com huma inclinação militar, que o distinguia, e com toda aquella sciencia, que podia adquirir na especulação hum Principe pela sua curiosidade, e talento. E querendo El Rey, que o Duque deixasse no Mundo glorioso nome pela experiência, que delle tinha, determinou no anno de 1513 pôr em execução a ideia, que havia formado de conquistar a cidade de Azamor em África, Praça e porto celebre nas prayas do Atlântico na Mauritania Tingitana... e para esta grande empreza elegeo por General ao Duque de Bragança entre Capitães tão benemeritos pelo valor, pela experiência que naquelle tempo concorrião acreditados já na guerra de África”⁽⁹⁾.

Outros autores apresentam como razão próxima da escolha a necessidade que o Duque sentia de se redimir perante a opinião pública do labéu de assassino da Duquesa D. Leonor de Mendoça e seu suposto amante, António Alcoforado, em 2 de Novembro de 1512, o que o levou a oferecer os seus serviços ao Rei⁽¹⁰⁾. Não se trata de razões incompatíveis; pelo contrário, elas são conciliáveis.

4. Preparativos da conquista

O contingente militar então organizado para a empresa africana fazia prever as maiores venturas para as armas portuguesas⁽¹¹⁾. Propomos a seguinte estimativa:

- 400 velas⁽¹²⁾, incluindo náos, fragatas, caravelas e outras embarcações ligeiras e de transporte;
- 18.000 infantes;
- 2.500 cavaleiros;

Cerca de uma quinta parte das forças (3.000 soldados de infantaria e 500 cavaleiros) foram equipados pelo duque de Bragança e 2.000 homens iam a soldo do rei. O Cronista faz uma listagem extensíssima dos nobres que integraram a armada. Dela respigamos apenas alguns desses nomes ilustres: D. João de Meneses, antigo aio e governador da casa do Príncipe D. Afonso, que ia a Azamor pela segunda vez, fora investido do cargo de

Capitão Geral, com o poder substituir D. Jaime, em caso de emergência; D. Rodrigo de Melo, conde de Tentúgal e depois marquês de Ferreira; D. Vasco Coutinho, conde de Borba e seu filho, D. Bernardo, alcaide-mor de Santarém e Almeirim; D. Francisco de Portugal, futuro conde de Vimioso; D. Fernando de Noronha, filho herdeiro de D. Sancho de Faro, 3.º conde de Odemira; D. Luís e D. Henrique de Meneses, respectivamente filho e neto do conde de Tarouca; D. João Lobo, filho do barão de Alvito; João Gonçalves da Câmara, filho do capitão-donatário da Madeira; D. Aleixo de Meneses, filho do conde de Cantanhede, aio de D. Sebastião; o célebre navegador Fernão de Magalhães, que lá permaneceu 10 meses; e ainda Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Reino do Algarve, que ia provido do cargo de capitão-governador da cidade de Azamor⁽¹³⁾.

No intuito de arregimentar pessoal para a campanha de Azamor, D. Manuel tinha perdoado, em 4 de Julho de 1513, todos os crimes de dívida e outros a quantos quisessem alistar-se na armada do Duque.

D. Jaime fora investido como capitão-mor da armada por patente real de 3 de Agosto de 1513, que reza assim:

"Dom Manoel & c. fazemos saber a vós Capitaens, Fidalgos, Cavaleiros, e todas outras pessoas de qualquer estado, e condição que sejam, e toda a gente, que enviamos em esta Armada, que nós pela grande confiança, que temos do Duque de Bragança, e de Guimaraães, meu muito amado, e presado sobrinho... o encarregamos da Capitania mór, e geral de toda a dita Armada com a qual Capitania lhe damos todo o nosso comprido poder, e alcançada, sobre toda a gente de dita Armada, e Exercito de qualquer estado, e condição que seja pera della uzar, como nós propriamente fariamos"⁽¹⁴⁾.

Já antes, em 29 de Março de 1513, D. Manuel havia escrito ao arcebispo de Braga e a outros bispos, entre os quais o de Évora, pedindo-lhes para apoiarem o Duque de Bragança, que ia enviar em uma missão "as partes dalleem com certa soma de gente de cavallo por tempo de hum ano", sem lhes dizer concretamente qual o objectivo dessa missão. O apoio solicitado era bem preciso:

"... porque auemos por mui certo que nas tais cousas folgares que os vossos nos sirvam receberemos de vos em prazer e muito serviço nos queredes pera esta jda servir com aquella gemte de cavallo que bem poderdes asy aparelhada em cavalgada e armada..."⁽¹⁵⁾.

O mesmo pedido receberiam os juizes de várias cidades, vilas e lugares do Reino para, além disso, entregarem cartas de convocação a fidalgos, cavaleiros, escudeiros e criados do Rei⁽¹⁶⁾.

O verbo inflamado de Gil Vicente foi posto ao serviço da nova empresa africana, dedicando-lhe a tragicomédia *Exaltação da Guerra*, como uma proclamação da dupla dimensão religiosa e política, para ser representada nas vésperas da partida da armada, no Paço da Ribeira.

*Avante, avante, Senhores,
Pois com grandes favores
Todo o Céu vos favorece:
El-Rei de Fez esmorece
E Marrocos dá clamores...
África foi de cristãos,
Mouros vo-la tem roubada.
Capitães pondelh'as mãos,
Que vos vereis mais louções
Com famosa nomeada...
Avante, avante, Senhores!
Que na guerra com razão
Anda Deus por capitão.
Sua Alteza determina
Por acrescentar a fé,
Fazer da mesquita Sé
Em Fez por graça divina.
Guerra, guerra mil continua
He sua grande tenção"*⁽¹⁷⁾.

De acordo com o espírito religioso da época, a partida da armada foi precedida de actos religiosos, em que participaram todos os intervenientes e outras forças vivas de Portugal. El-Rei D. Manuel, acompanhado do Duque de Bragança, dos nobres, do arcebispo de Lisboa, dos bispos da Guarda, Viseu e Safim, do Dom Abade de Alcobaça e de todos os oficiais da armada, assistiu à Missa, no fim da qual o arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa, benzeu, sobre o altar de S. Vicente, o estandarte real, que entregou ao Duque. Este, por sua vez, colocou-o nas mãos do rei, que lho restituiu com palavras repassadas de afecto e encorajamento, para ser definitivamente confiado ao seu alferes.

No final dessa cerimónia, todos os capitães, nobres e outras pessoas de distinção acompanharam o Duque D. Jaime e dirigiram-se ao Paço Real para se despedirem do Rei, da Rainha e dos Príncipes. Era o dia 14 de Agosto, vigília da festa da Senhora da Assunção. Por razões imprevistas, a armada permaneceu mais quatro dias na barra do Tejo.

Do que foi o clima de exaltação patriótica durante esses dias de expectativa dá-nos conta o cronista Damião de Góis ao afirmar:

"Hos quæ capitães vinhã per gyros, cada dia com hos seus mil homes dar mostra a elRei, no Terreiro dos Paços da Ribeira, onde faziam seus caracoës, cunhas, quadras e coroa's, tão boa ordem quomo se ho usarão por todo ho discurso de suas vidas"⁽¹⁸⁾.

5. Uma gesta inolvidável

A expedição fora preparada com base em três grandes contingentes: os de Lisboa, Faro e Lagos. Ao de Lisboa juntou-se, na passagem, o de Faro, no qual estavam integrados nomes como os de Rui Barreto, provedor do reino do Algarve, o conde de Borba e capitão de Arzila, D. Bernardo Coutinho, com os seus cavaleiros, e muitos outros. O contingente de Lagos já tinha partido no dia 17 de Agosto. Mantidos no maior segredo, os objectivos da empresa só foram revelados a todos os participantes no dia 22, já em plena viagem. Até aí, uns pensavam que se dirigia para Larache ou Salé; outros, para Mamora, com destino a Fez; outros, para Tetuão, perigoso ninho de piratas:

*Onde per ele lhes foi declarado
toda a tençam del rrey seu senhor,
que foi emvialo sobre Azamor
pola maldade do erro passado"⁽¹⁹⁾.*

Se a viagem não foi fácil, menos ainda o foi o desembarque. O nevoeiro e o assoreamento da barra do Morbea obrigaram a armada a atracar a 16 quilómetros ao Sul, na baía de Mazagão, para regressar no dia 1 de Setembro, parte por terra e parte por mar, em direcção a Azamor. O avanço maciço e imponente das tropas portuguesas provocou o pânico na cidade, tal como já o provocara ao longo da costa africana por onde passara. Azamor apressou-se a pedir reforços do exterior e, pela calada da noite, a evacuar velhos, mulheres e crianças.

A luta só eclodiu na manhã do dia 2 de Setembro, com a conjugação das forças portuguesas de mar e terra. Apesar do denodo e persistência com que os azamourenses responderam, acabaram por ter de abandonar a cidade durante a noite seguinte, pois não chegaram os esperados apoios externos e o seu capitão, Cid Mançor, fora atingido por um tiro dos portugueses. Na precipitação confusa da fuga, morreram cerca de 80 mouros, atropelados e asfixiados nas portas da cidade.

*"Os mouros de dentro, que vyram crescer
seu mall, e seu dano, sem bem esperar,
com grande temor de vidas perder
leyxaram cidade por vidas salvar.
Fugindo sem tento, com tal pressa dar,
quo sayr da porta muytos se matauam,
os pays polos filhos se nom esperauam,
molher por marido podia agoardar"⁽²⁰⁾.*

A manhã do dia 3 de Setembro surgiu radiosa para as hostes lusas, que entraram na cidade. Uma das primeiras ordens emanadas do Duque Brigantino foi a da purificação da

mesquita maior. O belo templo de oito naves, de acordo com o ritual das conquistas aos mouros, foi benzido e transformado em igreja cristã e dedicado ao Espírito Santo. Aí foi celebrada missa de acção de graças pela retumbante vitória alcançada sobre os mouros⁽²¹⁾. Não foi fácil a distribuição das casas pelos conquistadores, dado o estado degradado em que quase todas elas se encontravam. Os despojos aí encontrados eram bastante modestos: algumas peças de artilharia, grande quantidade de sáveis escalados e reservas de trigo, em covas.

Ao terem conhecimento do acontecido em Azamor, os habitantes das cidades vizinhas, aterrados, bateram em debandada. O Duque mandou ocupar Tite e Almedina, confiando esta última ao governo de Iheabentafuf, de quem recebeu homenagem em nome do Rei, como tributário. Muitos outros representantes de terras da Duquela e Enxovia acorreram a prestar vassalagem ao Duque.

Para garantir a viabilização sócio-política e económica de Azamor foram instituídos e providos os seus quadros, logo após a conquista: Álvaro de Cadaval foi nomeado almoxarife; Pedro Álvares de Faria, recebedor de mantimentos; Francisco de Almeida, adail⁽²²⁾.

6. A sublimação histórico-literária de D. Jaime e Azamor

A notícia da conquista de Azamor correu célere. D. Manuel recebeu-a em Sintra e apressou-se a participar o acontecido aos arcebispos, bispos, vereadores e procuradores dos mestres, bem como a outras entidades do reino⁽²³⁾.

Houve festas e procissões de acção de graças por toda a parte. Foram atribuídos aos participantes na empresa títulos, honras e bens materiais. O Duque de Bragança viu ampliadas as suas rendas e privilégios; por bulas papais, confirmadas por carta régia de 4 de Maio de 1519, 15 igrejas do seu padroado foram erigidas em comendas da Ordem de Cristo.

A literatura portuguesa da época celebrou a gesta africana como um dos grandes feitos da história pátria.

Gil Vicente, que já antes lhe tinha dedicado, em tom estimulante, a citada tragi-comédia *Auto da Lusitânia*, evoca-a agora no *Auto da Fama*, como a expressão máxima da grandeza de Portugal, convertido em "alferes da Fé e Rei do mar"⁽²⁴⁾.

A Fama Portuguesa, na figura da singela Pastora beirão, em despique amoroso e laudatório com um francês, um italiano e um castelhano, dela profundamente enamorados, opõe às glórias de Castela, proclamadas pelo último, os grandes feitos, que, segundo ela, fizeram da "Portuguesa Fama" a "princesa das famas" e a "flor dos Christãos"⁽²⁵⁾.

*Sabei em África a maior
Flor dos mouros em batalha,
Se se tornarão de palha,
Quando foi na d'Azamor.
E, sem combate,
A trinta legoas dão resgate,
Comprando cada mes a vida;
E a atrevida Almedina
E Ceita se tornou parte⁽²⁶⁾.*

O poeta Luís Henriques, ao cantar epicamente o feito de Azamor, em que apelida o Duque de "ho gram Cessar", exalta-o bem acima de todas as glórias de que os ocidentais se podiam vangloriar:

*Nunca de rroma se vio, nem Espanhas
tam gram capitam, nem mays esforçado,
de rreys infintos parente chegado,
dotado de grandes vertudes, e manhas⁽²⁷⁾.*

João Rodrigues de Sá, senhor de Sever, em estilo épico, evocando a mitologia e os heróis greco-romanos, compara os feitos de D. Jaime aos de Hércules, Alexandre Magno e Aníbal⁽²⁸⁾.

Garcia de Resende sublima, entusiasmado, a imponência da expedição, com especial relevância para o contingente de cavalaria:

*O Duque vimos chegar
A Azamor, logo tomalo,
vimos sobrelle leuar
Mais de dous mil de cavallo
Tantas legoas sobre mar;
Não há nenhuma memória,
Nem se screveo em história,
De tantos cavallos yrem
Sobre mar tão longe e virem
e nam fallo da victoria"⁽²⁹⁾*

Leão X, a quem D. Manuel se apressou a comunicar o sucedido, ao tomar conhecimento da magnitude da vitória, mandou celebrar uma missa, a que assistiram ele próprio e o colégio cardinalício, e convocou um consistório público, em que leu aos cardeais as cartas do rei português. Essa leitura provocou a decisão unânime de celebrar pública e solenemente a vitória das hostes cristãs sobre o Islão. No dia 8 de Janeiro de 1514, o Papa, a cavalo, acompanhado dos cardeais e escoltado pela guarda suíça, dirigiu-se em procissão para a igreja de S. Agostinho, o grande bispo africano do início da *medievalidade*. Aí foi celebrada missa pelo cardeal Pompeo Colona, com uma "elegante oração", evocativa da gesta portuguesa, em que o capelão pontifício, Camilo Porzio, enalteceu o valor de D. Manuel e do duque de Bragança, salientando o seu contributo para o engrandecimento da cristandade e para a acção expansiva e evangelizadora, que permitia augurar a conquista de toda a África⁽³⁰⁾.

O Papa, num Breve de 18 de Janeiro de 1514, refere todas estas celebrações e envia calorosas felicitações ao rei português. A 26 de Março, atribuiu-lhe a *Rosa de Ouro* e, a 29 de Abril, pela bula *Providum Universalis Ecclesiae*, concedia a Portugal o direito de padroado sobre todas as igrejas de África, da Índia e das terras a descobrir.

Em consistório público, Diogo Pacheco discursou sobre a gesta de Azamor, cidade que ele considera "Mauritaniae Urbem loci situ et soli ubertate insignem ac totius regni quasi caput"⁽³¹⁾.

Faz-se eco das celebrações romanas o poeta cómico castelhano, aí residente, Bartolomeu de Torres Navarro, na comédia *Trofea*. Ao fazer o panegírico de D. Manuel, Torres Navarro não esconde o seu espanto:

*Tolomeo te saldrá
Deziendo, que está espantado
De aver aquel Rey ganado,
Lo que el escrito no ha.*

A grandeza do império português é explicitamente evocada pelo poeta:

*Es que debes estimallos
Porque juran en sus ñeys,
Que aora creen ser reys
Siendo de tal Rey Vassallos"⁽³²⁾*

Muitos outros estrangeiros, como Lancellotus Politus e Panormitano, cantaram também o sucesso de Azamor.

Por seu lado, o próprio duque D. Jaime quis immortalizar iconograficamente o seu feito em África. Na carta escrita a D. Manuel, logo após a conquista de Azamor, em que narra a viagem e a gesta africana, o Duque diz enviar uma pintura da mesma, feita por Francisco Danzilho:

"Irá a pintura de isto a V. A. que a mandey fazer a Francisco Dansilha"⁽³³⁾

Não ficou por aqui a evocação pictórica de Azamor. À distância, no espaço e no tempo, foram pintados os monumentais, ainda que grosseiros, frescos que hoje decoram as paredes da escadaria nobre do Paço Ducal de Vila Viçosa. Não conhecemos a data da reali-

zação dessas pinturas. A indumentária situa-as em época bastante posterior a 1513. Segundo José Teixeira, é provável que ainda não existissem a quando das Festas de 1537, mas é certo que lá se encontravam quando o cardeal Alexandrino, em 1571, veio a Portugal e visitou o duque D. Teodósio I no palácio de Vila Viçosa. Para documentar esta afirmação, o mesmo historiador e crítico de arte refere o cronista do cardeal, através da versão de Alexandre Herculano, que diz:

"Dentro dos Paços estão pintadas muitas victorias alcançadas pelos duques de Bragança e, no alto da escada, se vê a tomada de Azamor"⁽³⁴⁾

Este dado histórico é confirmado por uma carta de Jerónimo Bonello, criado do cardeal, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Esse documento identifica a batalha e a pintura nestes termos:

"E la schalla grande e pinta di tutti i fatti formosi che fece il Padre có mori cosa bella da vedere"⁽³⁵⁾.

É, pois, certo que a batalha de Azamor estava representada iconograficamente no alto da escadaria do Paço Ducal, em 1571. Mas, mesmo assim, não é de afastar a hipótese de essa representação não ser a mesma que hoje aí se encontra. O tríptico painel foi repintado e, além disso, mesmo o original pode ter sido precedido por outras pinturas ou tapeçarias⁽³⁶⁾.

7. A caminho do colapso

Conquistada Azamor, D. Jaime considerou terminada a missão de que fora incumbido pelo rei. Antes de regressar ao reino, não quis, no entanto, deixar de fazer o ponto da situação e de apontar os aspectos negativos da expedição azamoriana. Em carta a D. Manuel, queixa-se amargamente de quanto o havia feito sofrer: o "mau aviamento" com que as coisas necessárias haviam sido preparadas; a fome que os soldados tiveram de defrontar e a sede que vitimou muitos cavalos durante a viagem; o orgulho e insubordinação dos fidalgos, que quase fizeram sossobrar a expedição. As palavras do Duque não deixam qualquer margem para dúvidas, tal o seu realismo.

"Isto assi foi o maior trabalho, e afronta, que em toda a minha vida me vi... que non havia gota de sangue em mim que nã fosse tudo peçonha"⁽³⁷⁾.

Maiores do que as dificuldades da conquista de Azamor foram as que se lhe seguiram e haviam de provocar, anos depois, o seu abandono. O pavor causado pelo estabelecimento dos portugueses naquela cidade marroquina provocou a debandade geral das populações do campo, que foram fixar-se noutras regiões mais seguras. Esta debandada provocou a escassez de cereais e, consequentemente a falta de pão para as populações portuguesas.

A conquista de Azamor atçou as iras dos marabutos e chefes religiosos, que exacerbaram os sentimentos dos muçulmanos contra os portugueses, representantes de uma religião que lhes era adversa.

Ao assumirem como elemento impulsionador da implantação política os ideais religiosos islâmicos, os xerifes de Marráquexe atraíram para a sua órbita as populações da Duquela e Enxovia e desencadearam o seu ataque às forças portuguesas, ainda em 1513.

Por razões similares e a partir do Norte, as forças do reino de Fez atacaram também as nossas praças do Sul marroquino, em 1514, provocando um bloqueio total das nossas forças e um corte dos apoios económicos, sobretudo dos cereais e outros mantimentos, que lhes vinham do exterior, através dos mouros de pazes. Estes, além do comércio garantiam o cultivo dos campos de toda aquela região.

A todas estas dificuldades vindas do exterior, juntavam-se as internas, que D. Jaime denuncia nas cartas escritas ao rei, logo após a conquista.

"O meu coração há sido trespassado pelo mau aviamento que trazemos das cousas necessárias; não o poderá crer senão quem vê lançar os bofes, que tal oficial há aí que traz as cousas que não cumprem, que até o porto de Mazagão o não vi... Contudo haja V. A. que eu tenho bebido o derradeiro cális de fadiga de mil maneira... Haja V. A. por certo que ordenar isto assim foi o maior trabalho e afronta que em toda a minha vida me vi e quando acabei de fazer pareceu-me que seria fácil de tomar o Cairo, porque deles não queriam que lhes tomassem os homens de pé, deles não queriam ajuntar-se com ninguém,

dêles buscavam totalas destempêras do mundo, que não havia gota de sangue em mim que não fôsse tudo peçonha, nem tinha outro remédio senão fazer andar os alferes a poder de pancadas e contoadas⁽³⁸⁾.

O não fornecimento de mantimentos por parte dos mouros, mesmo daqueles que estavam do nosso lado, receosos das represálias dos seus correligionários, provocou o mal-estar e a miséria. Esta situação e o perigo sempre iminente de ataques do inimigo, provocaram a debandada de muitos dos nossos homens, principalmente dos de a pé e de alguns nobres. D. Jaime narra tudo isto na 2.^a carta, de 30 de Setembro. Nela solicita ao rei que lhes envie o apoio material necessário à subsistência e que faça justiça a quantos, estando no rol dos convocados, haviam já regressado a Portugal sem sua licença escrita. Para garantir a segurança e permanência dos portugueses no Sul de Marrocos, o Duque apela para a necessidade de construção de uma fortaleza em Mazagão, que, diz ele, é o “melhor porto do mundo e deverá servir de apoio à cidade de Azamor.

Após o regresso do Duque de Bragança a Portugal, aumentaram as dificuldades, não só em relação à manutenção de Azamor, mas também à de todas as praças do Sul marroquino. Essas dificuldades avolumaram-se nos últimos anos do reinado de D. Manuel e projectaram-se pelo de D. João III. Em 1523, já se comprava trigo nos Açores para abastecer as praças marroquinas, incluindo as do celeiro magrebino, isto é, Azamor, Mazagão, Safim e Santa Cruz de Cabo de Guer.

Este rei fez três rondas de consultas a personalidades do reino, respectivamente nos anos 1529-1530, 1534 e 1541. Apesar das dificuldades crescentes, as respostas a essas consultas foram quase todas favoráveis à manutenção e fortalecimento da nossa presença em África. A posição do Duque de Bragança, ainda que eivada de exagerada predilecção por Azamor e Safim, era realista em relação à política geral que Portugal deveria seguir, a da manutenção e fortalecimento de apenas algumas praças africanas. O seu depoimento, datado de 1529, é do seguinte teor:

“O rei de Portugal não é poderoso para acabar a conquista do reino de Fez, se não se tivesse tanto dinheiro que pudesse trazer doutro cabo 50 ou 60 mil homens, com suas casas movidas, para povoar e indo ganhando e edificando e povoando tudo junto; e de meu conselho se não pode fazer doutra maneira, porque de Fez ao mar há trinta léguas de despovoado para todos os cabos, somente para Salé e Mamora está Mequinez, e havia mister, logo que começassem a povoar no sertão, que houvesse da província tanta gente que pudessem resistir a qualquer cerco ou ajuntamento dos mouros que viesse;... O conde de Vidigueira, a meu ver, entendia melhor as coisas da Índia que ninguém e seu voto era que Malaca se vendesse ao rei de Abitão e que Ormuz também se fizesse outro partido, não me lembra que tal, e todas as fortalezas da Índia se derribassem senão Goa e Cochim: Certo que, se no começo deste concerto da navegação lembrara isto, Ceita, Alcácer, Tânger e Arzila, e ficará só com Azamor e Safim, para os quais mui levemente se pudera haver maneira como se sustentassem honradamente e custassem pouco dinheiro e viesse deles proveito ao reino”⁽³⁹⁾.

Diferente era a opinião do nosso épico, que exprimia uma outra perspectiva da opinião popular, favorável à presença em África e crítica em relação ao Oriente:

*“Não tens junto contigo o Ismaelita,
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue ele do Árábio a lei maldita,
Se tu pela de Cristo só pelejas?
Não tens cidades mil, terra infinita,
Se terras e riquezas mais desejas?
Não é ele por armas esforçado,
Se queres por vitórias ser louvado?
Deixas cair às portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despovoe o Reino antigo,
Se enfraqueça e se vá deitando alonge!
Buscas o incerto e incógnito perigo,
Chamando-te Senhor, com larga cópia,
Da Índia, da Pérsia, Arábia e de Etiópia*⁽⁴⁰⁾!

Entretanto tudo se precipitou com a erupção da dinastia xarifina. Em 1541, Mulei Xequé arrebatou a fortaleza de Santa Cruz de Cabo de Guer (Agadir). D. João III, temendo o seu avanço em direcção ao Norte, mandou abandonar Safim e Azamor, em Outubro do mesmo ano, e refazer a fortaleza de Mazagão⁽⁴¹⁾.

Oito anos mais tarde, em 1549, quando Mulei Xequé conquistou o reino de Fez, foram abandonadas as praças de Arzila e Alcácer Ceguer. O Império Português em África ficava assim reduzido a Ceuta, Tanger e Mazagão. As duas primeiras continuariam portuguesas durante mais um século e a última só viria a ser abandonada por determinação do Marquês de Pombal, sob a pressão do sultão Sidi Muhammad ben' Abd Allah, em 1769.

NOTAS

- (1) A.N.T.T., *Livro das Ilhas*, fls. 112^V-113^V; Chancelaria de D. João II, 1 - 4.º, fl. 89^V; cf. DURVAL PIRES DE LIMA, *Azamor; os precedentes da conquista e a expedição do duque Dom Jaime*, Imprensa Lucas e C.ª, 1930, pp. 16-17, n. 1.
- (2) Cf. A.N.T.T., *Livro das Ilhas, l. c.*; Chancelaria de D. João II, 1 - 4.º, fl. 89^V; cf. D. PIRES DE LIMA, *o. c.*, pp. 16-17.
- (3) Cf. A.N.T.T., *Livro das Ilhas*, fls. 40-49.
- (4) Cf. BERNARDO RODRIGUES, *Anaie de Arzila*, ed. de David Lopes, I, Lisboa, 1915, p. 8.
- (5) Cf. DAMIÃO DE GÓIS, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Parte II, cap. XXVII, ed. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1954, pp. 91-94. B. RODRIGUES, *o. c.*, cap. II. D. JERÓNIMO OSÓRIO, *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel, Liv. V, porto, Liv. Civilização*, 1944, p. 260.
- (6) B.N.L., Cód. Alcob. 475; ap. AFONSO DORNELAS, *História e Genealogia*, V, p. 14; *Corpo Diplomático Português*, I, pp. 209-210.
- (7) *Documentos do Corpo Cronológico*, pp. 27-29 e 32.
- (8) A. CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, V, Coimbra, 1942, pp. 77-278.
- (9) ID., *ib.*, IV, p. 291; cf. DAMIÃO DE GÓIS, *o. c.*; Parte III, cap. XLVI, p. 180. D. JERÓNIMO OSÓRIO, *o. c.*, liv. IX, p. 108.
- (10) JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, pp. 22-23.
- (11) Cf. DAMIÃO DE GÓIS, *o. c.*, P. III, cap. ILVI, pp. 179-184.
- (12) Na carta de novas ao Papa, D. Manuel refere cerca de 500; Cf. AFONSO DORNELAS, *o. c.*, V, p. 14; DAVID LOPES, *Os Portugueses em Marrocos*, in "História de Portugal", dir. Damiano Peres, vol. III, Barcelos, p. 512; segundo Leão Africano (*Africae Descriptio*, Liv. II, Lião, 1632, p. 193), seriam apenas 200; segundo Luís Henriques, "eram quatrocentas as velas darmada sobre cinquenta sem huma faltar" (In "Cancioneiro Geral", Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, 1973, p. 105).
- (13) DAMIÃO DE GÓIS, *o. c.*, P. cap. III. A. CAETANO DE SOUSA, *Hist. Gen. Cas. Real Port.*, IV, pp. 294-296; DAMIÃO PERES, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança, Dom Jaime*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1951, pp. 9-10.
- (14) *Patente de D. Manuel*, de 13 de Agosto de 1513, ed. A. CAETANO DE SOUSA, *o. c.*, V, pp. 291-292.
- (15) A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte 1.ª, Março 12, docs 95-99; ed. ANTÓNIO BAIÃO, *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 54-55.
- (16) A.N.T.T., *ib.*, doc. 107; *e. c.*, p. 55.
- (17) GIL VICENTE, *Exortação da Guerra*, vv. 404-582; cf. A. BRAAMCAMP FREIRE, *Vida e Obra de Gil Vicente, Trovador e Mestre de Balança*, Lisboa, 1944, p. 103.
- (18) DAMIÃO DE GÓIS, *o. c.*, III, XLVI, *e. c.*, p. 181.
- (19) Refere-se ao degolamento da primeira esposa a duquesa D. Leonor de Mendonça; Cf. LUÍS HENRIQUES, in "Cancioneiro Geral", *e. c.*, p. 104.
- (20) LUÍS HENRIQUES, *ib.*, pp. 110-111; cf. LEÃO AFRICANO, *o. c.*, p. 83.
- (21) Cf. DAMIÃO DE GÓIS, *o. c.*, III, cap. XLVII, p. 188; D. JERÓNIMO OSÓRIO, *o. c.*, liv. IV, p. 112.
- (22) JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *o. c.*, p. 24.
- (23) Cf. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte 1.ª, Março 13, docs. 56 e 60, *e. c.*, pp. 56-57.
- (24) GIL VICENTE, *Auto da Fama*, in "Obras completas de Gil Vicente", vol. V, Lisboa, Ed. Livraria Sá da Costa, 1944, p. 126.
- (25) ID., *ib.*, pp. 139-140.
- (26) Notar os erros de leitura *rsbate e Tite*.
- (27) LUÍS HENRIQUES, in "Canc. Geral", *e. c.*, p. 103.
- (28) RODRIGUES DE SÁ, in "ib.", pp. 273 e 306-309; cf. A. CAETANO DE SOUSA, *Hist. Gen. Casa R. Port.*, IV, p. 639.
- (29) GARCIA DE RESENDE, *Miscelânea*, Lisboa, Casa da Moeda, 1973, p. 359.
- (30) Cf. A. CAETANO DE SOUSA, *Hist. Gen. Casa R. Port.*, V, p. 305.
- (31) Cf. *Corpo Diplomático Português*, I, p. 208; AFONSO DORNELAS, *o. c.*, IX, p. 14; ap. D. PIRES DE LIMA, *o. c.*, p. 51, n. 2.
- (32) A. CAETANO DE SOUSA, *Hist. Gen. Casa R. Port.*, V, p. 305.
- (33) *Id.*, b., X, p. 54; cf. DAMIÃO PERES, *o. c.*, p. 23.
- (34) Cf. JOSÉ TEIXEIRA, *O Paço Ducaal de Vila Viçosa. Sua Arquitectura e suas Coleções*, Fundação da Casa de Bragança, 1983, pp. 43-45.
- (35) ALEXANDRE HERCULANO, *Opúsculos*, VI, Lisboa, 1888, p. 59. Cit. por JOSÉ TEIXEIRA, *o. c.*, p. 45.
- (36) Ap. JOSÉ TEIXEIRA, *ib.*, p. 45.
- (37) Cf. DAMIÃO PERES, *o. c.*, pp. 22-23.
- (38) *Carta de D. Jaime a D. Manuel*; ap. DAVID LOPES, *Os Portugueses em Marrocos*, pp. 519-520; Cf. D. PIRES DE LIMA, *o. c.*, p. 44; DAMIÃO PERES, *Conquista...*, p. 10.
- (39) ID., *l. c.*
- (40) DAVID LOPES, *A Expansão em Marrocos, e. c.*, p. 71.
- (41) CAMÕES, *Lus.*, IV, 100.
- (42) Cf. BRAAMCAMP FREIRE, "Revista Lusitana", 10, 1907, p. 274; ROBERT RICARD, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Universidade 1955, p. 318.

Evocação da vida misteriosa de Públiã Hortênsia de Castro

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha*

*Ao meu amigo Dr. António Pestana de Vasconcelos,
pelo amor que o enfeuda à história e à arte de Vila Viçosa*

Nunca se me deparou ocasião tão propícia como esta de abordar alguns aspectos da vida da "formosa" calipolense Públiã Hortênsia de Castro .

De facto o sesquicentenário desta Casa de Cultura, que dá pelo nome de Liceu de André Gouveia, e se abrigou durante muitos anos no vetusto e monumental edifício que foi, e felizmente voltou a ser, a Universidade de Évora, traz-nos à mente os grandes nomes do Humanismo no nosso País.

Introduzido este em Portugal, como o demonstrou o Prof. Américo da Costa Ramalho, com a chegada de Cataldo Parisio Sículo, a partir de 1485, é nele que se contém todo o pensamento de uma grande época. (1)

E não só o nome desses homens, como também o fruto do seu pensamento, revive na minha memória que recorda actos de grande tradição nesta Cidade. Na verdade as representações teatrais, tendo como palco a Universidade, faziam comumente parte integrante dos festejos mais pomposos. Assim, na inauguração solene da Universidade em 1 de Novembro de 1559, além do sermão, disputas filosóficas, recitação de epigramas e écloas, surgia sempre o Teatro. (2)

Neste festivo dia fez-se, no Pátio da Universidade, a representação da comédia latina sobre a morte de Saúl — (do Padre Simão Vieira) —, e fez-se a repetição da mesma na Quaresma de 1560, aquando da visita do Cardeal D. Henrique. Do mesmo modo, pela altura da visita do futuro rei D. João IV, ainda oitavo Duque de Bragança, em 10 de Agosto de 1635, foi representada, à tarde, no mesmo Claustro a tragicomédia do martírio de Santo Eustáquio — (do Mestre André Fernandes) —, nome de santo de muito agrado à família dos Braganças, que mandaram edificar, por entre os altos matagais da sua tapada Ducal em Vila Viçosa, uma pequena e arquitecturalmente esquisita ermida, que tem por orago o nome daquele santo.

* Investigador e publicista, Membro da Sociedade Brasileira da História da Farmácia e da Real Sociedade Arqueológica Lusitana.



E ainda mesmo D. Joao IV, agora já como Rei Restaurados, foi espectador de nova representação teatral, na visita que fez à cidade em 1643, como penhor da forma como antes o receberam e em louvor do levantamento do Manuelinho em 1637. O espectáculo decorreu dentro da Igreja do Espírito Santo, ao gosto e ao jeito dos antigos Autos religiosos portugueses e dos Sacramentales espanhóis, que ainda pululam por toda a Espanha, tendo como tópo a representação de Elche. Assim descreve o douto Cónego José Mendeiros o acontecimento de Évora:

“Após enorme estrondo de tambores, tiros de carabina e retinir de ferros, simulando os fragores bélicos, surgiu Castela vencida, gemebunda e soluçante, enquanto em frente descia Vitória numa nuvem, que se abriu em dois quartos, descobrindo as imagens de Santo Inácio de Loiola e de S. Francisco Xavier. Todas estas figuras declamavam gongóricos epigramas latinos, e vieram ajoelhar-se aos pés de D. João IV.....” (3).

A gloriosa tradição teatral que ainda hoje se revive nesta Cidade, tem razão de ser; e não só por isto que acabo de referir, mas principalmente porque ela foi palco de representação de alguns dos mais famosos Autos de Gil Vicente, scilicet:

- Auto Pastoril Português, ao Rei, em 1523.
- Frágua do Amor, em 1524.
- Amadis de Gaula, em 1533.
- Romagem de Agravos, para comemorar o nascimento do Infante D. Filipe, em 1533.
- Floresta de Enganos, 1536.

Mas muitas mais foram, e dos mais variados autores, as peças que se representaram em Évora:

as tragédias “Rico Avarento”
“Pobre Lázaro”
“Dionísio, tirano de Siracusa”

foram apresentadas no palco da Universidade de Évora, tendo D. Sebastião e o Cardeal D. Henrique assistido à primeira.

É o Jesuita António Franco quem nos relata estes acontecimentos. Mas ainda em 1578 e 1590 foram representadas duas peças do eborense João Lopes de Oliveira e mais para o fim do século, se não no começo do seguinte, na presença do Bispo do Algarve, D. Fernando Martins de Mascarenhas, foi-o outra de António Gomes, Mestre de Gramática em Faro.

Outras se escreveram, de outros autores, e se perderam; mas as obras do padre Jesuita Luis da Cruz foram, impressas em Lião, em 1605.

- uma tragédia “Sedecias”
- três tragicomédias “Prodigus, Josephus e Manassés”
- uma comédia “Vita Humana”
- uma écloga dramática “Policronio”

Esta última foi propositadamente escrita quando da vinda a Évora de D. Teodósio, duque de Bragança e de seus dois filhos D. Duarte e D. Alexandre.

MANASSÉS não foi representada em Évora por causa do mau tempo, mas quatro das citadas foram-no em Coimbra, e uma em Évora.

À representação da primeira em Coimbra, estava presente o Sr. D. Duarte, duque de Bragança. De notar o gosto e o interesse dos Braganças pelo Teatro, pois não lhes bastando os de Vila Viçosa e os de Évora, corriam ainda para Coimbra.

A queda de Bizâncio provocou uma onda altaneira e crescente de latinismo, que a breve trecho invadiu toda a Europa e gradualmente a foi submergindo. Os homens da Ciência e os letrados, os juristas, os filósofos e os doutrinadores quer políticos quer religiosos, acoitaram-se no Ocidente e sempre que tinham de comunicar com as massas faziam-no na antiga língua do Latio.

O latim, língua comum entre os homens de nacionalidades e religiões diferentes, tornou-se a língua oficial dos intelectuais. Com os humanistas escapados de Bizâncio, e os que residiam na Europa, se abriu o luminoso livro da Humanidade que foi o Renascimento.

O resto, fê-lo a descoberta da Imprensa, permitindo facilmente a disseminação das ideias à custa dos caracteres e da língua latina, trabalho estrénuo que os impressores mais cotados de toda a Europa tomaram a peito, em grande parte sustentados pela riqueza emanante do Comércio resultante das Descobertas Marítimas.

Esta gloriosa Liberalitas Juliã teve latinos de grande fama.

Dos menos gabados lembro um, "aquela truculenta figura de monge guerreiro medieval, D. Garcia de Meneses, Bispo de Évora, que ao encarecer perante Sisto IV a cruzada contra os infiéis se exprimiu com tanta vibração e em tão puro latim, que despertou a um áulico esta interrogação: Santo Padre, quem é este bárbaro que com tanta veemência e tão bem fala?" A resposta do Papa foi mandar imprimir esse discurso, que hoje é raridade entre as raridades. (4A).

D. Garcia de Meneses foi boseiro de D. Afonso V em Itália, na Universidade de Perusia, e em 1485 "surpreendia Roma e o seu Colégio de Cardeais. O seu discurso por ser "modelar na forma, claro na exposição, rico na substância", "foi considerado eloquentíssimo". (A. Costa Ramalho, p. 6, Cidade de Évora, N.º 65-66).

Não comporta a minha dissertação, nem a competência para tal abunda, fazer a apologia exaustiva dos humanistas que franquearam estas portas de Minerva da Cidade de Sertório, tantos eles foram. E de que quilate, Santo Deus!

Nem chegaria o tempo nem o espaço que me oferecem para esta alocução, para nomear as pessoas e os títulos das obras que escreveram, nem dos que estudaram ou ensinaram e que pelas suas qualidades intelectuais "da lei da morte se foram libertando".

Mas, da lembrança de meia dúzia deles, não posso escusar-me por razões facilmente compreensíveis:

De **ANDRÉ DE GOUVEIA**, que deu o nome ao antigo Liceu de Évora, e se perpetua em espírito no da actual Universidade, "o maior pedagogo da Renascença" no dizer do Dr. Jorge Faria" (4B), e segundo Montaigne "o Maior principal de França" país onde dirigia o Colégio de Santa Bárbara de Paris, o de Guiena em Bordéus (5) e que fundou em Coimbra, em 1558, o Colégio Real, a insistente pedido de D. João III, sabendo ornamentá-lo de nomes de outros célebres humanistas, seus coevos, de alto gabarito, como João da Costa e Diogo de Teive, Jorge e Patrício Buchanan, lanitistas de excelso valor, Nicolau Bouchoy que em grego explicava Aristóteles, (6) e tantos outros.

De **ANDRÉ DE RESENDE**, outro corifeu, a quem sobejavam ornamentos literários, e também algum poder inventivo para cognominar os naturais de Vila Viçosa, de Calipolenses.

Tem a particular admiração de todos estes, não só pela soante invenção onomástica que lhes diz respeito, mas sobretudo pela atenção e o carinho com que alertou os Homens do Renascimento para a figura da humanista de Vila Viçosa: Públia Hortênsia de Castro, uma poetisa insigne e uma mulher diferente das outras, que soube lutar contra os costumes sociais da época em que viveu, na mira de os modificar, cultivando-se. A partir de Públia e de outras como ela, em Portugal e em Salamanca, a atitude dessa e de mais algumas mulheres ibéricas causou pasmo e admiração.

As primícias literárias do Humanismo em Portugal receberam-nas os Duques de Bragança. Num estudo do Prof. Luís de Matos (7), estabelece-se o período de 1490-1590,

durante o qual chefiaram a Casa Ducal D. Jaime, D. Teodósio I, D. João I e D. Teodósio II, e exalta-se a sua dedicação ao Humanismo e a acção mecenática que esses duques tiveram no estabelecimento, amparo e desenvolvimento dos estudos humanísticos em Portugal. Eles próprios são produto do Humanismo e parte integrante dele.

Logo no forçado exílio em Espanha, facto ocasionado pela violenta perseguição que D. João II moveu à mais importante família ducal portuguesa, ordenando a decapitação injusta do seu chefe, ocorrência que por acaso teve lugar em Évora, D. Jaime, acoitado na Côrte dos reis Católicos Fernando e Isabel, teve o privilégio de ser discípulo do humanista italiano Pedro Martin de Anghiera, e granjeou a amizade e o respeito de outro conceituado humanista, também italiano, Lúcio Marineu, o qual lhe dedicou uma composição nos seus "Epistolarum familiarum libri decem et septem" (Valladolid, 1514).

Seu irmão D. Dinis, por ser o mais novo, não teve, enquanto exilado, formação literária suficiente, e veio recebê-la em Portugal no seu regresso, entregando-se ao cuidado e à proficiência de Cataldo Parisio Sículo, vindo em 1486 da Universidade de Bolonha, o qual não regateava merecidos elogios ao seu aluno. Dos ensinamentos de Cataldo se aproveitaram, com benefício, D. Jaime (do mesmo nome do pai) e seu tio D. Álvaro para educação dos filhos.

D. Jaime, enquanto aluno de Canones na Universidade de Coimbra (1537), foi nomeado vice-reitor dela.

Na formação de D. Fulgêncio e D. Teotónio, intervieram Diogo de Gouveia, irmão de André de Gouveia — o patrono desta Casa —, Diogo de Teive e outros, enquanto foram alunos em Coimbra, donde saiu com Licenciatura e Mestre em Artes o primeiro (1548-9) e ainda Bacharel em Teologia (1556), mas não satisfeito com isso fez o doutotamento em Teologia na Universidade de Lovaina no ano de 1573. D. Teotónio foi arcebispo de Évora. D. Teodósio estudou Humanidades no Colégio de Bourgogne, em Paris, onde lhe foi conferido o título de Mestre de Artes, e mais tarde (1574), em Bordéus, recebe o de Doutor em Teologia.

Esta exemplar dedicação dos Braganças ao estudo das Humanidades não se ficou por aqui, e sendo um figurino intelectual da época, exerceu influências sérias e profundas na nobreza, tendo consequências importantes para o desenvolvimento da cultura em Portugal. A este se associaram nomes como os de Diogo Sigeu, durante 20 anos, Juan Fernandez, a seguir, cerca de 30 anos, e Cataldo Sículo, cerca de 40 anos, e é mesmo possível que este tivesse morrido em Vila Viçosa, segundo comunicação verbal que me fez o Professor Doutor Américo da Costa Ramalho, ao encontrar nas suas pesquisas elementos conducentes à formulação dessa hipótese, e que, com sua licença, anuncio aqui em primeira mão.

E vieram outros, todos eméritos, todos dignos e capazes de produzir um ensino proficiente e de grangear para as vetustas Universidades portuguesas a fama de actualizadas. E não ficou o ensino, no Palácio Ducal de Vila Viçosa, só pelas disciplinas do Grupo do Trívium; alargou-se também às do Quadrívium, em cujo ensino se encontram nomes como Maldonado Ontiveros que ali esteve cerca de 40 anos, António Castro com o seu tratado "dos Princípios de Geometria e Geografia" (1558), Domingos Peres que escreveu "Seis Livros de Euclides Megarense", etc.

Pela Côrte Ducal Calipolense passaram outros literatos como o poeta Pedro Andrade de Caminha, navegadores como Fernão de Magalhães, médicos e juriconsultos vários, o poliglota Afonso Vaz de Caminha, e outros que faziam parte do ramallete da fina flor portuguesa.

De entre esta reluzente massa de intelectuais da época, uma figura se destacava, pelo seu notável talento, pela sua elevada cultura, pela sua condição feminina e ainda por ter nascido em Vila Viçosa: o de Públia Hortênsia de Castro.

Desde a Cosmografia e Cartografia às Belas-Artes e Antiguidades, nestas últimas incluindo a invulgar predilecção de D. Teodósio em coleccionar documentos epigráficos, ainda hoje existentes, de tudo um pouco havia na Côrte Ducal de Vila Viçosa.

E se não é a morte surpreendê-lo, teria inaugurado a Universidade de Vila Viçosa, para a qual obtivera já um Breve papal.

O amor à livraria que juntara no Paço do Reguengo do burgo onde vivia, leva-o a abrir um item especial no seu testamento com o qual assegura a constância e inviolabilidade da colecção constituindo-a em morgado (8).

Se em Portugal se viveu realmente o Humanismo não nos ficam dúvidas que em Vila Viçosa, no Paço Ducal, essa louvável moda social foi elevada ao mais alto expoente.

E para terminar já este preâmbulo, faço-o citando um passo do livro "IMAGEM DA VIDA CRISTÃ", impresso na casa de André de Burgos, impressor desta Universidade de Évora em 1569. No prólogo desse livro, o Padre hieronimita Fr. Heitor Pinto, não se cansa de tecer elogios à Côrte Literária do Paço Ducal de Vila Viçosa, chamando-lhe "Universal Academia, feira franca de todas as artes e doutrinas".

É tempo de nos interrogarmos se o Humanismo se teria esgotado apenas na reposição de manifestações linguísticas clássicas e em diatribes escolásticas de natureza epistemológico-filosóficas.

Evidentemente que não, porque se isso tivesse acontecido a Humanidade não teria gozado a inebriante sensação do globalismo estético, no seu mais elevado sentido, que lhe trouxe o Renascimento.

Realmente os Humanistas não se ficaram só por aí, eles estavam atentos e preocupados com as realidades não só políticas mas sobretudo sociais.

São muitas as provas disso, e o nosso André de Resende emitiu conceitos a propósito em prosa e em verso.

O Dr. José Ventura Terra (9) salienta o poema que André de Resende enviou a Baltasar de Teive, denunciando:

"O ambiente não é propício às Artes. A Côrte compraz-se na falsa elegância, os prazeres e os luxos amolecem o carácter das pessoas, as virtudes ancestrais caíram no olvido, a bazófia da linguagem suplanta os ânimos viris. Em suma os lusos perderam o rijo carácter de antanho. A decadência é irremediável (sic)".

E para grande espanto nosso, passados quinhentos anos, não, parece haver grandes modificações, mantendo-se ainda oportunas e verdadeiras as palavras de André de Resende.

Auspicioso se mostra este quadro regional espiritualmente rico, no que diz respeito ao desenvolvimento das actividades intelectuais dos calipolenses e dos eborenses.

Foi grande o elenco das mulheres ilustres, ou a qualquer título notáveis na panorâmica da cultura nacional, ao largo de todo o percurso da nossa História Pátria.

A umas atormentou-as a dor e a morte, ou foram invadidas por misticismo religioso, a outras só o Amor na sua expressão mais cândida, e a outras ainda a perfídia ou o adultério. Grande parte tornou-se conhecida pelos feitos heroicos nas horas negras da inquietação política ou da guerra, e o maior número notabilizou-se pelas virtudes espirituais.

É no período do Humanismo Renascentista que o enaltecimento destas últimas qualidades se exacerba, e Vila Viçosa teve a honra de colocar uma das suas filhas na crista da onda da Cultura Clássica que encheu essa época.

Chamou-se Públia Hortênsia de Castro, viveu inupta e morreu retirada do mundo secular.

A melhor biografia, e a única, visto que tudo o mais que escreveram sobre Públia foi de reduzida importância e eivado de incertezas e erros e, ainda por cima, servindo-se sempre da mesma fonte que foi a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa de Machado, publicou-a D. Carolino Michaelis.

Das lacunas que apresenta, ressalta que foram filhas da ausência de consulta à obra do Padre Joaquim Espanca (10), manuscrito original, e ainda ao trabalho de Gomes de Brito intitulado "As tenças testamentárias da Infanta D. Maria". (11)

À sagacidade de investigadora que era, escaparam estas duas fontes bibliográficas, onde se recolhem elementos definitivos e esclarecedores de certos passos da vida de Públia, de grande interesse.

Do Padre Joaquim Espanca —, na parte que ele vasculhou em documentos dos cartórios de Vila Viçosa, porque nos restantes foi arrastado como todos os outros na onda criada por Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*

De Gomes de Brito —, porque na sua descoberta no *Livro de Moradias da Infanta D. Maria*, se conclui que Públia nunca foi dama da Côrte mas apenas moça de câmara. E a meu ver foi-o mais em título do que em efeito ou acção. E, desse modo, a inscrição no dito livro seria mais a título de benesse do que no da paga de serviços. Dama da Côrte era sempre oriunda de gente palaciana ou nobre, e a Infanta — deduz-se de alguns documentos — era exigente na escolha, não só em valor absoluto como em valor relativo: seleccionava entre essas as suas companheiras do dia a dia.

Moça de câmara era uma serviçal com tarefas definidas no organigrama palaciano. Públia foi apenas moça de câmara e com a módica quantia de 6.000 reis de tença anual, o mesmo que recebia qualquer serviçal. No citado livro de moradias, se existem, não me recordo de ter visto tença inferior a essa, e o mesmo digo da Côrte Ducal de Vila Viçosa da qual Públia recebeu uma de apenas 2.000 reis. Uma miséria!

Como tal, e apesar dos seus invulgares dons morais e intelectuais, não foi escolhida para dama da Côrte Literária, e, por isso, é errada a opinião dos biógrafos que a toma como tal, e ainda mais como companheira de ofício das duas Sigeias, de Joana Vaz e Paula Vicente.

Na verdade a Côrte de D. Maria estava em Lisboa, no seu Palácio e Públia não vivia lá; os poucos anos que passou em Lisboa foi no período em que a Infanta já não era deste Mundo.

Cheias de imprecisões são as notícias acerca de Públia. A sua vida é um autêntico mistério.

De concreto apenas temos que nasceu em 1548, fiados nas afirmações de André de Resende na carta ao seu amigo espanhol, um retrato a óleo, que não é coevo, e por isso o tenho como inventado nos caracteres fisionómicos e na maneira de vestir.

São poucos os marcos transparentes da vida de Públia, para que se possa construir uma biografia minimamente documentada dela.

Podemos afirmar que quase todos os actos por ela praticados estão nublados por incertezas, e a clareza de todas elas não é cristalina.

Começa logo pelo dia do seu nascimento, essa falha documental. Construiu-se, não o dia dele mas o ano, apenas à custa de um escrito de André de Resende ao seu grande amigo e correspondente espanhol Bartolomeu Frias Albernoz, onde expressa os 17 anos como sendo a idade de Públia, quando defendeu teses várias contra os seus opositores na Cidade de Évora — não sabemos se na Universidade, (creio que devia ser), se fora dela.

De igual modo os indicadores para o nome falharam: não assentam na base própria e correcta, que seria a certidão baptismal, que é possível que esteja escondida no Arquivo Distrital de Évora, mas que ainda não foi encontrada.

Valeu-nos a argúcia do Cronista-Mor de Vila Viçosa, que encontrou testamentos de Públia, e por aí provou a saciedade, que estava certo o onomástico que hoje usamos. Mas isso aconteceu apenas em 1884 (data do manuscrito do Padre J. Espanca) e os biógrafos anteriores não puderam ter essa informação por lhe ser posterior, e aqueles que escreveram

depois do Padre, *verbi gratia*, D. Carolina de Michaelis, não se deram ao cuidado de descerem até ao local onde o Padre escarafunhou e encontrou preciosidades importantes para a história da sua terra natal.

Certos estão os nomes do Pai, da Mãe e dos restantes membros familiares.

Quanto aos estudos desconhece-se a idade de começo, que na época era habitualmente precoce. Em regra começava-se o Latim aos cinco, seis anos, e casos houve de legendária precocidade descendo até aos três anos. Mas é evidente que para defender tese em cenáculos universitários, contra opositores de categoria, como o grande André de Resende aponta, havia de ter começado a preparação intelectual ainda muito jovem, porque o costume da época era não defender tese (licenciatura) sem previamente ser Mestre de Artes, coisa que não se conseguia em menos de quatro anos de trabalho.

E qual o local de estudos? Naturalmente a lenda e o mistério nos assalta... Universidade de Salamanca, de Coimbra ou de Évora? E quando em Évora, na Universidade ou fora dela?

COIMBRA é hipótese vaga — falta de meios pecuniários, dificuldades de transporte, ineditismo de frequência feminina na Universidade, proibição absoluta para o sexo feminino.

SALAMANCA, parece improvável, porque dos livros de registo dos estudantes, onde já havia e era vulgar encontrar mulheres com assento nas bancadas das aulas à volta da cátedra dos Professores, não consta o nome de Públia (12). O mesmo sucede nos da Universidade de Valladolid (13).

Outro tanto acontece nos livros de registo da Universidade de Évora (14). Nem essa inscrição seria ali possível, porque por muito sofisticada que fosse toda a trama do disfarce, ele causar-lhe-ia transtornos futuros, na vida prática, ao apresentar-se em público como uma douda mulher que não era reconhecida como tal nos bancos da Escola.

Mas, mesmo assim, Évora parece plausível. No entanto isso leva a colocar o dilema: teria cursado na Universidade ou fora dela, particularmente apadrinhada pelo seu próximo parente, o Bispo de Évora de nome João de Melo, com facilidades de lhe conseguir Professores que em Évora abundavam ao tempo, e livros, estes mais facilmente, porque os havia abonde nas bibliotecas dos eclesiásticos e na própria Universidade, locais onde o Bispo se movia sem dificuldade.

Das obras conhecemos apenas os títulos e também sabemos que em 1612 ainda estavam todos na posse do irmão, frade dominicano na província de Cáceres em Espanha, o qual ainda veio a Vila Viçosa em 1614 e 1615 por razões que se prendiam com o testamento da poetisa sua irmã, feito no Notário calipolense António Cordeiro, em cujas notas foi encontrado o Padre J. Espanca. Contudo não chegaram até nós, mas ainda não foram procurados na livraria que sobrou do Mosteiro de Santo André, de Mérida, onde professou. E, como ele foi detentor e herdeiro dos bens de Públia, é muito possível que por lá ficassem.

Não quero deixar de mencionar que na dedicatória feita à princesa D. Isabel, na composição que Públia escreveu nos versos do Psalterio a propósito da ida a Tânger, na expedição militar, do filho D. Duarte, se nos depara um pequeno arrazoado que não dá ensanchas para se concluir da beleza e profundidade do seu estilo, que aqui se mostra frouxo e de pouca elegância formal.

D. Carolina Michaelis não alinhava — e eu também não o faço — na afirmação de que Públia teria sido uma das eruditas damas que a Infanta D. Maria, — filha segunda do terceiro casamento de D. Manuel, a inclita e mais rica princesa da Cristandade, que morreu inupta apesar de lhe terem sido atribuídos sete noivos —, mantinha na famosa Côrte literária ao lado das irmãs Sigeias e de outras. Por muitas razões, sou levado a dizer que não a mais este mito da vida de Públia, principalmente depois de ter lido o trabalho de Gomes de Amorim. (15).

De um modo ou de outro, Públia aparece-nos formada e a escrever livros em prosa e em verso, bem como discursos de cuja frustração se não pode escapar. Dos três discursos,

cuja proposta lhe conhecemos, apenas um se concretizou: foi o de Évora. E de que maneira o fez, Senhores, para chegar ao ponto de merecer o elogio do Mestre, do grande Mestre André de Resende, levando a fama dela para além fronteiras.

Dos outros dois nada de positivo conhecemos a não ser que um — o de Vila Viçosa — se frustrou, visto que estando designada a sua leitura para a recepção ao Cardeal Alexandrino, legado do Papa, não se pôde ouvir por escassez de tempo de que padecia o Cardeal, na sua longa e incómoda viagem, que já vinha de Roma e se arrastaria até Lisboa.

Do outro — o de Elvas — aquando da visita oficial e solene de Filipe II a Portugal, não temos a certeza de ter sido ou não produzido, ou se o Rei se escusou de o ouvir pela mesma razão invocada pelo Cardeal em Vila Viçosa.

Mas desta presença de Públia em Elvas algum benefício ela tirou: foi a tença de 15.000 réis (e não de 20.000 réis como alguns afirmam), que lhe mandou dar “havendo respeito às suas letras e suficiências” e “para melhor se poder sustentar e recolher”.

Aqui o Rei Usurpador deve ter curado por informação..

Por último as invenções, como o disfarce de Públia, para esconder a sua qualidade feminina, parecem-me mais anedotas do que factos autênticos. Ora, sendo tradição dos estudantes universitários o uso do hábito talar, portanto cobrido o corpo até aos pés, que necessidade haveria de encontrar disfarces para as mulheres?

A não ser que Públia se mascarasse de barba e bigode, e isso não está provado nem sequer foi lembrado.

Por uma coisa lutou Públia toda a sua vida e essa foi a tentação de professar; esse germen minou a todos os descendentes de Tomás de Castro, seu pai.

Mas isso nunca aconteceu; apenas se retirou do século sem votos perpétuos, vivendo uma vida de profunda fé cristã.

Morreu a 10 de Outubro de 1595 em Évora (há 396 anos), onde estava em casa da Infanta D. Isabel, e o facto de ter sido sepultada no claustro da Igreja da Graça nesta Cidade não pode servir de argumento à confirmação de qualquer situação monástica de Públia, tanto mais que, se tivesse sido freira de votos perpétuos, não teria tido campa rasa no Convento dos Agostinhos, que era para indivíduos do sexo masculino, mas sim no Convento onde tivesse professado.

Enterrou-se ali, porque a Igreja era do Padroado dos seus protectores D. Isabel e seu marido, somado este facto ao de serem comuns os enterramentos nas Igrejas, mesmo para pessoas sem qualidade eclesiástica.

Creio que basta isto para invalidar o mito de Públia ter sido freira em Évora.

Morreu, não sei se antes, se depois do pai, mas com certeza antes da mãe, do irmão frade dominicano no Convento de Santo André, em Mérida (Cáceres), e das duas irmãs, uma freira professa em Beja, e outra igualmente professa em Évora.

A cidade de Sertório foi a sua segunda pátria e por isso Públia merece a honra de ser aqui lembrada, hoje, num estabelecimento cultural de tão honrosas e glorificantes tradições.

Vila Viçosa,

Dia de Todos-os-Santos do ano de 1991.

NOTAS BIOGRÁFICAS

- (1) — Américo da Costa Ramalho, Estudos sobre o século XVI. 1983, e Estudos sobre o Renascimento.
- (2) — Monsenhor José Filipe Mendeiros, a Cidade de Évora, n.º 43-44, Évora 1961, p. 42.
- (3) — Id., ib., n.º 43-44, p. 40.
- (4) — Jorge Faria, a Evolução e o Espírito do Teatro em Portugal, o Teatro escolar no século XVI, XVII e XVIII. 1948, pp. 264-265, Lisboa.
- (4A) — Id., ib., p. 259-260.
- (4B) — Id., ib., p. 261.
- (5) — Id., ib., p. 261.
- (6) — Id., ib., p. 261.
- (7) — Luis de Matos, A Côte Literária dos Duques de Bragança, 1956, Lisboa.
- (8) — António Caetano de Sousa, História Genealógica.
- (9) — J. V. Terra, Seis poemas de André de Resende, 1956, Arquivo do Centro Cultural Português, vol. VII, Paris, 1973, pp. 431-469.
E ainda citado por Joaquim Veríssimo Serrão in Cidade de Évora, André de Resende, o Humanista e o Eborense, n.º 58, 1975.
- (10) — Padre Joaquim José da Rocha Espanca, Memórias de Vila Viçosa, V volume manuscrito, Vila Viçosa, 1880. Já foi editado, em letra de forma, pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983.
- (11) — Gomes de Brito, Arquivo Histórico Português, As tenças testamentárias da Infanta D. Maria, vol. V, p. 118 e segs. Lisboa, 1980.
- (12) — Joaquim Veríssimo Serrão, Portugueses no Estudo de Salamanca, Lisboa, 1962.
- (13) — Isabel Maria Ribeiro Mendes, A Cidade, n.º 3 (nova série) Janeiro-Junho, 1989, pp. 71-76, Portalegre.
- (14) — Maria Amélia de Motta Capitão, do Ensino das Artes na Universidade de Évora, Cidade de Évora, ano 16, n.º 41-42, Évora, ibidem, 19-20, n.º 45-46 - Évora, 1963, pp. 109.
- (15) — Gomes de Amorim, op. cit.

O Teatro e o Cinema em Vila Viçosa* Breve visão, do século XVI à actualidade

Joaquim Saial**

Vila Viçosa, localidade escolhida pelos duques de Bragança como morada principal, para além da riqueza e esplendor que deste modo lhe advieram, tornou-se pródiga em divertimentos pouco habituais nos lugares de menor protecção senhorial ou régia. Tal facto é acentuado pelo padre Joaquim José da Rocha Espanca, nas **Memórias de Vila Viçosa**, no final do seu relato sobre os festejos matrimoniais de D. Isabel, irmã de D. Teodósio I, com o infante D. Duarte, irmão do rei D. João III, realizados em 1537, no local: "Vila Viçosa começava então a adquirir maior nome. Estas festas davam estrondo na província e a esse estrondo vinham acudindo muitas gentes das vilas e cidades circunvizinhas para se entreterem aqui em belos passatempos, conforme o gosto da época¹". Esses passatempos eram, então, a música, as danças, as justas e jogos de canas e as touradas. Se, nuns casos, os folguedos eram públicos, noutros, porém, seriam reservados apenas à fidalguia; sobretudo em termos de participação directa.

O casamento do duque D. Teodósio II com D. Ana de Velasco y Giron, em 1603, também concretizado em Vila Viçosa, foi ainda mais pródigo em actividades festivas. Entre 18 de Junho e 8 de Julho, a terra vibrou com o fogo do ar, as danças burlescas, touradas no Terreiro do Paço, caçada na Tapada, mascarada a cavalo, jogo de alcanzias (bolas ocas de barro, cheias de flores, que se atiravam nas cavalhadas), torneio e, como encerramento, uma comédia no Paço, "divertimento da Corte", como diz o padre Espanca². Não temos pormenores sobre esta comédia, mas somos tentados a supô-la relacionada com a *commedia dell'arte*, que popularizara a comédia clássica desde o último quartel de quinhentos, e era muito estimada em Espanha, bem como noutros países europeus. Se nos lembrarmos de que, com o acesso dos Filipes ao trono português, a dramaturgia castelhana, ela própria influenciada pela *commedia*, exerceu grande domínio entre nós, e relacionarmos essa situação com a nacionalidade da novel duquesa de Bragança, talvez não estejamos muito longe da verdade se apontarmos para um enredo de capa e espada ao jeito da escola teatral do país vizinho. Nove anos depois de, em Lisboa, se ter erigido o primeiro edifício português destinado à expressão teatral, os duques continuavam a fazer jus à memória renascentista da sua Casa, interessando-se por esta arte.

* Este texto, agora com pequenas alterações de pormenor, foi parte do projecto de remodelação do Cine-Teatro Florbela Espanca, de Vila Viçosa.

** Mestre em História da Arte.

Lic. em Ciências Humanas e Sociais.

Nova comédia foi levada à cena no Paço Ducal, em 1633, por altura do casamento do duque D. João II (futuro rei D. João IV), com a duquesa espanhola D. Luísa de Gusmão, Refere o padre Espanca que, na noite de 15 de Janeiro, "houve comédia no Paço para os que ali tinham entrada", tal como no dia 17. Na tarde de 18 houve outra representação agora no Terreiro do Paço, desta feita, pública³. Se continuamos sem notícias daquilo que se interpretou, pelo menos sabe-se que havia sessões privadas e públicas - estas, eventualmente gratuitas, por suposta generosidade ducal.

A comédia foi reaparecendo, com intermitências, em Vila Viçosa. Muito mais tarde, em 1823, realizaram-se comédias de arraial, na Praça Nova, comemorativas da queda do governo liberal. Contudo, só em 1835 o burgo teve um espaço expressamente dedicado à actividade dramática. Tratava-se do refeitório do então extinto mosteiro de S. Paulo. Dada a curiosidade da prosa do padre Espanca e o seu inveterado cariz antiliberal, passamos a transcrever algumas linhas do relato que o grande cronista calipolense faz da adaptação do mosteiro a teatro: "O grupo liberal da nossa terra com os militares dos destacamentos é que o frequentavam. A maioria do povo não, porque a quadra era mais de chorar que de rir e folgar. Escolheram para este fim a casa do refeitório, cujo pórtico se vê hoje na botica da Misericórdia. Foram-se aos forros dos dormitórios, tiraram de lá os ponteiros que sustentavam os telhados para com eles formarem palcos e câmarotes, sobrepondo-lhes portas de celas. Partiram o peitoril e balaústres do púlpito do mesmo refeitório, cujos resíduos me deu a Câmara para pôr na minha Igreja de Pardais e assim facilmente se arranjou por ali subida para os camarotes destinados ao sexo frágil. Mais depressa e com menos despesa não era possível formar um teatro para umas duzentas pessoas. Removeram do camarim do topo a bela imagem do eremita São Paulo transferindo-a para a Igreja. A casa da dispensa do mesmo refeitório à direita do palco e a adega à esquerda serviam para se vestirem os cómicos e folgarem nos entreactos. Mas os telhados, faltando-lhes o apoio dos ponteiros, começaram a agachar-se pouco tempo depois e daí veio a ruína precoce daquele belo edifício. Creio que as récitas ali tiveram lugar somente pelo Entrudo deste ano de 1835 e pouco antes ou pouco depois, porque no ano seguinte já lá estava aquartelado um Batalhão de Infantaria n.º 4". Logo a seguir, o historiador dá conta do teatro que sucedeu ao de São Paulo: "Em vista disso, os amantes dos divertimentos dramáticos foram organizar novo teatro no palácio dos Corregedores à Carreira das Nogueiras. Abriram uma subscrição e arranjaram-no soavelmente, dando-lhe o nome de Teatro Calipolense. Ainda existia quando em 1848 veio o Regimento de Cavalaria n.º 3 e ali fizeram récitas muito militares juntamente com curiosos da terra por espaço de mais quatro ou cinco anos até que, achando-se o edifício arruinado e resolvendo a Casa de Bragança demolir-lhe o andar nobre, desapareceu inteiramente aí por 1858. Não faz falta⁴". Noutro local, o erudito sacerdote fornece mais algumas achegas à história do Teatro Calipolense: "Achava-se neste ano (1839) em adiantamento o arranjo do Teatro Calipolense (...) os amadores da arte dramática pediram à Câmara que lhes cedesse os altos do palácio dos Corregedores para aí estabelecerem um teatro regular. A Câmara assim lhes deferiu em tempo, mas reservou para si em 23 de Dezembro deste ano o andar rasteiro e o quintal para os arrendar em seu proveito, como fez. O director gratuito desta empresa era Francisco António de Almeida Reixa que morava ali perto, à esquina do Terreiro de São João, e lhe deu os possíveis impulsos. Como, porém, a obra era custeada por meio de subscrição de donativos, estando a vila tão pobre, só pôde acabar-se no ano de 1841. Já disse atrás alguma coisa a respeito da duração deste instituto de recreio que funcionou pouco mais de uma dúzia de anos, tanto porque Vila Viçosa é pobre e não pode sustentar teatros, como porque nem todos aprovam estes institutos, como principalmente porque a Câmara não era senhora do palácio dos Corregedores e, por consequência, não podia dispor dele para o Teatro⁵".

Em 1885 houve mais uma tentativa de implantação de um teatro, desta vez naquele que parece ter sido o antigo dormitório do convento de Santa Cruz. Iniciativa de três operários que ofereceram o seu trabalho, e financiado com donativos e empréstimos, inaugurou-se em 14 de Maio, com uma récita de amadores⁶. Conforme Túlio Espanca refere no **Inventário**

Artístico de Portugal, no convento funcionaram, a partir de 1890, para além de outras instituições públicas e privadas, dois teatros populares⁷.

Cerca de 1927, Vila Viçosa mantinha ainda um Teatro Municipal⁸. Por essa época, em todo o mundo, mas especialmente nos Estados Unidos da América, criavam-se as grandes catedrais do cinema, enormes e luxuosos edifícios que davam a conhecer a um público ávido de diversão, as maravilhas da sétima arte. Portugal não ficou atrás deste movimento. Assim, em Lisboa, entre outras, ergueram-se notáveis salas de gosto internacional, como a do Cinema Capitólio (1925-31, arq. Cristino da Silva) ou a do Eden Teatro, que depois foi cinema (1930-37, arq. Cassiano Branco) e, mais tarde, os menos conseguidos Monumental (1944-50, arq. Rodrigues Lima) e Império (1952, arq. Cassiano Branco). A grandiosidade destes projectos alargou-se ao Porto e à província, na qual, a partir dos anos 20-30, foram surgindo equipamentos do género, um pouco por todo o lado.

Em Vila Viçosa, nas décadas de 30 e 40, para além de algumas companhias teatrais funcionando em instalações provisórias, como a Companhia Rentini, nos finais de 30, que se exibia no quintal do palacete da família Sousa de Meneses (antiga Rua de Santa Luzia, hoje de Agostinho Cabral), ou a Companhia Rafael de Oliveira, na década seguinte, sediada no Rossio de São Paulo ou Largo D. João IV, houve diversas diligências no sentido do estabelecimento de exposições cinematográficas regulares, como no Cinema do Araújo (segunda metade dos anos 40), em barraca que esteve no sítio hoje ocupado pelo edifício onde se encontra a Caixa Geral de Depósitos, e no Cinema do Ramos, num quintalão da Travessa da Palmeira⁹. Instalações de raiz, só as houve em 1957, quando se erigiu o Cine-Teatro Florbela Espanca (arquitectos Rebelo de Andrade e David). Construído ao gosto alentejano, em estilo sóbrio mas funcional, com algum luxo de mármore e ferragens, boa organização de acessos interiores e sábia integração no ambiente circundante - em que sobressaem as altivas muralhas medievais e o contraponto do posterior edifício dos Correios - este espaço cumpriu durante alguns decénios a sua tarefa e teve importante papel na animação cultural e social da vila.

As contingências da vida moderna, que a partir dos anos 60 permitiram alterar obsoletas posturas camarárias que proibiam a integração de salas de espectáculo em edifícios pre-existentes, deram origem aos chamados cinemas de bolso, de pequena área, com capacidade para pouco mais ou menos 200 lugares, integrados em prédios de habitação ou serviços, ou em centros comerciais. O cine-teatro de Vila Viçosa, com uns 500 lugares, conseguiu resistir cerca de vinte anos à nova conjuntura. Mas essa dimensão, já há muito obsoleta, não sobreviveu à vaga do vídeo. Nos últimos tempos de funcionamento era uma sala triste, vazia e gélida, cujo único calor se manifestava no fogo que com frequência irrompia na película, de súbito encravada na velha máquina de projectar. Propriedade do município desde Agosto de 1982, este equipamento cultural tem vindo a sofrer obras de remodelação (iniciadas em Outubro de 1991)¹⁰, que lhe auguram um futuro promissor, pois fica dotado de uma biblioteca pública com sala de apoio a utentes, auditório para 300/400 pessoas (apetrechado com os devidos meios técnicos, inclusive de tradução simultânea), cinema de bolso e galeria de exposições.

Vila Viçosa parece, pois, no bom caminho, adaptando-se aos tempos actuais e honrando os seus pergaminhos de terra de cultura. Assim todos os calipolenses o compreendam, tirando total proveito dos modernos meios postos à sua disposição.

NOTAS

- (1) ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha - **MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA** - Vol. 6, p. 29, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, V.V., Agosto/1983.
- (2) Idem, Vol. 7, p. 40
- (3) Idem, Vol. 7, p. 97
- (4) Idem, Vol. 15, p. 102
- (5) Idem, Vol. 16, p. 67
- (6) Idem, Vol. 21, p. 45
- (7) ESPANCA, Túlio - **INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL** - Distrito de Évora, 1.º vol., p. 682, Ed. da Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.
- (8) **GUIA DE PORTUGAL** - Vol. *Estremadura, Alentejo e Algarvê*, p. 116, Ed. da Fundação Calouste Gulbenkian, segundo ed. da Biblioteca Nacional de Lisboa, de 1927. Nota suplementar: a obra não presta qualquer informação sobre a existência deste teatro. Pensamos que se tratará daquele que existiu no local onde agora estão instalados os Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa (Rua Florbela Espanca). Esse teatro, onde também se projectavam filmes, foi administrado pela Firma Lima e Rebelo e mantinha actividade regular em meados dos anos 30.
- (9) Antes, José Ramos projectara filmes ao ar livre, no quintalão do chamado Quartel de Cima (hoje logradouro do Museu de Carruagens).
- (10) Arquitectos Manuel Lapão e José Carlos Ramalho. As obras de recuperação e remodelação ficaram oficialmente terminadas em 2 de Outubro de 1992, tendo a C.M.V.V. assinalado o evento com diversas actividades culturais que se desenrolaram entre 2 e 11 desse mês.

Vestígios de um passado remoto Fernão de Sousa em Vila Viçosa

Beatrix Heintze *

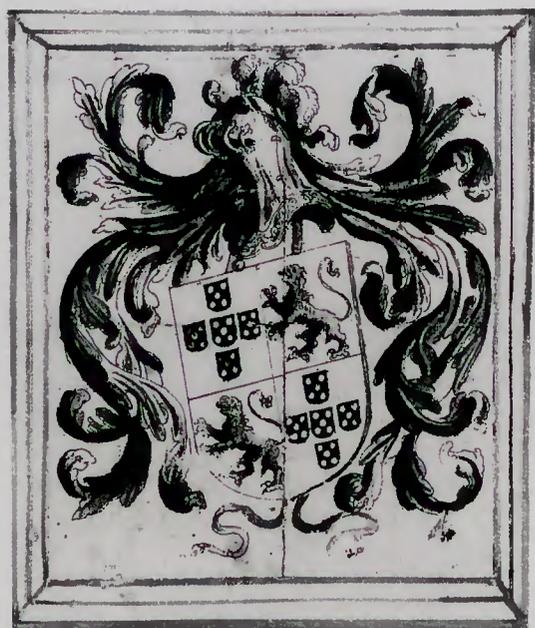
Era natural de Vila Viçosa um dos mais importantes governadores de Angola no séc. XVII: Fernão de Sousa, Alcaide-Mor de Montalegre, Portel, Piconha e Sousel, Comendador de Viade e Santo André de Novais, na Ordem de Cristo, do Conselho de D. Filipe IV, Governador e Capitão Geral dos Reinos do Congo e Angola, Benguela e suas províncias e conquistas. Para António de Oliveira Cadornega, outro filho célebre da Vila, que viveu apenas umas décadas mais tarde e foi autor duma notável obra histórica sobre Angola, era Fernão de Sousa o "governador perfeito". Outros contemporâneos vêem-no duma forma crítica, e nós também, mas ele contava-se, sem dúvida, entre as mais notáveis personalidades no império colonial português do séc. XVII.

Nasceu a 19 de Abril de 1563, como 13.º filho de seus pais, Martim Afonso de Sousa e Joana de Tovar, provavelmente (de facto, não chegaram até nós os registos de baptismo da época) em Vila Viçosa e ali passou a maior parte da sua vida. Nesse tempo serviu, como também já seu pai e os seus antepassados, os Duques de Bragança, o que constitui a razão fundamental da sua ligação de várias décadas a esta Vila. Mas também já a família de sua mãe estava intimamente ligada a Vila Viçosa. Por exemplo, o pai de sua mãe, Vasco Fernandes Caminha, foi Alcaide-mor da Vila e Camareiro-mor de D. Teodósio I.

Em torno da origem dos seus antepassados, e sobretudo da relação destes ramos dos Sousas com o venerando tronco principal da família, insere-se uma série de histórias curiosas, que têm todas elas como núcleo um filho ilegítimo. Particularmente interessante

* Beatrix Heintze fez estudos de Etnologia, História e Romanística na Universidade de Munique, tendo ali obtido o seu doutoramento em 1968. Depois de ter desfrutado duma bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian, no inverno de 1968/69, ingressou em 1969 como investigadora no Instituto Frobenius, de Frankfurt-am-Main, onde desde então se vem dedicando sobretudo à investigação da História e Cultura de Angola, bem como a questões metodológicas da escrita historiográfica. Entre as suas numerosas publicações sobre estes temas, contam-se os volumes:

Fontes para a História de Angola do séc. XVII (2 vols., 1985-1988), **Ethnographische Zeichnungen der Lwimbi/Ngangelá (Zentral Angola) (1988)** — e o trabalho por ela publicado (de colaboração com A. Jones), **European Sources for Sub-Saharan Africa Before 1900: Use and Abuse**. É co-editora da revista **Paideuma** e membro do Conselho Redactorial do **Journal of African History** (Londres) e da **Revista Internacional de Estudos Africanos** (Lisboa).



†

Este livro está numerado, e encerrado por mim no
 fim delle. servirá de tombo da casa: nelle nam
 lançados, todos os bens, incensas, e Rendimen-
 tos, assy dos da fôrça, e bens vinculados, pra-
 zos, e mais bens livres, q' esta casa possui, assy
 nas povuincias de Alentejo e em todo e parte
 os montes, como no de Alentejo, e em Lisboa,
 e em as de Lara e en's, e obrigacões dos mor-
 çados, e capellas. E uniao de terras q' deora ho-
 ria eu m' estuimos, e unimos as de meus pais
 com q' não se succeder todos nossos successores
 e descendentes: em 25 de ho: de 1634

Fernão de Sousa

Fernão de Sousa, Tombo da casa: Brasão, autógrafo e assinatura de Fernão de Sousa (f. 1). As cores do brasão (tanto quanto me foi possível reconhecê-las numa fotografia) são: escudetes de azul, leões de ouro com garras e linguado de púrpura, elmo aberto de ouro, paquife e virol de púrpura e verde.

é a versão transmitida pelo cronista Fernão Lopes. Segundo esta, um dos seus antepassados, um tal Martim Afonso de Sousa ("o velho"), antes de partir para a batalha de Aljubarrota, teria feito uma promessa: se Deus o deixasse regressar a casa ileso dos combates, iria cumprir uma quarentena com a abadesa do Rio Tinto, Aldonça Rodrigues de Sá. Ele sobreviveu à batalha e cumpriu, evidentemente, o seu juramento: como era de esperar, das horas de prece em comum veio a nascer um filho, que D. João I teria legitimado a 22 de Janeiro de 1405.

O seu descendente, Fernão de Sousa, que não pode ser confundido com um irmão do mesmo nome, falecido de morte prematura, viveu depois temporariamente em Vila Viçosa com sua família, em local de evidência, quase em frente ao Paço Ducal, junto à Fonte Pequena. A casa, que ainda hoje existe, embora modificada, ou foi legada aos Sousas por via do seu parentesco materno, ou coube directamente a Fernão de Sousa pela herança de sua primeira mulher, Antónia de Lacerda, que era também sua sobrinha. O terreno para a construção foi concedido ao seu avô materno por D. Teodósio I, em 20 de Junho de 1538, como ressalta numa declaração posterior:

"Doaçam do Duque Dom Teodósio primeiro deste nôme (que) fêz dos chãos, e aliçesses das cazas da Fonte Piquena, que sam da capella, e morgâdo, que instituyo Caterianes Bispa

Dom Teodósio Duque de Bargaça (sic), e Barçellos etc., a coantos esta minha carta de doaçam virem faço saber que auendo eu respeito aos muitos seruissos, que Vasco Fernandez Caminha da minha Câza, meu camareiro me tem feitos (sic), e espero, que ao diante me faça, e querendolhe fazer grãça, e merçe, lhe faço doaçam, e merçe deste dia pera sempre do meu cham com seus aliçesses, que eu tenho nesta minha villa de Villa Viçosa junto com a Fonte Piquêna em que elle agora faz as suas cazas, o coal parte de huã parte com quintal de Maria Alcoforada, e de outra parte com cazas do bacharel Joam Annes, e das outras partes parte com resio junto da dita Fonte Piquêna (...)" (Fernão de Sousa, Tombo da casa. fls 75v-76, em posse particular).

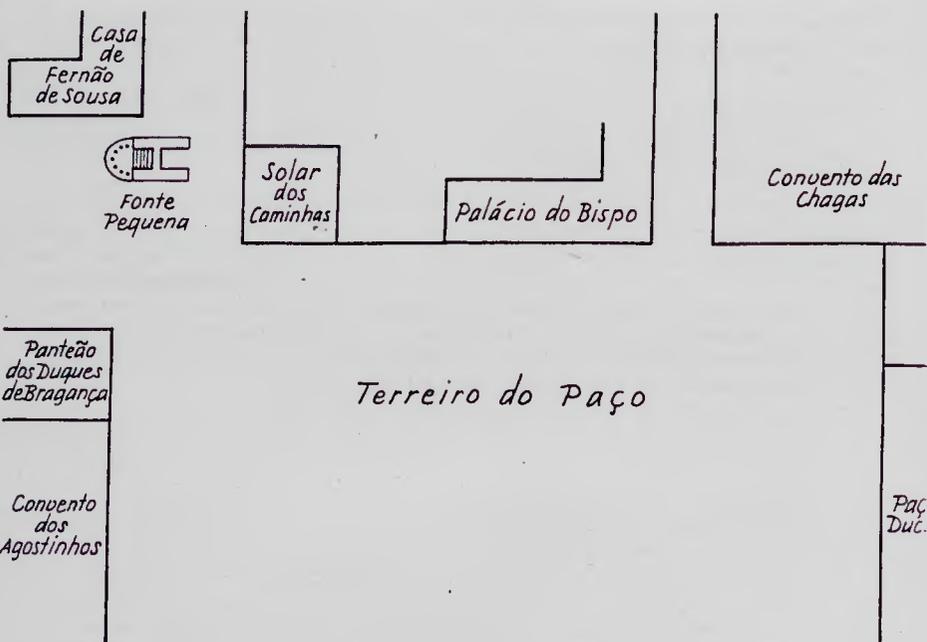
Mais tarde, quando Fernão de Sousa se transferiu para Évora, e por fim para Lisboa, fez desta casa uma estalagem. Também a este propósito nos chega pela sua pena um testemunho autêntico:

"Casas de Vila Viçosa

Declaro, que pera fazer mayor rendimento nas casas grandes de Uilla Viçosa à Fonte Pequena que sam os altos dos baixos que o Duque Dom Theodózio doou em morgado, pera andar e neste morgado, fiz bemfeitorias, e as fiz estalagens com que cresceo muito mais a renda das ditas casas do que em que andauã por aluguel de que não estou lembrado, e por cair a parede corre ao longo da rua ate os baixos do eirãdo se fez de nouo, e despeza em áleuantar, e sigurar, e da mesma maneira por cairem os furtados da casa da outra banda em que uiuia Sebastiaõ de Beça, e sua molher Leonor de Faria Pereira se conçertaraõ os furtados, pera ficarem siguros de que tamb+e nam sej o custo que fezeram todas estas obras e bemfeitorias, de que faço lembrança pera se considerarem nas partilhas que se fizer+e de minha fazenda em respeito, e rezão do assento, que nellas se tomãr, entre os baixos, e altos destas casas se sam partiueis, sejã de morgado, por auerem sido pagos nas primeiras partilhas como fica apontado se deue seguir nas bemfeitorias, e compras deste morgado e dos mais." (MBCB, Fernão de Sousa, Lembrança das fazendas, fls 13-13v)

Passadas algumas décadas, escreve, entre outros, António de Oliveira Cadornega, em referência a esta casa:

"As estalagens, como eram as de Fernão de Sousa e as de Francisco de Lucena, estavam todas cheias de mercadores de cabedal (que, já que estes fidalgos as não ocupavam, nem cousa sua, sendo suas moradas, lhes serviam de rendimento), como também se ocupavam outras muitas casas de particulares próximas à Feira como o estavam estas duas nobres estalagens." (1982, pp. 119-20).



Planta esquemática, sem escala, da localização da casa de Fernão de Sousa, em Vila Viçosa



A casa de Fernão de Sousa em Vila Viçosa, actualmente

Hoje, após as vicissitudes históricas que afectaram tanto a sua utilização como a substância estrutural, esta casa mostra-se de grande simplicidade e sem especial interesse arquitectónico.

Sobre a vida de Fernão de Sousa em Vila Viçosa muito pouco se conhece. Sabemos, em todo o caso, que o Rei o nomeou seu moço fidalgo em 25.4.1572 e que nessas funções veio ainda a servir o Cardeal D. Henrique. Em 1584 foi-lhe atribuído o hábito da Ordem de Cristo, que seus pais haviam recebido quatro anos antes, em reconhecimento pela morte heroica de dois dos seus filhos mais velhos em Alcácer Quibir. Porém, a comenda de 200.000 réis relativa ao título nunca Fernão de Sousa veio a recebê-la. Em 1587 tornou-se fidalgo cavaleiro da Casa do Duque de Bragança e dois anos depois fidalgo escudeiro e cavaleiro do Rei. A Casa de Bragança deve ele ter servido ao longo de 25 anos — i.e., possivelmente de cerca de 1591 até 1616 — como vedor e mordomo-mor, primeiro a viúva de D. João II, a Infanta D. Catarina, e depois o filho desta, D. Teodósio II. Antes de deixar a Vila, para assentar residência fixa, primeiro em Évora e depois em Lisboa, tinha ele recebido também todos os títulos de seu pai, entretanto falecido, e sucedera como alcaide-mor do castelo da Vila de Sousel a seu sogro, tombado em Alcácer-Quibir. Sobre a posição de destaque que ocupou na corte ducal, pode ajuizar-se do relato seguinte:

Em 1602 D. Teodósio II casara por procuração com D. Ana de Velasco y Giron, a qual teve no ano seguinte a sua entrada solene em Vila Viçosa. Quando o Duque, em 15 de Junho de 1603, saiu da Vila com grande cortejo, para depois acompanhar de regresso a noiva no último troço da viagem, seguia logo após o seu coche de seis cavalos o carro de Fernão de Sousa. E quando, dois dias depois, se aproximava finalmente o momento do encontro,

"com muita pressa montou (o Duque) a cavalo, sem guarda, nem esperar pela comitiva e somente assistido por Fernão de Sousa, seu Veador e Pedro de Sousa Brito que estava nomeado para, com o mesmo officio, servir a Duquesa." (Espanca, Memórias, n.º 7, 1983, pp. 8, 10. Cf. tb. p. 28).

A origem, a posição e o prestígio de Fernão de Sousa conduziram-no, naturalmente, também à dignidade de Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa. Entre 1587 e 1611 existe a sua assinatura nestas funções ainda por um período de 11 anos. Pelo menos quatro vezes - em 1592, 1597, 1602 e 1605 - ele foi também nomeado Provedor daquela instituição (AMVV, Imleçoens, liv. 71, fls. 50-51).

Fernão de Sousa casou duas vezes. O primeiro consórcio teve lugar em 15 de Novembro de 1586 com dispensa papal, pois a eleita era a sua sobrinha Antónia de Lacerda, filha de D. Manuel de Lacerda, Alcaide-mor de Sousel, e de sua mulher D. Joana de Ataíde. Desta união nasceram dois filhos (Catarina e Martim Afonso de Sousa), sendo ambos, tal como todos os filhos posteriores, nascidos e baptizados em Vila Viçosa. A mãe sobreviveu apenas alguns dias ao nascimento do primogénito. Ela faleceu em 31.8.1592 "de h+u accidente de sono" e o filho seguiu-se-lhe poucos dias depois, por "ma e falta de leite" (BAL, cód. 49-1-72, fls. 17-17v). Enquanto que, presumivelmente, muitas coisas dignas de interesse na vida de Fernão de Sousa não foram documentadas, é por outro lado transmitido à posteridade, deste tempo da viuvez, o facto, não necessariamente de relevo histórico, do nascimento dum filho ilegítimo, Domingos Fernandes. Este é nomeado em 1593 moço de estrebaria do Duque e logo poucos anos depois foi morto em Bragança. Possivelmente, houve ainda outro filho ilegítimo, António de Sousa, que a 17 de Agosto de 1620 teria celebrado o seu casamento na Igreja Matriz de Vila Viçosa (Espanca, Memórias, 1986, n.º30, p. 24).

Cinco anos após o falecimento da sua primeira mulher, Fernão de Sousa casou pela segunda vez. A nova esposa é Maria de Castro, a filha mais velha de D. Simão de Castro, Senhor de Benviver, Reris Sul e Resende, e de sua mulher D. Margarida de Vasconcelos. A boda teve lugar em Lisboa, no "mosteiro d'Anuncjada". Com Maria de Castro teve Fernão de Sousa, em rápida sequência, nove filhos: seis rapazes (Gonçalo, Martim Afonso, Diogo, Simão, Tomé e Gaspar) e três raparigas (Helena de Sousa, Joana de Tovar e Margarida de

Vasconcelos). Todos eles foram baptizados na Igreja de Santa Maria do Castelo, a Matriz de Vila Viçosa. Dois dos seus filhos são, neste contexto, porventura dignos de menção: Diogo e Tomé.

Diogo (7.6.1601 - 21.1.1678), o terceiro filho, seguiu a carreira religiosa; estudou em Coimbra e ascendeu depois a elevada posição no Santo Ofício. De 1644 a 1656 foi deputado da Mesa da Consciência e Ordens e finalmente, a partir de 1671, Arcebispo de Évora. Ali celebrou em 16 de Junho de 1677, por ocasião da trasladação dos ossos dos Braganças, os antepassados do Príncipe-Regente D. Pedro II, para a Igreja de S. Agostinho, de Vila Viçosa, um ofício e missa de Requiem. Diogo de Sousa está também sepultado em campa de mármore na sua Sé, defronte da Capela do Santíssimo Sacramento, tendo sido mudado, por volta de 1983, para o outro lado do altar.

Tomé de Sousa (31.5.1606 - 19.11.1649), o quinto filho, herdou todos os títulos e bens de seu pai. Depois da proclamação do Duque de Bragança como D. João IV, Rei de Portugal, com a qual terminou a hegemonia de Espanha, ele colocou-se imediatamente à disposição do novo rei. Poucos anos depois, veio a morrer em defesa da sua pátria contra os espanhóis. Por via do seu casamento com Francisca de Meneses, neta de D. João Coutinho, Conde de Redondo, lançou as bases para que este título se transmitisse mais tarde a este ramo dos Sosas: ele foi conferido pelo Rei, a 2 de Março de 1707, a seu filho Fernão de Sousa, neto do "nosso" Fernão de Sousa. Também Tomé de Sousa e os seus descendentes ficaram ligados a Vila Viçosa, embora já ali não vivessem e por fim só raramente lá permanecessem. Tomé de Sousa foi nomeado, por mercê do Rei, Alcaide-mor desta Vila, um cargo que, depois dele, também seu filho Fernão de Sousa, e o filho deste, Tomé, desempenharam.

O Fernão de Sousa mais velho, futuro Governador de Angola, tinha em Vila Viçosa, ao que parece, contacto estreito com os parentes maternos ali residentes, o que se reflecte também na escolha dos padrinhos para os seus filhos. Quase na sua frente vivia seu primo João de Caminha, numa casa que este em 1604 reedificou e que ainda hoje existe. Também o próprio Fernão de Sousa tomou em Vila Viçosa uma série de apadrinhamentos. Entre 1589 e 1603 figura ali dez vezes como padrinho no baptismo duma criança.

Ele possuía, tanto no norte como no sul de Portugal, numerosas quintas e propriedades menores. Era no Alentejo que elas se concentravam, sobretudo no termo de Vila Viçosa, Estremoz, Elvas e Borba. De acordo com os dados ainda disponíveis, ele não terá sido excepcionalmente rico, mas por certo relativamente abastado. Nesse sentido aponta desde logo a manutenção de várias casas, algum pessoal e outros servidores (feitores, pagens, lacaios e demais criados), que, em parte à sua custa, o acompanharam também para o Ultramar. Ainda um indício muito significativo é a referência a "coche" e "cocheiro", pois o coche privativo era então um símbolo de condição social que só os abastados podiam permitir-se. É também de registar o facto de Fernão de Sousa ter mais tarde utilizado, para os seus planos de reconstrução em Amarante, o arquitecto do Rei, Pedro Nunes Tinoco.

A última menção documental de Fernão de Sousa como morador em Vila Viçosa data do ano de 1612, mas é provável que ali tenha vivido ainda mais algum tempo. Segundo Joaquim José da Rocha Espanca, que em geral no que se refere a acontecimentos de Vila Viçosa (mas só nestes) está devidamente informado, Fernão de Sousa "em 1616 havia deixado o serviço da Casa de Bragança e morava em Évora" (Memórias, 1986, n.º 31, p. 72). Com pouca simpatia se refere Cristovão Alão no seu nobiliário às razões desta rotura, dizendo que ele "*se saio do seu seruiço (i.e., do Duque de Bragança) porque lhe não deu huã cõmenda, tendolhe ia dado muito, uiueo em Évora cõ sette ou 8. mil cruzados de renda.*" (BNL, Colecção Pombalina, n.º 279, fl. 68v). Outro nobiliário, anónimo, especifica mais que "*deixou o seu seruiço porque uagando huã comẽda grande a deu o Duque a seu filho do mesmo Duque dizendo que se o Duque não queria as comendas para os criados que tiuesse outros menos onrados.*" (BNL, Colecção Pombalina, N.º 288, fls. 131-31v).

Wasco Fernandes
Caminha¹
† depois de 1563
(primo de Catarina
Annes Bispa*,†1533)

Cecília
Mendes de
Carvalho

Fernão
de Sousa²

Filipa
de Melo

Afonso Vaz
Caminha*^{3,4}
† 3.2.1569

Cecília
de Castro

Rui Vaz
Caminha*⁴
† 12.4.1577

Catarina
Jarmento
de Lacerda *
† 3.6.1597

Joana
de Tovar *
† 2.11.1599

Martim
Afonso
de Sousa *²
† 30.3.1606

João de Tovar
Caminha⁵
† 3.9.1614

D. Manuel
de Lacerda⁶
† 1578

Joana
de Castro
(de Ataíde)

Fernão
de Sousa^{2,6}
* 19.4.1563
† 3.10.1635

D. Manuel
de Lacerda⁷

Antónia
de Lacerda *
† 31.8.1592

Catarina
* 18.3.1590

Martim
Afonso
* 22.8.1592
† 17.9.1592

- * Pessoas de quem Fernão de Sousa herdou.
- 1 Alcaide-mor de Vila Viçosa, camareiro-mor do Duque D. Teodósio I.
 - 2 Senhor de Gouveia.
 - 3 Homem erudito, dominava mais de doze idiomas tendo vivido muitos anos em Paris.
 - 4 Copeiro-mor do Duque D. Teodósio I, alcaide-mor de Sousel; padrinho de Maria, irmã de Fernão de Sousa.
 - 5 Alcaide-mor de Vila Viçosa; capitão-mor das naus da Índia em 1588.
 - 6 Alcaide-mor de Sousel.
 - 7 Provavelmente filho ilegítimo; padrinho de Joana, filha do segundo matrimónio de Fernão de Sousa.

Fontes principais: BAL, códs. 49-I-72; 50-IV-6; Roig e Caeiro 1982; Espanca 1892 e ms. vol.V;
BGUC, ms. 660, f. 199; BNL, Coll. Pombalina, n.º 300, ff. 248-50.

O primeiro matrimónio de Fernão de Sousa (15.11.1586) e alguns dos seus parentes pelo lado materno,

Em Évora viveu pois Fernão de Sousa apenas alguns anos, antes de se fixar definitivamente em Lisboa em 1622/1623. Independente do lugar de residência, permaneceu ao longo da vida, antes de mais, a sua ligação ao Norte: Amarante e o concelho de Gouveia de Riba Tâmega, a região dos seus antepassados. Esta pertença aos bens da Coroa que haviam sido cedidos aos Sousas, como senhorio hereditário. Pelo menos cinco das suas irmãs ali nasceram e ele próprio muitas vezes ali permaneceu. Em Amarante mandou também construir, juntamente com seu irmão Martim Afonso, uma capela-mor da igreja do mosteiro de Santa Clara, como última jazida para si e para seus pais. Mais tarde foi ali também sepultado o seu filho mais velho, Gonçalo.

Até ao rompimento com a Casa de Bragança, a vida de Fernão de Sousa não apresenta quaisquer particularidades que justificassem a sua memória ao longo de quatro séculos. Esse fundamento começa por surgir com a sua nomeação para Governador de Angola, em 5 de Outubro de 1623. Já então vivia em Lisboa com a sua família. Foram contudo os anos de Vila Viçosa que formaram e consolidaram as qualidades de Fernão de Sousa, as suas capacidades e os seus preconceitos, e que depois determinaram a sua acção em Angola.

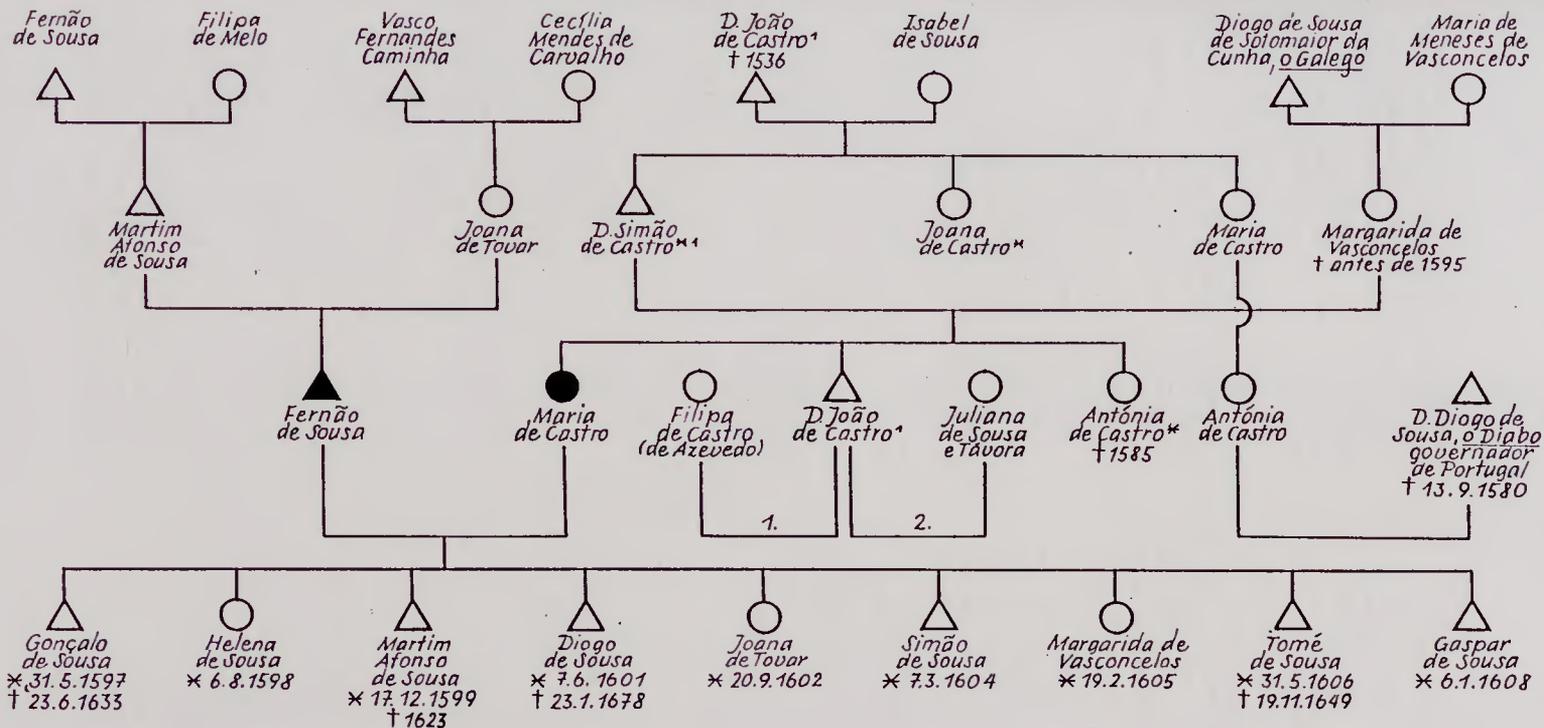
De acordo com a sua classe e posição, e em plena conformidade com os valores e as expectativas do tempo, Fernão de Sousa praticou uma observância rigorosa da etiqueta, do "estilo". O procedimento de acordo com a categoria social era então muito mais que uma mera formalidade. Solidamente enraizado na tradição da sua família, era contudo alheio a qualquer arrogância e nada tinha dum arrivista, dum aventureiro ou negociante. Quanto ele se sentia pertencente em exclusivo à velha nobreza, ressalta também do facto de ser ele autor dum **Nobiliário das famílias de Portugal**, em quatro volumes, infelizmente desaparecido.

Mas ele possuía também a noção dos valores e os preconceitos da sua condição e do seu meio ambiente. Isto manifesta-se sobretudo na atitude que assume para com os judeus, os cristãos-novos e os mulatos, atitude que coincidia com a da Inquisição e a da coroa espanhola. Desde o estabelecimento da Inquisição em Portugal, no reinado de D. João III, a perseguição aos judeus tornara-se a razão de existência e o objectivo primacial desta instituição. Era ela também que promovia a "limpeza de sangue" para todos os serviços eclesiásticos, académicos e altos cargos políticos. Embora Fernão de Sousa, perante casos concretos, se tenha sempre esforçado por proceder com objectividade e justiça, a sua atitude nesta matéria, sobretudo no que respeita à sua própria família, parece ter-se agudizado com os anos, sob a influência da política espanhola. Isto provém da modificação dos regulamentos de herança, que ele, em 1622, juntamente com sua mulher, apoiando-se nos correspondentes decretos e leis respeitantes aos bens da Coroa, os tomou também expressamente para os seus bens:

"(...) o tempo tem mostrado em casos que sobçederaõ nestes Reynos quanto conu+e andarem as casas e os morgados e sobçesso+es dellas, e das familias em pessoas limpas, e sem raça alguã, (...)". No futuro deveria portanto ficar excluído da herança todo aquele que *"case com mulher de nação hebreã, ou com mulher que tinha raça de nação por qualquer via que seja, e ajnda que pellas outras vias seja nobelissima, ou com mulher moura, ou mullata, ou que tenha raça destas duas cousas (...)"* Estas limitações à herança eram justificadas *"pello perigo que há e pode aver de taes misturas pera a limpeza de seus descendentes, casa e familia, o que querem e mandaõ que se guarde como lej expressa."* (ANTT, Chancelaria Filipe III, liv. 14, fls 36-36v; v.tb. fl. 37).

É a partir deste pano de fundo que se explicam as muitas observações depreciativas de Fernão de Sousa sobre judeus, cristãos-novos, crioulos e mulatos em Angola.

Por outro lado, os seus juízos sobre os africanos eram nitidamente influenciados pelos interesses políticos de Portugal. O Congo, que então tinha contactos sucessivos com o inimigo mortal europeu, os "heréticos" holandeses, e com eles mantinha relações comerciais, sob a vigilância dos portugueses em Angola, saíu-se daí muito mal: os seus habitantes



* Pessoas de quem Maria de Castro, mulher de Fernão de Sousa, herdou.

1 Senhor de Resende (entre outros títulos). Trata-se dos Castros das 13 arruelas.

Fontes principais: BAL, códs. 49-I-72; 50-IV-6; 49-XIII-28; 54-IX-56, nº 51.

O segundo matrimónio de Fernão de Sousa (27.10.1595) e alguns parentes de sua mulher,

eram, segundo ele, “muy falços, grandes mentirosos, e embusteyros”, que nem “leis, n+e justiça” possuíam. A população de Cacongo, pelo contrário, considerava-a “docil”, porque de boa vontade se convertia ao Cristianismo e se deixava baptizar. Também para com o rei de Ndongo, por ele nomeado, e que era uma figura importante no xadrez da sua política de Angola, não tolerava qualquer falta de respeito por parte dos portugueses, por pouco que considerasse a sua pessoa e a sua fidelidade política: “*Ainda que he negro t+e nome de rej, está confirmado pora Sua Magestade, e devesselhe cortezia, e respeito.*”

Apesar de todos os preconceitos, Fernão de Sousa teve sempre perante casos isolados uma capacidade de avaliação clara e objectiva, sem olhar à pessoa nem à sua filiação rática e cultural. Assim, em relação a uma pesada afronta dum português influente em Angola contra uma portuguesa convertida e casada, ele expressou-se indignado: “*os ricos parec+e que podem fazer tudo, e quer+e lho sofraõ*”, e promoveu a condenação do culpado. E muitas vezes denunciou a cobiça dos portugueses como motivo predominante do seu comércio em Angola. Foram estas qualidades - a sua integridade pessoal, a sua prudência, o seu profundo sentido de justiça acima de todas as barreiras de classe - que o fizeram revelar como particularmente dotado para o desempenho deste difícil cargo. Pois Angola estava então ensanguentada por guerras de muitos anos e ali dominavam o arbítrio, a corrupção, a ilegalidade e o poder discricionário. Fernão de Sousa parecia ser o homem certo para acorrer a esta situação e não foi só Manuel Severim de Faria que viu nele, no momento da nomeação, “*pessoa de grande reputação, e de quem se esperaõ grandes augmentos no bem publico daquelle Estado*” (Brásio, Monumenta, VII, p. 81).

Porém, estes “*augmentos do bem publico*” só podiam ser alcançados através do comércio atlântico de escravos, de que Angola era então um dos centros principais. Todos os anos milhares de escravos deixavam Luanda em direcção à América do Sul, onde eram utilizados sobretudo como força de trabalho barata nas plantações brasileiras de cana de açúcar e nas minas de prata do Peru. De Fernão de Sousa não se conhece qualquer declaração de princípios sobre escravatura e o comércio de escravos e nem sequer a referência dum posição crítica. Ele considerava ambos os casos como dados adquiridos e tratava de promover todo o proveito possível para a Coroa desta lucrativa fonte de rendimentos. Opunha-se apenas a actos demasiado arbitrários dos portugueses para com a população africana e a práticas de pilhagem susceptíveis de vir a prejudicar a longo prazo os interesses da Coroa. Ele via possibilidades enormes no negócio de escravos em Angola e dedicou-lhe logo de início uma atenção ilimitada. O seu empenho incansável no estabelecimento do controle régio e na imposição de normas legais preestabelecidas servia, antes de mais, este objectivo da multiplicação dos rendimentos estatais. E embora tivesse a noção, mais do que muitos predecessores, das consequências negativas da guerra, ele continuava a ver nelas um meio necessário da sua política. Se não tivesse havido por parte da Coroa a proibição expressa de guerras preventivas, e se os jesuitas não tivessem recusado, pelo menos num caso, o acordo a um fundamento de guerra por ele ponderado, ter-se-ia ainda provavelmente lançado, com forças deficientes, em algumas aventuras de consequências indeterminadas (p. ex. contra o Congo e Mbvila). “Rigor”, “açoute”, “pôr preso” e “guerra” eram também os seus conceitos-chave da política, quando se tratava de eliminar resistências, interesse opostos, súbditos insubmissos, rebeldes, inimigos. Já é de lamentar que o seu nome permaneça ligado a duas campanhas contra a célebre rainha Njinga, que se traduziram no fim da independência da cidade de Ndongo. Aqui reside também o trágico individual deste Governador escolhido com especial cuidado. Ele tinha, afinal, que cumprir o melhor possível, e de facto todo o seu esforço procurou servir o seu Rei tão consciente e acertadamente quanto pôde. Isto, porém, tolhia também a sua capacidade de decisão. Em vez de agir por conta própria (e podia muitas vezes fazê-lo, pois, devido ao longo caminho dos correios, tinha muitos meios legítimos à sua disposição que lhe permitiam orientar-se pelo seu sentido de justiça), buscava, vacilante, o apoio do Rei, apenas para nada fazer de indevido e assim não cair em desgraça. O tempo desperdiçado acarretou consequências que não puderam ser remediadas. E com o negócio atlântico dos escravos como agente primordial, envolveu-se em obrigações comerciais cada vez mais forçosas, até que a introdução de meios militares, com todas as suas consequências previsíveis, se

casas de v^a
viciosa — Declaro q^o para fazer mayor rendimento
nas casas grandes de villa vicosa a fonte
pequena q^o tem os saltos dos baixos q^o odnq^o
dom^o e o dorio doou em morgado, e andare
neste morgado, fir bemfeitorias, e as fir
e as saiens com q^o cresce m^{to} mais, a deada
das ditas casas do em q^o andou q^o por
aquele de q^o não eston lembrado, e q^o
por cair a parte de seora p^o longo da rua
Fernão de Sousa — ate

Atos baixos do arvão de sefor de nome, e des
para em a levantamento, e figurar, e da mes
ma maneira por cair em os furtados da
casa da outra banda em q^o tinha se bobão
debeu, e sua mulher leonor de faria pereira
seca e o furtado os furtados, para ficarem
si guos de q^o tambe não se ousto q^o fece
ram todas estas obras e bemfeitorias, de q^o
fao lembrança, para se considerarem
nas partilhas q^o fizere de minha fazienda
em respeito, e deca do assento, q^o nella se
tomar, entre os baixos, e saltos destas casas
se lam parteiros, seja de morgado, por
aue rem sido pagos nas prim^{as} partilhas
e o officio apontado se aue se seguir nas
bemfeitorias, e compras de este morgado
e dos mais.

tornou inevitável. A diferença em relação ao passado consistiu apenas em que não se tratava já de pilhagens de curto prazo, mas dos primeiros passos para a concretização dum conceito de ordem e política económica a longo prazo. As consequências foram o grande movimento de fugitivos, a desestabilização política, as crises de fome e o agravamento duma epidemia de varíola. Os métodos de extracção variavam, mas o resultado era sempre o mesmo: ou comércio, ou tributos, ou despojos de guerra, etc.; estavam sempre em causa gentes que tinham que abandonar a terra como escravos. Se umas vezes era o enriquecimento privado que predominava, noutras era o enriquecimento oficial do poder colonial. A pilhagem particular e a estatal agiam em separado ou em conjunto. Por isso, também sob a égide do governador Fernão de Sousa, homem tão movido pelo sentido da justiça e da segurança legal, no espaço das suas fronteiras geográficas e temporais pouco se alterou a situação para a população africana. Pois para esta as campanhas "legais" que se arrastavam ao longo de meses não eram menos opressivas do que as distorções "ilegais" por parte de alguns.

De facto, não existem referências directas a uma maior participação pessoal de Fernão de Sousa no comércio de escravos, mas, como é evidente que ele trouxe consigo no regresso alguma prata e quantidades apreciáveis de outras fazendas, é de concluir que também ele participou nos respectivos negócios com a América do Sul. Em geral, colhe-se a impressão de que ele entendeu não só conservar os seus haveres mas também aumentá-los substancialmente.

A maior competência revelou Fernão de Sousa na administração, como atestam as suas incansáveis reformas e propostas de reforma. Aqui pôde criar em pleno, a partir das experiências que ao longo dos anos fizera em Vila Viçosa. A elas ficou também devendo em especial a sua fama póstuma. Entre os portugueses praticou um regime severo. Mas foi ele também o primeiro Governador de Angola a afirmar-se como incorruptível e a fazer cumprir, sem atender à pessoa, as leis do seu país, impedindo quanto possível as infracções. A tal propósito, escrevia uma vez ao Inquisidor-Geral:

as (noidades) desta Ethiopia são muitas pola ynfedilidade do gentio e cobissa portuguesa sobre que he necessario estar sempre o acoute." Bal, cód. 51-IX-20, fl. 377)

Quando Fernão de Sousa, em 25 de Março de 1624, partiu de Lisboa com destino a Angola, era, aos 61 anos de idade, um homem relativamente envelhecido. Em 21 de Outubro do ano anterior, fora-lhe concedida a carta patente da capitania-mor e governo da conquista do Reino de Angola, com 800.000 réis de ordenados por ano. Em 22 de Fevereiro de 1624 fora ianda distinguido com a carta de Conselheiro do Rei e em 20 de Março prestou o seu juramento. Embora ele estivesse ainda em perfeitas condições de suportar os sacrifícios desta missão - incluindo a viagem exaustiva, o clima pouco agradável em Luanda e o ataque dos holandeses a esta cidade, que ele conseguiu repelir com sucesso - muito em breve os sentiu como uma carga pesada. Assinalou-os sempre como "tão pesada cruz" e, já um ano decorrido sobre a chegada, manifestou a esperança de se libertar oportunamente, quando atingisse o período habitual dos três anos. Ele queria servir o seu Rei o melhor possível e em tudo cumprir como devia. Por isso era tanto maior a decepção, quando escasseavam às reacções e as directivas da Coroa às suas consultas, propostas e relatórios. Desde o início que ele viera informando em pormenor a Coroa sobre as circunstâncias em Angola e todos os problemas e questões em causa.

Faltavam, porém, muitas vezes as decisões a nível superior ou chegavam com atraso incomportável. Sobretudo nos últimos anos, muitas vezes esperou em vão por uma resposta. Assim, as suas numerosíssimas cartas, relatórios e memoriais foram perdendo cada vez mais a intenção meramente informativa, para servirem sobretudo a sua auto-justificação quando estavam em causa conflitos pessoais ou de carácter geral. Em particular no que dizia respeito à política para com o reino de Ndongo e para com a rainha Njinga, acentuava-se cada vez mais a sua preocupação em se justificar. Mas ele não escrevia apenas às instâncias governamentais em Portugal. É especialmente impressionante o extenso relatório da sua actividade política, destinado a seus filhos, que encetou pouco depois da chegada a Luanda e depois foi completando. O documento tinha também uma intenção pedagógica:

"E pera vos aproueitar dis dos successos que tiue, como di balizas de herros do gouerno volos deixo escritos para colherdes, e se quiserdes acertar nos cargos di que vos encarregardes trazey sempre no pensamento a Deos, e as obrigações do cargo, por he grande perigo subordinalas ás da pessoa." (BAL, cód. 51-IX-20, fl. 220)

Tudo o que chegou até nós destes relatos — que é muito, mas está longe de ser tudo — consiste hoje na colectânea em dois volumes, tão valiosa para o historiador, "Governo de Angola de Fernão de Sousa", existente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa.

Quando um sucessor faltava e Fernão de Sousa também no aspecto corporal começou a sofrer — e disso restam apenas algumas manifestações emocionais — ele pôde ocultar cada vez menos a sua desilusão. Já em 1625, numa carta ao Governador de Portugal, D. Diogo de Castro, ele exprimia a sua aflicção: Este *"gouerno (...) cõ mais razaõ se pode chamar gallê pola gente que abita este Reyno pera que he mais necessario h+u comitre que governador."* (BAL, cód. 52-IX-20, fl. 373). As proporções que esta desilusão acabou por assumir e quanto ele se sentia abandonado, é o que se deduz deste desabafo para D. António de Castro: *"Resoluome, que nam esta o tempo para seruir a reis, e que nam pode uir a este gouerno hom+e de uerdade, e de primor e conçiencia se nam que soffra e uenda tudo."* (BAL, cód. 52-IX-20, fl. 389).

Só mais de seis anos depois, a 4 de Setembro de 1630, o seu sucessor chegou a Luanda, e decorreu ainda quase mais um ano, até que Fernão de Sousa, atormentado por "muitos achaques", pisou de novo em Lisboa o solo pátrio. Nos poucos anos até à sua morte, foi aqui ainda diversas vezes solicitado para relatórios, consultas e pareceres, mas não exerceu qualquer cargo público. Também em vão aguardou o reconhecimento dos seus méritos por parte da Coroa. Ele tinha ainda grandes planos de reedificação para o seu palácio de Amarante, mas veio a falecer entretanto a 3 de Outubro de 1635, na idade de 72 anos.

O juízo dos contemporâneos e da posteridade sobre Fernão de Sousa foi, ao que ficou registado, em princípio francamente positivo. Nobiliários dos fins do séc. XVII, por exemplo, classificam-no como *"hũ dos milhores governadores que faraõ aquelle Reino"*, e para Cadornega ele foi o "bom e prudente Governador", e até, como ali se diz, o "Governador perfeito". Em boa verdade, a adesão à sua acção política em Angola, também no seu século, com todos os grandes méritos que conquistou para a Coroa portuguesa, sobretudo na administração da Angola portuguesa e na defesa de Luanda contra os holandeses, não foi de modo algum tão absoluta como o eco público daquela época podia fazer crer. Assim, por exemplo, o Conselho Ultramarino, em 16 de Outubro de 1641, condenou expressamente o seu procedimento para com a Rainha Njinga, o que por certo também ainda hoje permanece como uma das maiores objecções que lhe podemos fazer. Assim opina nos tempos modernos, a este propósito, por exemplo José Maria Delgado: *"os outros governadores tiveram grande culpa, mas especialmente Fernão de souza, por causa do seu excessivo escrupulo em não sair fora do seu regimento, podendo sair legalmente fora dele, pois os autos das Juntas o defendiam plenamente."* (In Cadornega 1940, Vol. I, pp. 214, 174; v. tb. p. 171).

O juízo sobre Fernão de Sousa exprimiu-se por certo de forma diversa e depende muito dos pontos de vista. Sem dúvida, ele foi uma personalidade de destaque entre os portugueses que então ocupavam um posto no Ultramar, e apesar do grande sofrimento que também a sua política provocou na população africana, há vários aspectos da sua acção e do seu carácter que ainda hoje justificam uma memória honrosa da sua pessoa em Vila Viçosa, a vila em que passou a maior parte da sua vida.

BIBLIOGRAFIA

Outra indicação de fontes, literatura completa e informações complementares sobre Fernão de Sousa, sobretudo no que respeita à sua política em Angola e às suas casas em Amarante e Lisboa, encontram-se nas minhas publicações aqui citadas.

Tradução: Prof. Doutor Olívio Caeiro

Raízes da Restauração

*João de Sousa da Câmara**

"A minha verdadeira nobreza
é associar-me aos irmãos e
discípulos do Salvador."

S. JOÃO DE BRITO (1647-1693)

(Mons. Doering S.J., *São João de Brito*, 1948, p. 210)

Na proximidade da hora do abatimento definitivo das fronteiras na Europa Ocidental, fazer despertar através da tradição, a consciência da nacionalidade talvez não seja uma tarefa inteiramente inútil.

O presente trabalho - que se prolongará noutros números da "CALLIPOLE" - estriba-se fundamentalmente em documentação inédita e tem por objectivo, mais do que representar de novo o drama histórico e as circunstâncias de risco próximas da hora da Restauração, procurar sentir sobretudo a dinâmica da história e entrever no passado, quer o mundo que preparou o momento da libertação, quer o universo que tornou possível a sua concretização.

Mas para tirarmos conclusões sobre o que hoje se começa aqui, serão necessários pelo menos mais dois estudos. O 1.º sobre os antepassados maternos de João Francisco de Sousa da Câmara ⁽¹⁾: "Os Andradas de Brito ao serviço da Casa de Bragança. O 2.º sobre os seus avós paternos: "Os Sosas de Brito na Corte de Vila Viçosa".

Quando no crepúsculo do 1.º quartel do século XVIII José Gomes Anes Amado Azambuja frequentou a Universidade de Coimbra se não aprofundou sofrivelmente os mistérios da retórica, ao menos perscrutou sensivelmente os segredos da genealogia. Tornou-se então não só uma autoridade nessa matéria, como um artista consagrado no campo da heráldica. Durante a sua permanência na Universidade travou conhecimento com um irmão de João Francisco de Sousa da Câmara, tendo desenhado para este último uma árvore de costados.

* Membro da Academia Portuguesa da História.

Isso mostra que este João Francisco, embora sendo apenas o mais novo dos irmãos -como se pode ver na "História Genealógica"⁽²⁾, teve interesse e curiosidade na composição dessa sua árvore que regista o nome dos seus antepassados paternos e maternos. É caso para se perguntar: Mas João Francisco conheceu a sua história? É muito provável! Certamente, esta árvore de costados, que resistiu aos estragos do tempo, tornou-se um instrumento precioso de trabalho, uma espécie de guia e de programa para com o máximo rigor podermos classificar, muito mais do que os parentescos e as linhagens, os velhos pápeis dos Arquivos, coisa sempre muito difícil e problemática de enquadrar e catalogar quando por eles passam os séculos.

O culto dos mortos não é só uma prática religiosa. Os mortos reclamam contra o esquecimento. E a história tem o dever de os erguer das suas jazidas, através dos manuscritos, descobrindo as feições determinantes do seu passado.

No caso concreto dos papéis relativos à Casa de Bragança, objecto principal do presente estudo, não descurámos em nada o método escrupuloso da pesquisa. Seguindo a árvore de costados, e em boa ordem, fomos levantando e inventariando a vida dos mortos através dos seus documentos, seguindo interessadamente todos os seus passos, procurando entrever através das cartas, dos alvarás, das mercês, etc., as mais diversas acções, quer as desenroladas no tempo de D. João II, quer as desenvolvidas na época de D. João IV e prosseguidas depois nas campanhas da Restauração.

Será, porventura, preciso inventar a realidade? Naturalmente, a João Francisco seria muito mais fácil, através da sua árvore de costados e ainda perto dos acontecimentos, alguns bem vivos na tradição da sua família, encarregar-se de conservar por escrito os testemunhos do passado.

Por uma certidão dos livros de baptizados vemos o seguinte: "Aos vinte e oito dias do mês de outubro de mil seiscentos e noventa e sete annos em a Paroquial de São Bartholomeu de Vila Viçosa de Licença do R. Prior Fr. Pedro Pereira da Silva bautizei e pus os Santos óleos a João Francisco filho legítimo de Francisco de Sousa da Câmara e de D. Maria de Lemos de Andrade foram padrinhos o Conde das Galveias e madrinha Soror Francisca dos Anjos Religiosa de N.S.^a das Servas da Vila de Borba do que fiz este termo que assignei dia, mês e anno ut supra. Fr. Affonço de São José"⁽³⁾. O nome próprio que lhe deram foi certamente em lembrança do parente de seu pai, o mártir jesuíta S. João de Brito, morto quatro anos antes, em 1693. Eram ambos trisnetos por varonia de Cristovão de Brito Pereira. Deverá lembrar-se que o seu padrinho de batismo foi Dinis de Melo e Castro, se não o maior general, ao menos uma das grandes figuras das campanhas da Restauração. Decorridos dezanove anos, em 1716, João Francisco, como se vê pelo documento incluso, é já moço fidalgo e fidalgo escudeiro da Casa Real com 2.480 réis de moradia por mês. Por esse tempo, ainda vivia com seu pai que apenas faleceu em 1719.

Mas, acaso, foi precoce em João Francisco a vocação para as letras e a apetência pelas armas? Não certamente! Sobre a sua capacidade literária nada sabemos e sobre a sua actividade militar o que conhecemos é irrelevante. Foi tenente como Stendhal, mas não deixou o menor traço artístico para além da encomenda da árvore genealógica, nem o mínimo sinal literário para além da presumível frequência na Universidade de Coimbra. Pois bem, só com 41 anos, em Janeiro de 1739 assentou praça de soldado no regimento de cavalaria de Dragões de Olivença. Começou a sua carreira na Companhia do capitão António de Melo e Castro, por despacho do Governador das Armas, o Conde de Atalaia. Mas só com 57 anos de idade, em Agosto de 1755 chegou a tenente da Companhia do capitão João Nunes de Miranda do referido Regimento.

Singularmente, esta sua passagem pela arma de cavalaria, acrescida à tradição familiar e à formação escolar, se deviam ter sido estímulos suficientes para se desafrontar do penhor da História, escrevendo sobre a sua gente na Casa de Bragança, não mais conseguiram do que permitir-lhe escusa do cargo de vereador da Câmara Municipal de Vila Viçosa para o qual foi pautado em 1744. Depois pediu transferência para o Regimento de Évora, tendo-se reformado nessa cidade, onde ainda vivia em 1772. Está sepultado no Convento de Religiosos de São Paulo de Vila Viçosa.

En el Real de Aragón...
de la casa de Aragón...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 1.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 2.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 3.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 4.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 5.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 6.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 7.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 8.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 9.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 10.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 11.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 12.º...
de Aragón...
de Aragón...

En el Real de Aragón...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 13.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 14.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 15.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 16.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 17.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 18.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 19.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 20.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 21.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 22.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 23.º...
de Aragón...
de Aragón...

N.º 24.º...
de Aragón...
de Aragón...

A árvore de costados que José Gomes Amado de Azambuja desenhou para João Francisco é anterior a 1722⁽⁴⁾, mas depois não foi pequena a sua actividade em tratados genealógicos, memórias genealógicas, arbolários genealógicos, árvores de costado, estudos heráldicos os mais diversos, enfim muitas dezenas de tomos, de grossos volumes, tudo em manuscritos in-folio como asseguram os dicionários bibliográficos.

Certamente, João Francisco de Sousa da Câmara com o apoio desse excelente companheiro especialmente dotado para desvendar os segredos genealógicos das famílias, cumpria-lhe ter ido à "procura do passado". Não o fez! Mas os antepassados reclamam o seu salário!

"Raízes da Restauração" foi o título que se nos afigurou mais adequado para atribuir à obra que João Francisco devia ter escrito no século XVIII. Será que hoje é demasiado tarde para ser realizada? Não parece! Ninguém é insubstituível! Nada nos negócios humanos está definitivamente perdido! Só o desaparecimento da memória histórica é irremediável!

Naturalmente, muito longe de nós a ideia de trazeremos qualquer inovação ao pensamento histórico. Ousamos, simplesmente, numa época em que por todo o lado se combate de mil formas o mundo dos nobiliários, fazer a reconstituição historiográfica, quando perdidas são as tradições orais dos séculos XVII e XVIII, das feições determinantes duma família que se envolveu no programa e no projecto de intervenção da luta pelo poder da Casa de Bragança e sempre, enquanto calipolense, integrada nessa linha política, deu inúmeros testemunhos de fidelidade inquestionável.

Mas que se entende verdadeiramente por "Raízes da Restauração"? Apenas o tempo que antecede imediatamente 1640? E porque não todo o crepúsculo do século XV que precede à ressurreição da Casa de Bragança? Não se viu ela destruída em 1483 por D. João II? E não foi ela depois restaurada e na maior grandeza, em 1496, por D. Manuel? É caso para se questionar: não terá também essa época direito ao título: "Raízes da Restauração"? Sendo assim como pode o presente estudo esgotar-se nas origens da última Restauração?

D. João II, o coveiro da Casa de Bragança, afirmava: "tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão"⁽⁵⁾. Como a história veio demonstrar exuberantemente, o Príncipe Perfeito mal sabia que estava a profetizar o futuro da própria Casa de Bragança.

No ano de 1491 morria o filho herdeiro de D. João II e a capacidade de voar como o falcão ia ficar para outros. Nesse preciso ano, na véspera de Natal, nascia em Espanha, em Guipúzcoa, no castelo de Loyola, Inácio, mas precisamente Inigo. O ano de 1491 seria de luto para uns e de grande alegria para outros! A Igreja não mais pode esquecer essa data. É que Inácio foi o fundador da Ordem que criou uma mística de serviço, um exército ao serviço de Deus. Esta milícia santa e com virtudes militares começou com meia dúzia de soldados de vontade inquebrantável, homens de acção e almas ardentes. Destes voou como poucos, tendo a Cristo por Capitão e sob a bandeira de Portugal, Francisco Xavier de Navarra. No século XVII pertencente ao mesmo exército que pretendia estender a fé de Jesus Cristo por toda a terra, sem recelo do martírio, destaca-se, sem dúvida, S. João de Brito, o Xavier português.

O culto dos mortos, como já dissemos, não é só uma prática religiosa. Os mortos reclamam contra a falta de lembrança. Exigem a recordação dos vivos. E a História tem o dever de reconstituir através dos papéis velhos, o passado das pessoas, das instituições e das nações. Será, acaso, preciso descobrir a realidade real?

Inácio de Loyola era um realista e místico. São estas as feições determinantes dos soldados da Companhia.

De 1491 a 1495 é o tempo em que os adversários de D. João II não deixam de entrever a esperança do ressurgimento da Casa de Bragança. De entre estes é de realçar o 4.º avô por varonia de S. João de Brito. Chamava-se Fernão Rodrigues Pereira e tinha ido para

Vila Viçosa, em 1472, como vedor da Duquesa D. Isabel. A sua alcunha, num tempo tão propício à caça de altanaria, estava a condizer. Era conhecido pelo "passaro"!

"Daquele Passaro creara elle os filhos"⁽⁶⁾ era assim que D. João II se lhe referia, atendendo ao facto de Fernão Rodrigues Pereira se ter antecipado, à intervenção do policiamento do soberano, indo para Espanha com os filhos do Duque de Bragança decapitado.

De Cristovão de Brito Pereira filho herdeiro de Fernão Rodrigues Pereira e trisavô de S. João de Brito, como já dissemos, apresentámos no livro "Antes quebrar que Torcer"⁽⁷⁾ um documento de 1512. É um alvará de moço-fidalgo assinado pelo Duque D. Jaime.

Deverá lembrar-se que em Vila Viçosa este Cristovão de Brito Pereira casou com D. Ana de Sousa parenta de Martim Afonso de Sousa que, trocando o serviço da Casa de Bragança pelo da Coroa, levou para a Índia na sua armada duas vocações de nomeada certa: o soldado da Companhia, Francisco Xavier e o soldado da ciência, Garcia da Orta. A propagação da fé católica, a prática dos exercícios espirituais e a fundação de colégios para a juventude não tiraram lugar nem espaço à investigação da flora, à pesquisa das drogas, quer para instruir, quer para adquirir ciência nas longínquas paragens do Oriente.

Dir-se-ia que a lembrança deste grande botânico podia sugerir e até sancionar neste trabalho a presença de outras figuras da família, com projecção internacional na área das ciências naturais. Só que nenhum deles nasceu em Vila Viçosa e ainda que profundamente vinculados à terra, por razões várias, e nela durmam o seu sono derradeiro, não são calipolenses.

Dentro do espírito da presente publicação, este trabalho é dedicado a um calipolense. Nasceu a 21 de Janeiro de 1840 e morreu a 23 de Março de 1918, em Vila Viçosa, no seu palácio, na sala que dá para a Praça a seguir à sala da capela no sentido ocidental. Nele se perpetuou a família Sousa da Câmara. Foi para Lisboa em 1854, sendo educado no colégio do Sicour. Em 1870 herdou a Casa Agrícola de seus pais. A ele se deve a perservação e acrescentamento do rancho de herdades, situadas entre Vila Viçosa e o Alandroal. Foi responsável, se não pela constituição, ao menos pela aquisição dos livros mais raros da biblioteca Sousa da Câmara. Em 1966, Arnaldo Henriques de Oliveira elaborou o catálogo dessa livraria⁽⁸⁾.

Das facetas que os seus livros deixam entrever, podemos destacar, sobretudo, o culto perfeccionista. As mais requintadas edições, embrulhadas nas mais luxuosas encadernações, podiam fazer suspeitar que o seu proprietário não esgotava nessa área todo o seu requinte. O humanista e o cultor da arte em tudo esforçava-se por achar o melhor. Não colecionava só com conhecimento e bom gosto a pintura, as porcelenas e os móveis. Tinha a obsessão pela qualidade. Encontrava-se muito razoavelmente voltado para os valores da antiguidade, mas não desdenhava em se equipar com toda a modernidade do tempo. Se caprichava em ter na sua casa agrícola as mais sólidas e velozes carruagens não era para possuir os piores cavalos. E se na herdade da Faia, junto a Bencatel, ergueu para a época o "modelo" do monte alentejano, não deixou de o rodear dum certo grande ar, onde não faltava um amplo lago artificial que embelezava o exterior. No interior da casa tinham as paredes a damasco e o chão de madeiras exóticas. Aí os móveis antigos familiarizavam com os novos, saídos da oficina do artista da moda, Alexandre Braga, com motivos especialmente relacionados com a caça.

O Alentejo proporcionava-lhe o grande espectáculo dos imensos espaços livres para caçar. Era um exímio caçador. Com uma dúzia de companheiros, entre os quais figurava o rei D. Luís, fundou na Tapada da Ajuda a Sociedade de Tiro aos Pombos. O decreto de 13-V-1875 autoriza os sócios do tiro de carabina e aos pombos, entre os quais figurava António Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara, a construir, por sua conta, na Tapada da Ajuda, um "chalet" e vedação e uma "volière". A sua presença nas célebres caçadas do tempo aparece referenciada por Montufar Barreiros, no livro que não menciona o seu autor⁽⁹⁾, mas em que o título "Caça" não deixa de ser o mais adequado.

Mas o biografado, se cultivou com amor o mundo do campo e da caça, também se deixou seduzir pelos confortos do Grémio e do Paço. Frequentou assiduamente o Paço

no tempo do rei D. Luís, sendo um dos seus companheiros habituais no jogo do bilhar. Foi quem no seu tempo jogou melhor o bilhar.

Vale a pena lembrar o que Joaquim de Araújo escreveu a seu respeito. E sobre o mundo literário de Joaquim de Araújo basta lembrar o seguinte: foi a ele que Eça de Queirós enviou a 25 de Fevereiro de 1878, de Newcastle, a biografia de Ramalho Ortigão⁽¹⁰⁾.

Dizia, pois, Joaquim de Araújo: "Conhecemos, desde 1878, o Sr. António da Nóbrega, tipo do antigo fidalgo português, encarnado em homem dos nossos dias; foi na livraria do Rodrigues "do Pote das Almas", o simpático velhote, que no seu pitoresco estabelecimento reunia o escol dos bibliófilos portugueses" (...) "O sr. Nóbrega era dos mais assíduos ao "cavaco", e dos colleccionadores que mais abriam a bolsa às exigências do Rodrigues. Convivemos ali, por annos, com esse primoroso cavalheiro, e, no seu trato, podemos avaliar, além de uma gentil cortesia, a paixão absorvente pelos autores clássicos. Nesse tempo era elle também caçador emerito; dos do rancho do sr. Conselheiro Eduardo de Montufar Barreiros, e está dito tudo. O seu vulto anima-se e perpassa, nesse delicioso livro de crónicas venatórias, que, com mais de sessenta annos, o sr. Barreiros realistischamente idealizou, com a seiva e a frescura dos desoito. Não sabemos se como o seu cronista, o sr. Souza da Câmara ainda corre em pós de veados e de lebres ou aponta às codornizes; talvez sim, porque essa paixão, como a dos livros, não é das que se abandonam voluntariamente." (...) "acerca do seu ex-libris, cujo original, uma bella gravura em metal, damos em folha separada, escreveu-nos, em 1902, o estimado bibliófilo: "Verdadeiramente não tenho ex-libris; os que apparecem nalguns volumes meus, foram mandados pôr, para me obsequiar, pelo meu falecido amigo, que naturalmente V. Ex.^a conheceo, Manuel Braga San Romão. Mandou fazer as chapas à Allemanha, e offereceu-mas, como prenda de annos. Agradecendo, deixei coloca-lo nalguns tomos, poucos. Não quiz desconsolar um bom amigo, dizendo que estava tudo errado, como, com effeito, está. Quasi que me não servi da gravura." A nós parece-nos que esta é, pela sua estrutura, mais para ser impressa a sêco, em oiro, nas pastas dos volumes, que para serviço tipográfico"⁽¹¹⁾.

Mas o seu nome não ficou só preso ao mundo dos bibliófilos e ao universo da caça. Os problemas da lavoura alentejana ligaram-no à Associação Central da Agricultura portuguesa. E a curiosidade e interesse pela história fizeram dele membro assíduo da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Só que, acima do desporto, dos ócios de colecionador e dos muitos afazeres como gestor da sua casa, à sua consciência bem formada impunham-se gritantemente os graves problemas sociais do Alentejo. Nunca ninguém se queixou da sua falta de generosidade, nem do seu alheamento às necessidades da terra e às carências das pessoas. Um dia, uma viúva, dum dos administradores da sua casa, ao sair para junto de familiares, levou tudo. Perante a indignação do filho, respondeu: mas quê? Queres que mande prender a senhora?" A sua vibração de nível moral, o seu amor ao próximo e a sua dedicação aos outros, afinavam também pelo diapasão da estética. Muita gente beneficiou da sua bondade. E alguns houve mesmo que, de simples pastores que eram, se transformaram, graças a ele, primeiro em lavradores e depois em proprietários.

Compreende-se perfeitamente que um homem destes tivesse um imenso desapego por certas aparências sensíveis do mundo mundano. Quando o rei D. Luís, seu companheiro e amigo, lhe quis conceder o título que tinha usado um seu tio avô, Sebastião Correa de Sá, se não respondeu como Eça de Queirós fez através duma das suas personagens, ao menos recusou com veemência tão grande munificência...

Para terminar esta breve evocação, que serve de prólogo ao trabalho que ora se inicia na Revista *Callipole*, desejo lembrar o que a seu respeito escreveu o autor do livro "Alentejo à Janela do Passado": "o ilustre fidalgo alentejano foi um espirito cultíssimo e liberal, moldado nas tradições dos seus maiores, alguns dos quais, presos à ordem do absolutismo no Castelo de Estremoz, por transferência de Vila Viçosa, foram sacrificados no morticínio que, em 1833, enegrecceu, na gloriosa Torre de Menagem, a história das lutas políticas da época"⁽¹²⁾.

D. Marques Condorno m.d.

João de Sousa da Câmara

fidejussor de 102. eng. seis centos.

Bar. de Vila Viçosa

licença para...
assimilador...
eng. de 102. de 1791

Amara Guerra de Sá

João de Sousa da Câmara

NOTAS

- (1) D. António Caetano de Sousa, **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**, Coimbra, Atlântida, MCMLIII, Tomo XI, pp. 266 e 267.
- (2) *Ibid.*; **Árvore de Costados de João Francisco de Sousa da Câmara**, desenho do 1.º quartel do séc. XVIII, com um estudo genealógico de José Gomes Amado da Azambuja
- (3) Cert. Ida. (**Fregues. de S. Bartolomeu de Vila Viçosa**) L.º respectivo contendo um assento de 28-10-1697, fls. 6v.
- (4) João de Sousa da Câmara, **Raízes da Independência**, 1982, pp. 197 e 198; e **Antes quebrar que Torcer**, 1968, pp. 134 e 135.
- (5) J. P. Oliveira Martins, **História de Portugal**, Tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1882, p. 191.
- (6) D. António Caetano de Sousa, **Ob. cit.**, Tomo VI, p. 366
- (7) João de Sousa da Câmara, **Ob. cit.**, p. 64.
- (8) Arnaldo Henriques de Oliveira, **Catálogo da Importantíssima e valiosa Biblioteca Sousa da Câmara**, Lisboa, 1966, Leilão N.º 266.
- (9) **Caça**, Memento, Venatori!... Lisboa, A Liberal, 1900.
- (10) **Épa de Quelrós, Notas Contemporâneas**, Lello & Irmão, Editores, Porto, p. 35.
- (11) **Arquivo de "Ex-libris" portugueses**, Director Joaquim de Araujo, Vol. IV, séc. XX (Anno IV-V) p. 60.
- (12) João Rosa, **Alentejo à Janela do Passado**, Lisboa, 1940, pp. 76 e 77. **Notícia acerca das águas que abastecem os Almojarifados das Reals Propriedades quer Próprias quer Nacionais no usufructo da Coroa** - 1904, Lisboa, Typographia da "A Editora", 1905 (Compilação feita por Pedro Victor da Costa Sequeira p. 130).

As Artes como Imagem do Mundo no Azulejo do Século XVIII*

Tânia Costa Tribe**

A representação azulejar das Artes Liberais foi extremamente frequente no Portugal de D. João V. Elas se encontram não apenas em colégios e universidades, como no Salão Nobre do Colégio de Santo Antão e nas salas de aula da Universidade de Évora, mas também em residências particulares, decorando, por exemplo, o Palácio da Mitra em Santo Antão do Tojal. É nosso propósito analisar aqui a origem e função desses diversos programas, situando-os dentro da cosmovisão do período e fazendo notar sua importância enquanto modelos epistemológicos e filosóficos ideais e necessários para a sociedade do período.

1. As Artes Liberais e a “Consolação da Filosofia”

Têm sido exaustivamente estudadas as origens clássicas da educação medieval, fundada nas sete artes liberais e normalizada no poema didático *De nuptiis Philologiae et Mercuriae* (“As Nupcias da Filologia com Mercúrio”), escrito entre 410 e 439 d.C. pelo gramático pagão africano Martianus Capella. No início do poema, a conselheira da Virtude, Mercúrio interroga Apolo quanto à escolha da noiva mais adequada, sendo-lhe recomendada a donzela Filologia, moça sábia, conhecedora dos segredos do Parnasso, do Céu e do Tártaro. O enlace realiza-se no palácio de Júpiter, e como presentes recebe a noiva as sete artes liberais. Cada uma delas passa a constituir um livro da obra de Capella, sendo suas características e atributos específicos rigorosamente codificados em descrições alegóricas que iriam perpetuar-se ao longo do tempo¹.

A elaboração iconográfica dessas alegorias, a partir do poema de Capella, foi complexa. Na catedral de Chartres (século XII), por exemplo, no tímpano e nas arquivoltas da porta sul do portal real, as artes representam já as disciplinas codificadas do *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e do *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música)² -

* Texto apresentado no Encontro Sobre História da Azulejaria em Portugal - II (Fund. Fronteira e Alorna, Lisboa, 22 Jun. 1991).

** Do Department of Art History and Theory University of Essex, Inglaterra.

Sócia Corresp. da Associação Britânica de Hist. da Arte e da Associação Portuguesa de Hist. da Arte.





programas esses originalmente definidos por autores como Santo Agostinho e Boécio, e definitivamente consagrados por Isidoro de Sevilha nas *Etimologias*³ e por Hugo de São Victor nas *Didascalias*⁴. Programas iconográficos alegóricos como o de Chartres codificam uma concepção cosmológico-filosófica do saber cujo eco permanece ainda presente nas séries azulejares joaninas dedicadas às Artes.

De especial importância é a presença da *Sedes Sapientiae*, vista como mãe das Artes. Em um manuscrito da Escola de Salsburgo, por exemplo, ela está representada como Fonte da Sabedoria, ligada por sete rios às sete Artes liberais⁵. Identificada tanto à Virgem e ao Espírito Santo quanto à noção da alma de Cristo ou *anima Christi* - o Logos que já estava com Deus desde o começo dos tempos⁶ - ela mescla-se ao retrato da Filosofia pintado por Boécio na *Consolação da Filosofia*: uma mulher de "olhos cheios de fogo", inspiradora da "veneração mais profunda"⁷. Acompanhada da legenda *Philosophia Morali*, ela se encontra retratada em um dos importantes painéis de azulejos didáticos da Universidade de Évora (c. 1744-1748), onde aparece com a cabeça entre as nuvens e com um ceptro na mão (Fig. 1), ecoando a descrição de Boécio: "[...] algumas vezes ela parecia tocar as nuvens, penetrá-las mesmo, e desnudar sua cabeça aos olhares curiosos dos mortais"⁸.

Como Louis Bouyer e outros sublinharam, no helenismo a noção de Logos se definia antes de mais nada dentro de um contexto cosmológico, e não soteriológico: o Logos aparecia como um ser divino, mas não como pura e simplesmente Deus. Para um filósofo cristão, no entanto, o Logos é essencialmente soteriológico e salvífico, conotando antes de tudo a transcendência e graça divinas⁹. Nesse contexto, a sabedoria filosófica pressupõe uma participação na sabedoria divina, e não apenas "conhecimento". Para autores como Santo Agostinho e Hugo de São Victor, as disciplinas filosóficas não constituíam ciências puramente especulativas, mas sim instrumentos a permitir que o homem reproduza em si a perfeição de Deus. Segundo Santo Agostinho, sem a sabedoria a ciência se torna uma impureza da alma; por outro lado, não é possível haver sabedoria sem ciência¹⁰.

Durante o período joanino, subtis mudanças nessas concepções pedagógico-filosóficas já estavam a ocorrer. Manuel de Azevedo Fortes, por exemplo, em 1744, negava o valor das opiniões "em que só têm lugar as idéias abstractas, metafisicamente tratadas"¹¹. Essa revolucionária posição de Fortes, no entanto, não estava ainda largamente estabelecida; a concepção sacralizante medieval, combinada aos princípios aristotélicos da investigação filosófico-científica, conservava muito da sua vitalidade original. Combinada à visão humanista ainda privilegiada pelo ensino da época e encorajada nas escolas jesuíticas e nas Academias, ela permeia as numerosas imagens das Artes pintadas em azulejos do século XVIII.

2. As Artes como Imago Mundi

Tradicionalmente, as Artes constituíam a "sapiência inferior", subordinada à "sapiência superior" ou teologia divina¹², e constituíam um instrumento epistemológico indispensável à aquisição e expressão da sabedoria, permitindo ao homem compreender o mundo como um espelho, ou reflexo, da perfeição de Deus. Essa concepção essencialmente platônica da criação como um espelho da divindade está expressa, por exemplo, em um emblema de Boissard, intitulado *Mundus imago Dei est* ("O Mundo é a imagem de Deus"). Junto a um globo representando o universo, Boissard declara, em latim: "Deus é feito Espírito desde a eternidade, que não pode ser pintado pela arte humana. O conhecimento Dele é concebido de coisas criadas, Pois o mundo é imagem do Deus invisível"¹³.

A noção da presença do Deus invisível no universo criado assumiu variadas formas simbólicas. Para Hugo de São Victor, a terra era "como um livro escrito pelo dedo de Deus" (*quasi quidam liber scriptus digito Dei*)¹⁴, comparação essa que permanece válida ainda no século XVIII, como lemos em Rafael Bluteau¹⁵. Essa metáfora integra o programa iconográfico didático da antiga Universidade de Évora, onde constitui parte da decoração originalmente elaborada para a sala que hoje tem o número 107. Trata-se de um complexo

discurso humanístico lidando com diversas disciplinas derivadas do antigo *Trivium*, tais como Gramática e Oratória, Poesia, História, etc. Entre os painéis, destaca-se uma composição simetricamente organizada em torno da figura de um livro aberto a flutuar entre nuvens e querubins, emoldurado pela inscrição *Historia Natvralis*. Trata-se do Livro da Natureza (Fig. 2), ladeado à direita pela Sagrada Escritura, representada por um jovem a receber a pomba do Espírito Santo; e à esquerda, pela Filosofia Metafísica, indicada por velhos sábios agitando frascos químicos, símbolos da destilação das essências espirituais¹⁶.

O painel com o Livro da Natureza nos oferece uma simbologia essencialmente verbal da Divindade e do Conhecimento. A criação divina, no entanto, era também percebida como imagem visual. Tinha grande aceitação em Portugal a sofisticada proposta aristotélicotomista de Frederico Zuccaro e da Academia Italiana, em que a noção de imagem mental traduz-se pelo conceito de *disegno*, visto como a mais elevada força criativa da mente humana¹⁷. Noções como *disegno esterno* (que é constituído pelo mundo visível, sendo a pintura das Idéias de Deus e de todas as coisas artificiais que, de acordo com Aristóteles, são consequentes às imagens mentais) e *disegno interno* (ou imagem mental humana, expressão da alma intelectiva, espécie de luz que guia a sapiência inferior e lhe permite discriminar entre imagens e emitir julgamento¹⁸) são fundamentais para nossa compreensão do sentido conotado pelas representações azulejares das Artes.

Os princípios complementares, neoplatônicos, de Lomazzo, são igualmente importantes: a graça radiante de Deus engendra na consciência dos anjos a percepção dos corpos celestes, e na alma humana, a razão; finalmente, se manifesta no mundo da matéria, como forma. O artista, através do poder da razão que lhe foi divinamente conferida, deve descobrir a Idéia original da natureza¹⁹. Mais do que exclusivamente centrada em crítica de arte, tal abordagem constituía uma posição epistemológico-filosófica ampla, de reconhecida influência sobre os académicos italianos, particularmente Bellori e Agucchi, *letterati* profissionais, associados à Cúria papal e propagadores dos ideais retórico-filosóficos da educação jesuítica, que dominavam então em Portugal.

Concepções semelhantes integram os programas humanistas azulejares do século XVIII. Na Universidade de Évora, em um dos painéis da actual sala 120, artistas dedicam-se a copiar moldes escultóricos em gesso (Fig. 3). No centro da composição, ao cavalete, um jovem pinta uma forma feminina; à esquerda, um outro desenha a imagem de um cavalo; ao fundo da cena, um menino amassa pigmentos. A inscrição *Ad exemplar*, posta próximo ao cavalete expressa os conceitos de imagem mental discutidos acima. Significativamente, esse painel faz parte de um complexo programa que lida com a Física aristotélica, o qual inclui composições alusivas à electricidade e magnetismo, e aos espelhos de Arquimedes, bem como uma cena representando Aristóteles em seu Liceu, a discursar entre outros sábios. Dentro de tal contexto, a prática das artes deve ser compreendida em sua função filosófica total, como caminho para a investigação e o conhecimento da natureza material, divinamente criada e expressa como signos a serem desvendados.

Um outro painel da mesma sala reitera esse sentido. Trata-se de Prometeu atado à rocha, com o abutre a devorar-lhe o fígado, castigado por haver roubado o fogo dos deuses - ou, nas palavras do humanista quinhentista Jerónimo Cardoso, por ter sido o primeiro a "entender o elemento fogo após o máximo trabalho e ansiedade de espírito"²⁰ (Fig. 4). Uma inscrição liga a figura de Prometeu às noções da Física aristotélica: *Physica. Rimando vivit* ("Física. Investigando vive"). A noção de Física, nesse contexto, encontra-se inextricavelmente ligada à investigação do mundo material enquanto signo de Deus ou do Logos. Para Aristóteles, como para Pseudo-Dionísio e São Tomás de Aquino, a razão teria a capacidade de conscientemente apreender a imagem impressa do mundo material, criado por Deus, nos sentidos - isto é, no "senso comum".

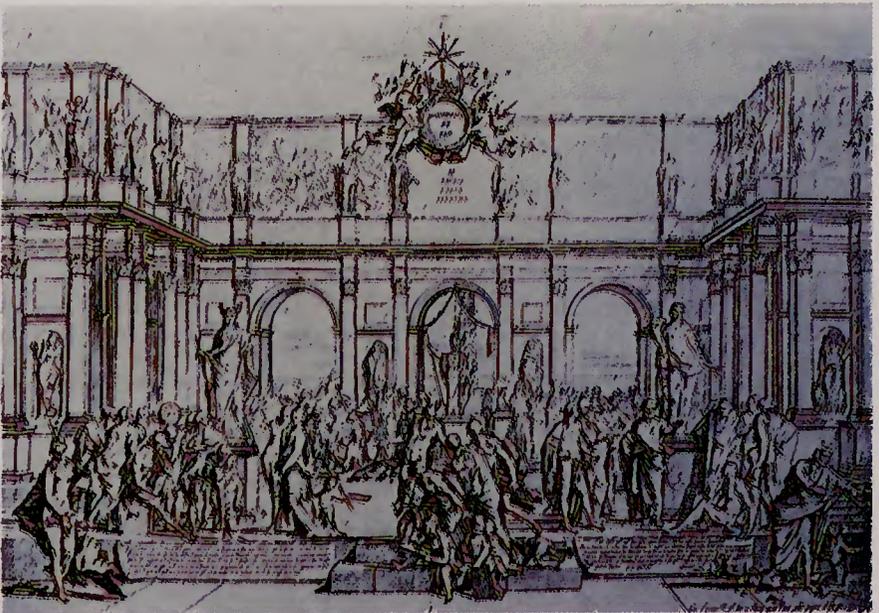
Como enfatiza David Summers, a noção da importância do conhecimento sensorial significou a emergência do mundo visível como universo explicitamente físico. Isto possibilitou o desenvolvimento das disciplinas científicas medievais e, na Renascença, de um profundo interesse em ótica e outras disciplinas físicas, bem como na acurada representação matemática do mundo visível, através da perspectiva linear²¹. Em Portugal, Banha de Andrade





reconheceu e analisou a importância do conhecimento sensorial para a filosofia escolástica, base do humanismo conimbricense²². Uma relação ambígua com esse mundo material, no entanto, permeia os currículos portugueses do século XVIII, colorindo os estudos das artes e das ciências com a percepção de um universo metafísico sagrado, visto como superior ao mundo da matéria.

Essa preocupação metafísica se encontra poderosamente expressa em um painel da actual sala 121 (Fig. 5). Em meio a uma paisagem idealizada e bucólica, a estranha figura de uma ave - sem asas e sem patas - flutua, em um verdadeiro desafio à gravidade. Sob ela, um pequeno gênio dança, segurando nas mãos a inscrição *Semper abstracta*. A curiosa figura alada representa a mítica ave do paraíso, comumente encontrada em emblemas jesuítas do período. Na obra *De l'Art des Devises*, o padre Le Moyne a descreve como ave maravilhosa, nutrida de ar e luz, que não pousa sobre a Terra, onde nada há que valha a pena. Simbolicamente, essa ave representa uma Alma desligada da matéria, cujos interesses se colocam fora da terra e "acima do Tempo", e cujas pretensões se voltam inteiramente para o Céu²³. Esse painel propõe, portanto, a primazia das preocupações metafísicas sobre aquelas da investigação do mundo material.



Dentro do contexto de um universo metafísico apreensível através de imagens simbólicas, um outro painel eborense, na já mencionada sala 107, fornece subsídios adicionais para nossa compreensão da função e sentido das representações das Artes no azulejo do século XVIII. Trata-se de uma composição intitulada *Silentium Vocale* (Fig. 6). No plano do fundo, em uma paisagem clássica, destacamentos militares exibem suas insígnias. No primeiro plano, velhos sábios dirigem a atenção de jovens para o título do painel, enquanto no centro, um jovem sentado agita as mãos e parece meditar. Uma inscrição indica o sentido da cena: "Symbola. Hieroglyphica. Emblemata. Aegnimata. [sic]. Vexilla. Stemmata. Numismata. Icones." ("Símbolos. Hieróglifos. Emblemas. Enigmas. Insignias. Brasões. Moedas. Ícones."). Por outras palavras, o painel inventaria os principais tipos da expressão emblemática barroca, aludindo, através da representação de tropas militares, às suas origens nas insígnias romanas e na heráldica medieval²⁴.

Teóricos barrocos da emblemática, como os padres Rapin e Ménestrier, enfatizam a explicação neoplatônica e mística das imagens emblemáticas, percebidas como signos de sabedoria divina e misteriosa. Mas essas numerosas expressões da emblemática barroca catalogadas no painel apontam também para o modelo epistemológico-cosmológico aristotélico, codificado, entre outros, por Emanuele Tesauro, na obra *Il Cannochiale Aristotelico* (A Luneta Aristotélica) (1664). Desenvolvendo as idéias de Zuccaro, Tesauro estabelece uma relação directa entre o discurso mental humano - constituído por uma ordenação de "imagens interiores", ou pensamentos - e o discurso exterior por ele gerado, constituído por uma ordenação de signos sensíveis "copiados das imagens mentais, como Tipos do Arquétipo"²⁵.

Essa proposição, essencialmente semiótica, classifica os signos do "discurso exterior" em falantes - a palavra escrita ou falada; mudos - por exemplo, escultura e pintura; e compostos - emblemas e empresas, cenas teatrais, etc. Como denominador comum entre todas essas diversas manifestações do "engenho humano", Tesauro oferece e amplia o conceito aristotélico da metáfora, figura que permite exprimir um conceito inteligente através da ligação de noções remotas e separadas, "achando em coisas dissemelhantes a semelhança". Tal operação pode ser realizada através dos mais diversos meios de expressão, desde a poesia escrita e falada até as artes visuais e cênicas, a dança e os exercícios militares.

Ao representar e enumerar as formas "silenciosas" e "mistas" de expressão metafórica, o painel do *Silentium Vocale* complementa, portanto, os outros painéis da sala 107, que tratam das expressões "falantes" do saber - as Artes da oratória, poesia, história, etc. O pensar e o fazer metafóricos deveriam ter lugar através do exercício do engenho, por vezes considerado pelos autores medievais como um dos sentidos internos do homem. Elevado pelos barrocos ao grau de instrumento máximo do génio, o engenhoso uso da metáfora e a decifração de emblemas e hieróglifos, tal como proposto nos painéis da sala 107, constituem um aspecto fundamental da proposta epistemológica - essencialmente retórica - da época.

3. A Academia Platônica e o Liceu Aristotélico

O conjunto das representações portuguesas das Artes nos azulejos do período joanino deve ser entendido enquanto parte da larga corrente europeia de programas visuais humanísticos produzidos nos séculos XVII e XVIII, indicativos dos interesses epistemológicos e artísticos em vigor nesse período. Um significativo exemplo é a gravura de Pietro Testa intitulada *Liceo della Pittura* (Fig. 7), cuja composição remete directamente à *Escola de Atenas*, pintada por Rafael na *Stanza della Segnatura*, no Vaticano. Ela mostra o busto de Minerva cercado pelos usuais elementos alegóricos: livros, compassos e um globo celestial a indicar que o artista "está sendo encaminhado para a sabedoria"²⁶. Elisabeth Cropper, que estudou a obra de Testa em detalhe, enfatiza a filiação aristotélica implícita no título *Liceu*. Ela faz notar também, ao mesmo tempo, a concomitante influência da filosofia platônica sobre o pensamento de Testa²⁷.

Aristotelismo e platonismo cimentam igualmente a base da educação portuguesa no século XVIII. Na Universidade de Évora, a actual sala 119 exhibe painéis azulejares representando a Academia Platónica e o Liceu Aristotélico, onde vemos os dois sábios a disputar com seus discípulos. A chave para a compreensão desse programa pode ser encontrada em uma conhecida obra de divulgação filosófica da época, *A Comparação de Platão e Aristóteles*, do padre René Rapin (1673)²⁸. O autor apresenta os dois filósofos gregos como complementares, contrastando não apenas seus métodos de inquirição filosófica como também suas vidas. Para Rapin, os “modos” de Platão parecem “mais puros e mais inocentes” que as de seu discípulo Aristóteles, cujo temperamento duro, oportunista e ingrato o jesuíta censura. Às brilhantes qualidades oratórias de Platão, à sua abordagem vaga de trabalho e a seus interesses metafísicos, Rapin opõe a racionalidade do método de Aristóteles, com sua ênfase no estudo do universo físico. Ambas as abordagens, no entanto, são vistas como igualmente necessárias e complementares por Rapin.

As diferenças e complementaridades entre os dois filósofos gregos se encontram implícitas nos painéis de Évora. Como no livro de Rapin, eles ressaltam os aspectos anedóticos e moralizadores da vida de ambos. De modo extremamente adequado aos propósitos pedagógicos dos jesuítas, a relação mestre-discípulo é posta em evidência, em um painel que mostra o jovem Aristóteles a dialogar com seu mestre, Platão (Fig. 8). Igualmente, a importância da educação humanística para a formação do cortesão erudito é enfatizada em um painel que representa o sucesso de Aristóteles junto à corte de Alexandre Magno - assunto esse que é também amplamente tratado por Rapin em seu livro. O programa da sala 119 funciona como um convite aos jovens alunos de Évora a caminharem nos passos dos dois filósofos gregos, rumo ao conhecimento necessário das Artes e da Sabedoria.

4. A Iconologia de Ripa e o Programa Azulejar do Colégio de Santo Antão

A re-interpretação simbólica de conceitos filosóficos conhecidos - codificada, por exemplo, na popular *Iconologia* de Cesare Ripa - encontra-se também na base da interpretação do saber contida em muitos dos programas decorativos azulejares do século XVIII. Segundo a introdução do próprio Ripa, e principalmente segundo introduções posteriores como a de Castellini (1630), os princípios básicos da *Iconologia* reafirmam a metafísica neoplatónica, onde as imagens refletem Deus. Ao mesmo tempo, essas imagens devem ser lidas a partir dos conceitos metafóricos da Retórica aristotélica, tais como expostos na já mencionada obra de Emanuele Tesaurò, e representados no painel do *Silentium Vocale*.

O mesmo fundamento metafórico-metafísico orienta a decoração azulejar do Salão Nobre do antigo Colégio de Santo Antão, em Lisboa²⁹. Dedicado principalmente às ciências matemáticas, esse programa decorativo inclui dois magníficos painéis diretamente baseados nas imagens e conceitos simbólicos da obra de Ripa. Um deles (Fig. 9) combina diversas personificações alegóricas em uma composição complexa e muito bonita. Em um espaço teatral, dividido por uma balaustrada, vemos, no primeiro plano, uma mulher a mostrar com um compasso figuras geométricas traçadas sobre um painel. Com a outra mão ela segura um esquadro. No cortinado posto atrás da mulher, é proeminente a figura de uma estrela de cinco pontas. Essa figura combina as características atribuídas nas diversas edições da *Iconologia* à Matemática e à Geometria.

Com efeito, Ripa descreve a Geometria como uma mulher que leva nas mãos um esquadro e um compasso: “no esquadro se representam o movimento, o tempo e a gravidade dos corpos; no compasso, a linha, a superfície e a profundidade, nos quais consiste o objecto geral da Geometria”³⁰. Mas essa figura combina igualmente certos atributos da Matemática, tal como representada, por exemplo, na edição Baudoin (1644) e Veneza (1645) da *Iconologia*, onde uma mulher traça, com um compasso, figuras geométricas, incluindo uma estrela (Fig. 10). Ecoando o significado do globo que Baudoin faz a Matemática segurar, essa estrela remete a uma das principais aplicações matemáticas da época, isto é, à “contemplação das coisas celestes”³¹. Sabe-se, de facto, do interesse da época, pela astronomia, e é conhecido o observatório astronómico existente no Colégio de Santo



Antão³². Assim, na cena do painel de azulejos, o grupo de astrónomos a olhar o céu por uma luneta, atrás da balaustrada, assume particular relevância.

Próximo à Geometria, uma outra figura erecta representa a Cosmografia - "assim chamada, porque ela se propõe por objectivo a descrição do mundo"³³. Seu principal atributo é o astrolábio, exibido por essa figura, no painel. A preocupação com o mapeamento e a descrição da terra está reforçada pela presença, à esquerda da composição, de um globo coberto por um drapeado e seguro por dois génios alados. Emulando a acção da Geometria, que aponta as figuras geométricas com um compasso, um terceiro génio apoia sobre o globo o mesmo instrumento, como a medir a terra. Esse grupo representa a Corografia, isto é, "a descrição particular de uma Cidade, de uma Província, ou de qualquer outro lugar que seja"³⁴.





Um outro painel do Salão Nobre reitera o interesse da época nas ciências matemáticas. Em meio a um desordenado conjunto de globos e numerosos outros instrumentos, uma mulher sentada parece haver acabado de inscrever um triângulo dentro de um círculo, com um compasso (Fig. 11). Como nos livros de emblemas, as numerosas colecções de instrumentos matemáticos representadas nos painéis de azulejos dedicados às Artes, no Salão Nobre do Colégio de Santo Antão, revelam como que um deslumbramento e um deleite com a suposta perfeição e harmonia da criação. O emprego do vocabulário icónico da *Iconologia* para a elaboração dessas alegorias aponta para uma forte concepção metafísica e simbólica das ciências matemáticas.

No entanto, à tradicional concepção metafísico-alegóricas das ciências matemáticas, herdada do antigo *quadrivium*, acrescenta-se, no programa do Salão Nobre de Santo Antão, uma nova dimensão, onde se expressa também o deleite na capacidade do homem de alterar e influir no universo. Com efeito, em Ripa-Baudoin a personificação da Architectura Militar assume a forma de uma “dama séria, em cujo rosto se nota um não sei quê de viril”, cuja mão direita leva “um instrumento próprio a tirar plantas” enquanto a esquerda mostra “um quadro representando uma fortaleza de forma hexagonal”³⁵. Nos azulejos, no entanto, essa alegoria está substituída por uma complexa cena contemporânea de batalha, onde figuras vestidas de casaca à D. João V examinam o mapa de uma fortificação octogonal. Ao fundo da composição, canhões bombardeiam as muralhas de uma fortaleza, enquanto dois exércitos se chocam sobre uma ponte (Fig. 12).

A chave para a compreensão desse painel pode ser encontrada em obras como a *Pratique de la Geometrie* de Le Clerc (1735)³⁶, onde o carácter prático dessa disciplina é enfatizado, bem como sua importância para a astronomia, a geografia, a arquitectura, etc. Uma passagem de Le Clerc é particularmente relevante para o painel em questão: “As Pessoas de qualidade cujo nascimento engaja na guerra, são obrigadas a aplicar-se a essa Ciência. Ela introduz não somente à Fortificação, ... mas ainda ela dá muito conhecimento e facilidade na Arte militar...”, ensinando a levantar o plano das Cidades, Fortes e Castelos, a medir toda sorte de dimensões, etc³⁷.

Uma gravura no frontispício da obra aponta para a ligação entre geometria - ciência prático-teórica - e a nobreza, que o autor enfatiza. Trata-se de uma representação da Geometria com seus atributos usuais, vista no acto de mostrar seus desenhos a um bem vestido cortesão de Luís XIV. Em Portugal, é sintomático o interesse de D. João V por diversos aspectos do estudo e da aplicação prática das Artes. Deve-se notar, em particular, seu interesse pelas Academias de Fortificação, e sua protecção ao matemático Azevedo Fortes, por ele nomeado engenheiro-mor, e que se tornaria o autor de *O Engenheiro Português* (1728)³⁸; a importação de instrumentos ópticos franceses, e a manutenção do Observatório astronómico de Santo Antão, funcionando em estreita associação com o programa de pesquisa do astrónomo francês Lacaille³⁹; o mapeamento acurado dos territórios brasileiros, visando à expansão portuguesa, para o que D. João V contratou, em 1722, os “padres matemáticos” italianos Carboni e Capacci, técnicos em astronomia e cartografia⁴⁰.

A vanguarda do interesse científico português estava, nessa época, dominada pelos oratorianos, sendo bem conhecida a *Recreação Filosófica*, do padre Teodoro de Almeida, em dez volumes, onde todos os ramos do conhecimento são discutidos, de maneira inovadora para a época⁴¹. No entanto, também os jesuítas, apesar de sua ênfase na manutenção dos currículos humanísticos tradicionais, começavam a interessar-se pelas linguagens da nova filosofia científica e reviam já - ainda que timidamente - os cânones da abordagem aristotélica⁴². O programa decorativo azulejar de Santo Antão, como o de Évora, propõe precisamente esse currículo misto, em que diversos aspectos mecânicos das Artes são valorizados juntamente com os teóricos, e vistos como de grande utilidade à manutenção e expansão do poder real⁴³.

Através das Artes, o programa de Santo Antão exalta o tradicional papel desempenhado pela Companhia de Jesus no processo das conquistas portuguesas. Um painel particularmente representativo mostra um pequeno génio alado entre nuvens, a mover o mundo

com um complexo sistema de engrenagens (Fig. 13). Essa figura remete directamente a um conhecido livro jesuítico de emblemas, intitulado *Imago Primi Saeculi Societatis Iesu...* (1640). Produzido com o objectivo explícito de louvar as glórias e conquistas da Companhia, a obra está dividida em três partes, que tratam dos inícios, expansão e apogeu dos jesuitas, e conotam a expansão mundial alcançada através da fé pelos seguidores de Loyola.

O emblema em apreço é parte do Livro II (*Societas Crescens*), e vem acompanhado do seguinte título: "A conversão dos reinos e províncias pela Sociedade [de Jesus]. O texto do emblema refere-se aos territórios da América e da África, e uma inscrição, parafraseando Arquimedes, metaforiza o significado da estranha máquina representada no emblema: "Dê-lhe um ponto de apoio firme, e ele moverá a terra". Ao mesmo tempo, à direita da composição, a participação jesuítica nas conquistas portuguesas é especificamente conotada pelos três navios, acompanhados pela inscrição camoniana "Por mares nunca dantes navegados".

5. Artes Liberais e Artes Mecânicas

Le Clerc, na *Pratique de la Geometrie* (1735), divide a Geometria em Teórica - "a ciência que faz conceber e demonstrar a verdade das proposições Geométricas" - e Prática, isto é, "a Arte que conduz a mão na operação"⁴⁴. O próprio título da obra, com sua ênfase sobre os aspectos práticos da geometria "no campo", aponta para uma valorização dos aspectos práticos das ciências e para um certo apagamento da distinção entre Artes Liberais e Artes Mecânicas. Essa valorização, também presente em Santo Antão e Évora, representa a profunda mudança na mentalidade filosófica portuguesa que estava então a ocorrer, revelando uma quebra da tradição do ensino humanista.

Em 1536, Jerónimo Cardoso, escolhido para proferir a tradicional *Oração de Sapiência*, instituída pelo Infante D. Henrique, aos alunos do curso de Artes da então Universidade de Lisboa, realizou o elogio de todas as disciplinas do currículo humanista, as quais iriam permanecer básicas para o ensino em Portugal até o meio do século XVIII: Gramática, Retórica e Dialética; Geometria e Aritmética; Música; Astrologia (Astronomia); Filosofia Natural ou Física, e Moral ou Ética; Medicina e Leis; e Teologia, "princesa de todas as ciências", que a "acompanham e seguem-na como senhora e guia sapientíssima"⁴⁵. Embora os estudos de geometria e medicina apresentassem forte componente prático, a classificação de Cardoso, no entanto, agrupa um conjunto epistemológico de natureza essencialmente teórica, ignorando os aspectos práticos ou mecânicos.

O termo "artes mecânicas" parece ter sido usado inicialmente por João Escoto Erígena no século IX. Para esse autor, as artes mecânicas lidam com o mundo dos sentidos, e estão submetidas às circunstâncias, ao contrário, as liberais lidam com o mundo da mente e a alma autónoma racional⁴⁶. Tal esquema antitético, baseado na idéia de uma "razão superior" e outra "inferior" a governar, respectivamente, as actividades espirituais e as "mecânicas", iria colorir todos os esquemas classificatórios posteriores do conhecimento humano. A famosa classificação elaborada por Hugo de São Victor; base de todas as posteriores, divide a Filosofia em Teórica (as artes ditas "liberais", Teologia, Astronomia, Geometria, Aritmética, Música e Física); Prática (Ética, Economia e Política); Mecânica (Actividades como navegação, agricultura, caça, medicina, teatro e, significativamente, "ciência"; Lógica (as disciplinas do *trivium*, gramática, retórica e dialéctica).

Ao contrário da classificação de Hugo de São Victor, é de notar que o humanista quinhentista Jerónimo Cardoso elogia, na *Oração de Sapiência*, principalmente as disciplinas teóricas e lógicas, componentes do *trivium* e do *quadrivium*. Das actividades mais práticas, ele inclui apenas a ética, economia e política; das "mecânicas", só a medicina⁴⁷. Mantendo a abordagem medieval, no entanto - que colocava lado a lado os labores práticos dos meses e as disciplinas teóricas do *trivium* e do *quadrivium* - por exemplo na já mencionada fachada de Chartres - os programas didácticos joaninos devotados às Artes incluem também, como no Colégio de Santo Antão e na Universidade de Évora, numerosos painéis representando cenas de carácter prático, em que se destacam a venaria, a navegação e o comércio, além dos já mencionados aspectos militares.





Tais cenas revelam um intenso interesse nas actividades do mundo físico. Elas refletem não apenas a tradição medieval, mas também a transição epistemológica que caracterizou o período joanino - com a passagem de um universo visto como uma idéia ou signo na mente de Deus para outro, em que a natureza era vista como uma *coisa em si*⁴⁸. Além de actividades práticas, como comércio e caça, o complexo programa de Évora inclui também cenas de física experimental, inspirada pelas novas abordagens científicas, tais como o estudo do vácuo, com os hemisférios de Magdeburgo (Fig. 14), e a obtenção de electricidade da raia eléctrica.

A metafísica, no entanto, domina ainda em Évora. Um excelente exemplo nos é fornecido por um painel representando a destilação das essências em alambiques, que faz parte do programa da já mencionada sala 121 (Fig. 15). Como o painel da ave do paraíso, encontrado na mesma sala, o processo químico da destilação possui um significado antes metafísico que científico, como deixa claro a inscrição que a acompanha: *Quaerit rerum essentias* ("Busca a essência das coisas"). Como explica o padre Rapin, "a Química nas suas formas pode sem dúvida alcançar uma certeza física, mas nunca poderá chegar a uma demonstração; e o Geómetra mais capaz... não pode tornar-se sábio, a menos que ele seja um metafísico"⁴⁹.

Nos azulejos de Évora, como de resto na educação jesuítica setecentista como um todo, o conflito entre natureza material e espiritual permanece não resolvido. Em um certo nível, as representações das Artes funcionam como uma organização simbólica do universo, à maneira de Chartres - e é nesse sentido que deve ser entendida uma sala eborense cujo programa azulejar apresenta a sequência dos meses do ano e signos do zodíaco, em directa referência à cosmologia medieval. Mas elas expressam também, ao mesmo tempo, a hierarquia do saber humanista, centrada no indivíduo, juntamente com os esboços de uma abordagem científica experimental já iluminista, em que o conhecimento e manipulação do mundo material constituem um fim em si mesmo.

REFERÊNCIAS E NOTAS

- (1) Para uma análise do poema de Capella, ver Curtius, Robert Ernest, *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, Rio de Janeiro, MEC, 1957, pp. 40-41.
- (2) Mâle, Emile, *L'Art Religieux du XIIIe Siècle en France*, Paris, Armand Colin, 1948, pp. 85-89.
- (3) Verdier, Philippe, "L'Iconographie des Arts Libéraux dans l'Art du Moyen Âge jusqu'à la fin du Quinzième Siècle", in *Arts Libéraux et Philosophie au Moyen Âge (Actes du 4ème Congrès International de Philosophie Médiévale)*, Université de Montréal, 1967. Paris, J. Vrin, 1969, pp. 305-355. Também Mâle, Emile, *op. cit.*, p. 76. Para o texto de Isidoro de Sevilha ver o livro 1 das *Etimologias in Patrologia Latina*, tomo LXXXII.
- (4) Para uma boa discussão da obra de Hugo de São Victor, ver Boehner, Philoteus, e Gilson, Etienne, *História da Filosofia Cristã*, Petrópolis, Vozes, 3.ª ed. 1985, pp. 334-348.
- (5) Ver uma análise da "Sabedoria e suas Sete Filhas", Manuscrito da Escola de Salzburgo, coll. Hirsch, Bâle, in Verdier, Ph., *op. cit.*
- (6) Von Franz, Marie-Louise, *Alquimia (Introdução ao Simbolismo e à Psicologia)*, São Paulo, Cultrix, 1980, p. 161.
- (7) Boëce, *Consolation de la Philosophie*, Paris, Antiqua, 1929, p. 5.
- (8) Boëce, *Op. cit.* p. 5.
- (9) Bouyer, Louis, Leclercq, Jean, Vandenbroucke, François, e Cogniet, Louis, *Histoire de la Spiritualité Chrétienne*, 2 vols, Paris, Aubier, 1960. vol. I, pp. 274-275.
- (10) Santo Agostinho, *De Trinit. XII, 14, 21; 1009*. In Boehner, Philoteus e Gilson, Etienne, *op. cit.*, p. 170.
- (11) Citado em Banha de Andrade, A. Alberto, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p. 207.
Escreve A. Alberto Banha de Andrade (*op. cit.*, p. 191-): "Quando o engenheiro Manuel de Azevedo Fortes publicou, em Lisboa, a *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*, a intelectualidade portuguesa já não era absolutamente por Aristóteles, que aliás, seguira por vários anos. Estava-se em 1744, dois anos antes de surgir, furioso, o *Verdadeiro Método de Estudar* a vergastar o ensino tradicional e vinte e oito anos antes de se imprimirem os novos Estatutos da Universidade de Coimbra, em que a Filosofia Escolástica foi solenemente "abolida e desterrada".
- (12) Bouyer, Louis, *et al.*, *op. cit.*, vol. II, p. 286.
- (13) Reproduzido em Harms, Wolfgang, "Mundus imago Dei est", in *Deutsch Vierteljahrs für Literaturwiss.*, n.º 47, p. 233.
- (14) Hugo de São Victor, *De Tribus Diabys*, cap. 4 (*Patrologia Latina*, 176, col. 814). Citado em Eco, Umberto, *Art and Beauty in the Middle Ages*, New Haven and London, Yale University Press, 1986, p. 57.
- (15) Bluteau, Pe. Rafael, *Prosas Portuguesas*, Lisboa Occidental, 1736.
- (16) A respeito do simbolismo desse painel, ver Tribe, Tânia Costa, "Metáfora e Saber: um Programa Didáctico Azulejar do Século XVIII", *Actas do Colóquio sobre Azulejaria (7 a 9 de dezembro de 1990)*, Coimbra, Imprensa da Universidade. (No prelo).
- (17) A influência das idéias de Zuccaro sobre o teórico português Felix da Costa Meesen é enfatizada por George Kubler em sua introdução à obra de Meesen. Ver Meesen, Felix da Costa, *Antiguidade da Arte da Pintura* (1696), New Haven & London, Yale University Press, 1967. (Facsimile). Introdução, tradução para o inglês e notas de George Kubler.
- (18) Summers, David, *The Judgement of Sense*, Cambridge University Press, 1987, pp. 287-307.
- (19) Para uma discussão das Ideias de Lomazzo ver Panofsky, Erwin, *Idea: a Concept in Art Theory*, Columbia S.C., 1968, p. 95.
- (20) Cardoso, Jerônimo, *Oração de Sapiência Proferida em Louvor de Todas as Disciplinas (1550)*. Tradução de M.P. Menezes. Lisboa, 1965, p. 119. (Facsimile).
- (21) Summers, David, *op. cit.*, p. 103.
- (22) Banha de Andrade, António Alberto, *op. cit.*, p. 109 ss.
- (23) Le Moyne, Padre, *De l'Art des Deviss*, Paris, 1966, p. 276.
- (24) Sobre a origem das empresas e emblemas, consultar, entre outros, Menestrier, Claude-François, *L'Art des Emblemes*, Lyon, 1662.
- (25) Tesaurio, Emanuele, *Il Canocchiale Aristotelico*, Roma, 1664, p. 18.
- (26) Cropper, Elisabeth, "Bound Theory and Blind Practice: Testa's Notes on Painting and the Liceo della Pittura", in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 34, 1971, p. 262-296.

- (27) Cropper, Elisabeth, *op. cit.*
 (28) Consultei a versão inglesa: Rapin, Padre René, *The Composition of Plato and Aristotle*, London, 1673.
 (29) Actual Hospital de São José.
 (30) Ripa, Cesare, *Della più che novissima iconologia...* Ampliata dal. Sig. Cav. Gio. Zaratino Castellini, Pádua, 1630, p. 293.
 (31) Baudoin, J., *Iconologie, ou explication nouvelle de plusieurs images, emblemes, et autres figures hieroglyphiques des vertus, des vices, des arts...* Tirée des recherches & des figures de C. Ripa..., et moralisée par J. Baudoin, Paris, 1636, p. 179.
 (32) Carvalho, Rómulo de, *A astronomia em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1985, pp. 64-69.
 (33) Baudoin, J. *op. cit.*, p. 190.
 (34) Baudoin, J. *op. cit.*, p. 180.
 (35) Baudoin, J. *op. cit.*, p. 188.
 (36) Le Clerc, *Pratique de la Geometrie, sur le papier et sur le terrain.*, Amsterdam, 1735.
 (37) Le Clerc, *op. cit.*, p. 3.
 (38) Banha de Andrade, António Alberto, *op. cit.*, p. 196.
 (39) Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, pp. 64 ss.
 (40) Cortesão, Jaime, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, 4 volumes, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, volume II, p. 317.
 (41) Ver Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 28.
 (42) Ver Banha de Andrade, António Alberto, *op. cit.*, p. 266.
 (43) Ver Cortesão, Jaime, *op. cit.*
 (44) Le Clerc, *op. cit.*, p. 1.
 (45) Cardoso, Jerónimo, *op. cit.*, p. 141.
 (46) Summers, David, *op. cit.*, p. 244.
 (47) Boehner, Philoteus, e Gilson, Etienne, *op. cit.*, p. 335.
 (48) Ver, a esse respeito, as idéias do filósofo Inglês Locke, que então começavam a penetrar em Portugal. Um trabalho útil é: Singer, Thomas C., "Hieroglyphs in the Seventeenth Century", in *Journal of the History of Ideas*, out.-dez. 1989, pp. 49-70. Para a penetração dessas idéias no Portugal joanino, consultar Banha de Andrade, António Alberto de, *op. cit.*
 (49) Rapin, Pe. René, *op. cit.*, pág. b.

ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1 - Philosophia Morali, Universidade de Évora, c. 1748 (detalhe)
 Figura 2 - Livro da Natureza, Universidade de Évora (sala 107)
 Figura 3 - "Ad Exemplar" Universidade de Évora (sala 120) (detalhe)
 Figura 4 - "Physica (Prometeu)" Universidade de Évora (sala 120) (detalhe)
 Figura 5 - "Semper Abstracta" Universidade de Évora (sala 121) (detalhe)
 Figura 6 - "Silentium Vocale" Universidade de Évora (sala 107)
 Figura 7 - "Il Liceo della Pittura". Gravura de Pietro Testa, c. 1640 (Düsseldorf, Landesbildstelle Rheinland, Bartsch 34).
 Figura 8 - "Academia Platonis (com o jovem Aristóteles), Universidade de Évora (sala 119) (detalhe)
 Figura 9 - "Alegoria à Matemática e Geometria", Salão Nobre do Antigo Colégio de Santo Antão, Lisboa.
 Figura 10 - "A Matemática" Cesare Ripa, Iconologia, Veneza, 1645.
 Figura 11 - "Geometria" (detalhe), Salão Nobre do Antigo Colégio de Santo Antão, Lisboa.
 Figura 12 - Arquitectura Militar (detalhe), Salão Nobre do Antigo Colégio de Santo Antão, Lisboa.
 Figura 13 - "Génio Movendo o Mundo", Salão Nobre do Antigo Colégio de Santo Antão, Lisboa.
 Figura 14 - Os hemisférios de Magdeburgo e a experiência para obtenção do vácuo, Universidade de Évora.
 Figura 15 - "Quaerit Rerum Essentias" Busca a essência das coisas), Universidade de Évora, sala 121 (detalhe).

**O Arquitecto Manuel da Costa Negreiros
e a formação de uma sociedade para a construção
da cadeia de Vila Viçosa em 1739
- Considerações em torno de um documento quase esquecido -**

*José António Falcão**

No panorama da arquitectura portuguesa do período joanino destaca-se, entre os artistas activos na capital, Manuel da Costa Negreiros. Ainda escassamente conhecida, a produção deste arquitecto-empregado constitui um dos núcleos mais interessantes do património edificado da época, bem digno de nota pelos seus valores de qualidade formal, equilíbrio funcional e peculiar tratamento da carga decorativa.

Os estudos relativos a Costa Negreiros privilegiam tradicionalmente, em geral, os imóveis que projectou e ou construiu em Lisboa e nas suas imediações⁽¹⁾. Na verdade, embora sendo natural desta cidade e tendo exercido nela a maior parte da sua actividade, não podemos esquecer que esteve ele também profundamente ligado ao Alentejo e que aqui realizou o arquitecto diversos trabalhos de relevo. No início da carreira participou em duas grandes empreitadas em Vila Viçosa, uma na qualidade de parceiro (1728), a outra já na de arrematante e sócio principal (1739). À região transtagana consagrou igualmente particular atenção após a sua nomeação como arquitecto da Casa do Infantado e, sobretudo, do Priorado do Crato, falecendo em Tolosa, por certo em missão encomendada pelo Grão-Prior.

Apesar das concisas referências que lhes dedicou o Padre Joaquim José da Rocha Espanca⁽²⁾ - e, na sua esteira, Túlio Espanca⁽³⁾ -, os trabalhos que levou a cabo em Vila Viçosa aparecem, geralmente, sempre silenciados. Duvidou-se até, em relação à campanha de 1728, se se trataria do mesmo Manuel da Costa Negreiros.

Ora ambas as empreitadas constituíram etapas marcantes na carreira do artista, e atestam passos decisivos da sua evolução profissional. Não devem, pois, permanecer esquecidas.

No decurso das pesquisas que levámos a cabo nos fundos notariais de Vila Viçosa conservados no Arquivo Distrital de Évora localizámos a escritura do contrato referente à segunda obra que Costa Negreiros efectuou naquela terra. Uma vez que tal fonte só é conhecida através de um resumo sucinto, não muito claro e contendo até certas incorrecções, pareceu-nos oportuno trazê-la a público na íntegra. Aproveitamos o ensejo para, em

* Vogal correspondente da Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Évora.

síntese, lembrar o que se sabe acerca do arquitecto e tecer ainda algumas considerações em torno do documento que recolhemos.

Manuel da Costa Negreiros nasceu em Lisboa, no mês de Fevereiro de 1702. Recebeu o baptismo na igreja paroquial de Nossa Senhora do Socorro desta cidade. Foi o primeiro dos sete filhos de José da Costa Negreiros, conceituado mestre e empreiteiro de obras de pedraria, e de sua esposa Francisca Maria⁽⁴⁾.

Não se conhece com rigor qual a formação por ele recebida. Tomamos como provável a conjectura de que terá frequentado a Aula do Risco do Paço da Ribeira, adquirindo aí ensinamentos especializados de arquitectura e desenho, posto que Cirilo Volkmar Machado registou que "sabia a perspectiva"⁽⁵⁾. O que não deixa margens para dúvidas é que, a par da preparação teórica que assimilou, Costa Negreiros começou a granjear desde cedo uma ampla experiência prática, ao lado de seu pai, a qual lhe seria muito útil ao longo da carreira. A instrução académica representou, assim, um complemento da aprendizagem tradicional no meio familiar⁽⁶⁾.

À semelhança do que sucedeu com tantos outros arquitectos deste período, entrou na actividade profissional - certamente pela mão do progenitor - como mestre alvanéu. A primeira referência a este propósito de que há notícia é a da sua participação na sociedade que tomou de empreitada uma importante série de obras no Paço Ducal de Vila Viçosa.

Na sequência da visita efectuada a esta povoação, em 1716, o rei D. João V mandou fazer amplos trabalhos de remodelação e melhoramento no edifício. Entre outras ampliações, determinou-se a construção de uma nova cozinha e seus anexos, incluindo boa parte do mobiliário, e a das cocheiras e cavalariças. Tal campanha arremataram-na em Lisboa, em 1728, os empreiteiros Manuel de Sousa, António Gonçalves e António da Rocha que associaram para o efeito Manuel da Costa Negreiros, na qualidade de pedreiro, e os carpinteiros Manuel Pinheiro, António da Silva, Francisco Gonçalves, José Correia e António Henrique. A pertinente escritura foi lavrada na capital, a 1 de Abril daquele ano, e teve homologação a 3 de Maio, juntando-se-lhe o caderno de encargos, que compreendia, além da cozinha e dependências para o seu serviço, as cocheiras com capacidade para mais de 250 carruagens e as cavalariças destinadas a albergar um número superior a 2000 cavalgaduras, cento e tantos bufetes e 50 estrados para camas e mesas de estado⁽⁷⁾.

Há que referir que José Teixeira, na notável monografia que consagrou, em 1983, ao Paço Ducal, ao tratar - com base em elementos coligidos pelo Padre Espanca - da reforma ordenada pelo Magnânimo, assinalou que entre os arrematantes se encontrava Manuel da Costa Negreiros. Contudo, deixou-se levar pela indicação da sua profissão como pedreiro, sem atentar em que muitos técnicos se iniciaram por esta via no exercício da arquitectura e, também, que o próprio artista de que nos ocupamos trabalhou posteriormente em Vila Viçosa, (indício a ter bem em conta), e admitiu tratar-se de um outro mestre homónimo⁽⁸⁾.

Costa Negreiros entrou na sociedade, formada por Caetano Tomás, Manuel António Feyo, António Baptista Garvo, Caetano Jerónimo, Jorge de Abreu e outros mestres pedreiros, que contratou, em 1731, parte das obras do complexo monástico de Mafra⁽⁹⁾. Ignoram-se com exactidão as circunstâncias em que se verificou a sua intervenção, mas é de admitir que trabalhasse no zimbório do templo, sob a direcção do arquitecto Custódio Vieira⁽¹⁰⁾. Desligou-se, pouco depois, desta parceria, não aparecendo no longo rol de contratos referentes a importantes edifícios de Lisboa, Salvaterra de Magos e Palmela, identificados por Horácio Manuel Pereira Bonifácio, que ela subscreveu entre 1735 e 1758⁽¹¹⁾.

Ainda em 1731, participou, juntamente com o pai, na sociedade de dezoito mestres empreiteiros de pedraria e cantaria (depois alargada a outros mais) que tomou de arrematação os trabalhos de construção do aqueduto das Águas Livres de Lisboa, figurando na escritura, realizada em 11 de Julho, que formalizou o arranque da empreitada⁽¹²⁾. José da Costa Negreiros ocupou o prestigiado e poderoso cargo de primeiro mestre deste consórcio⁽¹³⁾.

Cerca de três anos mais tarde, por 1734, já na qualidade de arquitecto, Manuel da Costa Negreiros assumiu o encargo de remodelar a igreja paroquial de Santo Estêvão da capital. Para o efeito, alterou amplamente a estrutura medievá do edifício, refez a fachada com grande sobriedade e, conhecendo a experiência levada a cabo por João Antunes na igreja do Menino Deus mais de um vinténio atrás⁽¹⁴⁾, concebeu um interior bem elaborado mediante o uso de uma planta em octógono irregular - um rectângulo com os ângulos harmoniosamente cortados - com profunda capela-mor⁽¹⁵⁾.

É de admitir que Costa Negreiros tivesse colaborado com o pai, falecido em 1735, em algumas outras empreitadas lisboetas, como as que este tomou no Paço do Duque e em Santa Mónica⁽¹⁶⁾.

Nesse ano interveio na reconstrução da capela do Paço Real da Bemposta, desaparecida com o terremoto do 1.º de Novembro de 1755⁽¹⁷⁾.

Deve ter sido também em 1735 que Costa Negreiros elaborou o projecto para a reedificação da igreja e a ampliação dos hospício de Nossa Senhora da Conceição, sito na Carreira dos Cavalos (actualmente Rua Gomes Freire), em Lisboa. Este trabalho foi feito por ordem do infante D. Francisco, o que leva a pensar que talvez já ostentasse então o cargo de arquitecto da Casa do Infantado⁽¹⁸⁾. Há notícia de quatro contratos com empreiteiros para a execução das obras, datados de 9 de Abril de 1735 a 22 de Outubro de 1737. Como acentuou Horácio Manuel Pereira Bonifácio, em todos se estipulou claramente que elas obedeceriam às plantas e demais directrizes do artista⁽¹⁹⁾.

Em 1739, tomou de lance a obra da cadeia da correição de Vila Viçosa e promoveu a formação de uma sociedade com profissionais da localidade para a sua feitura. Trataremos adiante com maior desenvolvimento desta empreitada.

Por carta do infante D. Francisco, com data de 9 de Fevereiro de 1740, foi nomeado para o cargo de arquitecto da Casa do Infantado, com a remuneração de 300 000 réis por ano, cargo que já fora exercido por seu pai⁽²⁰⁾. Este provimento surgiu, como referimos, na continuação de trabalhos desempenhados por ele ao serviço do mesmo senhor, constituindo como que a ratificação de uma situação já existente⁽²¹⁾.

O infante ficou satisfeito com o labor de Manuel da Costa Negreiros e deu-lhe depois, em acumulação, o lugar de arquitecto do Priorado do Crato, de que era o Grão-Prior. Falecido D. Francisco em 1742, o artista foi confirmado em tal função por uma carta de seu sobrinho e sucessor, o infante D. Pedro, datada de 2 de Setembro de 1746⁽²²⁾. Como se vê por este documento, já estava nessa altura alistado na Companhia de Privilegiados da Ordem de Malta da corte.

A par da sua actividade nas instituições que mencionámos, o arquitecto recebeu solicitações para projectar e dirigir várias obras que particulares de grossos cabedais pretendiam fazer. Em 1740 Henrique Vicente de Távora, principal da igreja patriarcal, confiou-lhe as que mandou executar numa sua quinta perto de Sintra, como consta da escritura do contrato celebrado nesse ano com os mestres alvanéus João Carneiro e António Alves⁽²³⁾.

No dia 24 de Outubro de 1745 entrou na Irmandade de São Lucas de Lisboa, juntamente com um irmão, o pintor José da Costa Negreiros⁽²⁴⁾. Segundo o assento de inscrição, coligido por Francisco Augusto Garcez Teixeira, era casado com Teresa Maria de Jesus, que se habilitou como de costume na mesa da congregação, e o casal residia na Rua de João de Outeiro, da capital⁽²⁵⁾.

As capacidades técnicas e estéticas de Manuel da Costa Negreiros alcançaram-lhe uma merecida reputação como arquitecto. A sua ascensão profissional e social prosseguiu a bom ritmo, à sombra da Casa do Infantado e do Priorado do Crato, certamente amparada também por influências junto dos meios da corte e das entidades responsáveis pelas obras públicas.

Em 17 de Outubro de 1747 foi designado pelo infante D. Francisco como ajudante das Companhias de Privilegiados da Ordem de Malta na corte e seu termo⁽²⁶⁾. Dois anos depois,

a 21 de Novembro, conseguiu, por decreto do mesmo Grão-Prior, o posto de sargento-mor da Companhia de Privilegiados da Ordem no concelho de Belver⁽²⁷⁾.

Convém referir que Cirilo Volkmar Machado⁽²⁸⁾ e, na sua senda, Joaquim Oliveira Caetano⁽²⁹⁾, aduziram que teve a graduação de major, o que poderia levar a pensar que, tal como numerosos architectos seus contemporâneos, pertenceu a um corpo de engenheiros militares. Tal suposição, porém, constituiria um equívoco, já que ele apenas possuiu patentes das tropas de ordenanças⁽³⁰⁾.

No âmbito das funções que exerceu ao serviço do Priorado do Crato, Manuel da Costa Negreiros deu os riscos para diversos retábulos de talha destinados às capelas-mores de igrejas de terras sob a jurisdição daquela. A empreitada foi contratada, a 13 de Março de 1748, com os mestres entalhadores Matias José de Faria e Jorge Soares de Oliveira, de Lisboa. Ao primeiro ficaram entregues as obras para os templos de Nossa Senhora da Visitação, em Belver, no concelho de Gavião, e de Santo António do Marmeleiro e São Vicente do Troviscal, no concelho da Sertã; o segundo recebeu as de Nossa Senhora da Assunção, em Gavião, e de Nossa Senhora da Graça, em Envendos, e de São João Baptista, em Carvoeiros, no concelho de Mação. O pintor José da Costa Negreiros tomou parte no mesmo ajuste, comprometendo-se a realizar onze telas para as igrejas de Gavião, Troviscal, Marmeleiro e Belver e, ainda, para as de Nossa Senhora dos Mártires, na vila do Crato, e de Nossa Senhora da Conceição, da aldeia do Monte da Pedra, no mesmo concelho⁽³¹⁾.

Ainda em 1748, apresentou o projecto para a construção da casa da quinta de Manuel Coutinho de Castello Branco, cavaleiro da Ordem de Cristo, ao Paço do Lumiar, nos arredores da capital, empreitada ajustada com Sebastião de Carvalho, mestre carpinteiro, e António José Collares, mestre pedreiro⁽³²⁾.

A 27 de Outubro de 1749, o desembargador Francisco de Santa Bárbara e Moura, provedor do infante D. Francisco, contratou com o mestre olisiponense José Gonçalves Soares a pintura dos retábulos das igrejas do Priorado que citámos e, todavia, do tecto da igreja matriz do Crato⁽³³⁾. Na escritura estipulou-se que a obra seria feita "*com as cores que detriminar o architecto Manoel da Costa Negreiros que fes as plantas*"⁽³⁴⁾. É interessante observar que a intervenção deste estendeu-se inclusivamente a questões tão concretas do programa ornamental dos templos como a escolha da paleta cromática⁽³⁵⁾. Segundo a fonte em apreço, residia então em Lisboa, na Rua da Rosa das Partilhas⁽³⁶⁾.

Por carta do infante D. Pedro, de 4 de Março de 1750, obteve a recondução no cargo de architecto da Casa do Infantado, com funções e ordenado iguais aos que assumiu no tempo de D. Francisco⁽³⁷⁾.

De acordo com a escritura de um contrato datada de 2 de Maio do mesmo ano, Costa Negreiros elaborou o risco e a planta de umas casas na Rua das Cobertas, em Lisboa, para Jorge Luís Teixeira, cavaleiro da Ordem de Cristo⁽³⁸⁾.

Ao rol das obras realizadas pelo architecto nas décadas de 1740-1750 na capital, em anos ainda por esclarecer, podem juntar-se quatro outros trabalhos cuja paternidade lhe foi imputada por Cirilo Volkmar Machado. Embora estas atribuições careçam, por enquanto, de comprovação documental, é de assinalar que a tradição historiográfica as tem aceite, em geral, de modo pacífico⁽³⁹⁾.

A ermida do Senhor Jesus da Boa Nova situa-se à ilharga da antiga Fundação Real e está hoje muito arruinada⁽⁴⁰⁾. Horácio Manuel Pereira Bonifácio considerou-a um edifício bem demonstrativo da intencionalidade estética de Manuel da Costa Negreiros, chamando a atenção, com justeza, para o tratamento do pórtico monumental da fachada em que a linha curva do frontão avulta como elemento de particular exuberância⁽⁴¹⁾.

A torre sineira da igreja do convento da Graça, peça arquitectónica de delicado recorte e grande equilíbrio de concepção, mereceu do austero Cirilo a classificação de "muito elegante", aludindo ele, nomeadamente, à singular presença de colunas nichadas nos ângulos do corpo superior⁽⁴²⁾. Tem-se visto nesta obra, inovadora para o nosso país, uma reminescência da modelação que Filippo Juvara imprimiu a uma das fachadas laterais da

basilica de Superga, em Turim erguida entre 1715 e 1735⁽⁴³⁾. Importa registar que Luís Gonzaga Pereira conferiu a sua autoria a Custódio Vieira⁽⁴⁴⁾.

O pórtico da igreja do Santíssimo Sacramento, estrutura construída no âmbito de uma reforma parcial do templo e que o arquitecto soube integrar harmoniosamente no seu tecido edificado⁽⁴⁵⁾.

O palácio do Visconde de Barbacena, Luís Furtado de Mendonça, que se situa no Campo de Santa Clara⁽⁴⁶⁾, é obra bem emblemática da arquitectura áulica do período joanino. Traçada em obediência aos esquemas tradicionais da casa nobre de planta quadrada com torreões aos cantos e disposição em andares - soluções muito ao gosto da nossa aristocracia setecentista -, esta construção destaca-se pelo programa de organização e ornamentação da sua fachada, rigorosamente elaborado através dos ritmos de distribuição dos vãos e das cantarias de pedra branca da região⁽⁴⁷⁾. O conspecto documenta o princípio da transição da sintaxe formal do Barroco tardio para o Rococó, pelo que não se nos afigura descabido ver aqui uma das investidas iniciais da arte portuguesa no campo do ecletismo barroco internacional⁽⁴⁸⁾. Há que sublinhar, outrossim, como assinalou José Sarmiento de Matos, a propriedade da sua intervenção cenográfica no espaço urbano envolvente⁽⁴⁹⁾.

Outorgou-se igualmente ao arquitecto, por proposta de Francisco Berger, o risco do palácio do Correio-Mor, na Quinta da Mata, em Loures, erguido entre cerca de 1730 e 1745, solar em que trabalhou o seu irmão José na pintura dos tectos de várias salas⁽⁵⁰⁾. Não foi ainda possível documentar cabalmente esta suposição que levanta algumas reservas⁽⁵¹⁾.

Nelson Correia Borges atribuiu-lhe, todavia, o projecto da igreja lisboeta, já antes referida, do Menino Deus⁽⁵²⁾, obra colocada tradicionalmente, com argumentos de peso, na órbita do arquitecto régio João Antunes⁽⁵³⁾. Tal hipótese deve ser posta de parte, visto que a primeira pedra do templo foi lançada em 4 de Julho de 1711⁽⁵⁴⁾. Manuel da Costa Negreiros nasceu nove anos antes.

Embora sem aduzir provas escritas, Paulo Varela Gomes aproximou formalmente da órbita da produção do arquitecto que estudamos a reconstrução da igreja de Nossa Senhora dos Mártires, no Crato, já mencionada por Pedro Nunes Tinoco em 1620^(54bis). A planta de cantos cortados e a cuidada proporção da fachada principal, onde se destaca uma luneta ovóide sobrepujando o frontão curvilíneo, lembram efectivamente alguns edifícios delineados por Costa Negreiros. Uma vez que o templo dependia do Priorado, a intervenção deste parece bem plausível.

O artista realizou ainda outras funções relacionadas com a prática de arquitectura, como as de medidor e orçamentista, designadamente das obras reais. Nesta qualidade, colaborou de modo especial em campanhas construtivas de finais da primeira metade de Setecentos, promovidas por D. João V ou que contaram com o apoio, directo ou indirecto, da coroa⁽⁵⁵⁾. Em determinados casos somos mesmo a essas tarefas as de rever ou completar projectos alheios e acompanhar as respectivas empreitadas, na qualidade de inspector.

Assim sucedeu, por exemplo, em comissão régia, na superintendência da edificação do convento, palácio e igreja de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa (cerca de 1745-1752)⁽⁵⁶⁾, para que foi nomeado em 1750. Beneficiou aqui da estreita colaboração do género, o arquitecto e engenheiro militar Eugénio dos Santos e Carvalho⁽⁵⁷⁾ que, devido ao óbito do artista antes da conclusão da medição para que fora nomeado juntamente com Elias Pope e Santos Pacheco (1752), o substituiu nesta mesma comissão⁽⁵⁸⁾.

Manuel da Costa Negreiros faleceu repentinamente na vila de Tolosa - e não no Crato, como já se afirmou⁽⁵⁹⁾ -, onde se deslocara em serviço do Priorado do Crato, em 1 de Agosto de 1750. Recebeu sepultura na igreja matriz da terra⁽⁶⁰⁾. Contava apenas 48 anos de idade.

Percorrida, nos seus traços gerais, a actividade de Manuel da Costa Negreiros, eis chegado o momento de examinarmos a campanha de construção da cadeia joanina de Vila Viçosa, analisando brevemente os respectivos antecedentes.

O cárcere concelhio mais antigo desta povoação de que há referência ocupava uma das dependências da casa da Câmara na época medieval, sita em ponto impreciso da primitiva almedina⁽⁶¹⁾. Mais tarde, ao que se sabe já no século XVI, levantou-se outro edifício propositadamente para servir de prisão, o qual se localizava junto ao muro exterior do castelo, em posição sobranceira à capela de Nossa Senhora dos Remédios. Em 1661, durante a incursão do exército castelhano na região, sob o comando de D. João de Áustria, temeu-se que esta fábrica pudesse facilitar a entrada do inimigo no recinto amuralhado, o que levou o governador da praça, Cristovão de Brito Pereira, a mandar demoli-lo⁽⁶²⁾.

Igual destino tiveram, cerca de dois anos depois, os paços do município então em uso, incluindo os açougues, o celeiro comum e outras instalações municipais. Ocupando um terreno adjacente à torre de menagem, na chamada Praça Velha, ao ocidente da cerca, foram arrasados por ordem das autoridades militares, de acordo com os planos do General Conde de Schomberg aprovados pelo Conselho de Guerra⁽⁶³⁾.

Desaparecidas estas construções, os serviços públicos passaram a funcionar, a título transitório, em casas tomadas de renda⁽⁶⁴⁾. A Câmara, que acedera à destruição dos seus aposentos forçada por motivos de utilidade nacional, nunca aceitou de bom grado tão incómoda situação e passou a instar com frequência junto do poder central para que, segundo ficara acordado, se erguessem os novos paços concelhios⁽⁶⁵⁾. Nos sucessivos requerimentos a este respeito era mencionada como especialmente grave a questão da cadeia improvisada que, pela sua pouca segurança, dava azo a conflitos e evasões, continuando a ser necessário recorrer, no caso da custódia dos presos mais perigosos, ao uso do calabouço da cidadela do castelo⁽⁶⁶⁾.

Em 1675 o governo de D. Pedro II reconheceu a pertinência das solicitações da edilidade e determinou-se mesmo a escolha de um local para se erguerem as casas desta no Rossio de São Paulo⁽⁶⁷⁾. Contudo, a obra não avançou devido a desacordos quanto às modalidades de financiamento.

A autarquia, ciente da justiça que lhe assistia, continuou a insistir. Em 1734 logrou-se que a construção dos paços do concelho fosse alfim autorizada por D. João V⁽⁶⁸⁾, empenhado em desenvolver, ao longo do seu reinado, uma ponderada política de proliferação de edifícios públicos, concebidos como indispensáveis suportes físicos da vasta máquina administrativa de um estado absoluto em plena gestação⁽⁶⁹⁾.

Atendendo a que a cadeia constituía o sector mais prioritário de todas as infraestruturas requeridas, deliberou-se começar por aí. Para a sua instalação foi escolhida a Praça de São Bartolomeu, no sítio das casas térreas de António de Abreu de Góis. O dinheiro necessário para a obra saíu, como pedira a Câmara, de um adicional ao imposto do cabeção distribuído proporcionalmente pelos doze concelhos que formavam a comarca, atendendo a que se tratava de uma beneficiação que a todos eles interessava⁽⁷⁰⁾.

Uma vez realizado e aprovado superiormente o projecto da obra, foi esta posta em lanço no ano de 1739. Arrematou-a Manuel da Costa Negreiros. O arquitecto-empregado residia então em Lisboa. Entendido nos meandros dos trabalhos públicos, seguramente viu nela uma interessante oportunidade profissional que poderia aproveitar com os conhecimentos que travara em Vila Viçosa, anos atrás, na campanha do Paço Ducal, não lhe sendo difícil recrutar colaboradores de préstimo, tanto mais que aqui existiam - e ele bem o sabia - notáveis peritos nos campos da pedraria, cantaria, carpintaria e marcenaria. Na presente decisão talvez tenha tido algum peso António Gonçalves Pereira, um dos alvanéus que com ele operou em 1728 e que agora veio participar, em lugar de destaque, na empreitada.

Costa Negreiros, habituado a trabalhar no sistema de parceria, chamou a si quatro técnicos de Vila Viçosa ou aqui assistentes, o primeiro dos quais foi o mestre citado, e formou com eles uma sociedade para a execução da cadeia. A escritura do contrato de constituição

desta celebrou-se na mesma localidade a 25 de Novembro do citado ano, ante o tabelião de notas Lourenço de Torres Penalvo. Outorgaram-na, além do arrematante, António Gonçalves Pereira, José Mendes Brochado, Salvador Ferreira e Domingos Timóteo⁽⁷¹⁾.

No documento notarial que nos ocupa aparecem estipulados, com todo o pormenor, a composição e o funcionamento da sociedade. Esta era formada por quatro sócios, que repartiam entre si, em outros tantos quinhões, as despesas e os lucros da obra. Manuel da Costa Negreiros, António Gonçalves Pereira e José Mendes Brochado tomaram cada qual uma parte inteira, com a função e o título de administradores, obrigando-se a entrar em quantias iguais com verbas para fazer frente aos encargos. Os dois outros sócios ficaram com uma única parte **in solidum**, contribuindo Salvador Ferreira com 100 000 réis em dinheiro para o cofre da obra e Domingos Timóteo com igual montante em pedraria, fornecida ao melhor preço do mercado.

O arrematante assumiu a direcção dos trabalhos, na qualidade de sócio principal, reservando-se a autoridade para dirimir eventuais conflitos entre os administradores e ter em tudo a última palavra.

António Gonçalves Pereira, alvanéu, ficou com o cargo de escrivão, cabendo-lhe lançar as despesas e as receitas em livro próprio. Tratava-se, pelo que podemos coligir do texto do contrato, do homem de confiança de Costa Negreiros e em quem este delegou a responsabilidade de orientar a empreitada quando se tinha de ausentar de Vila Viçosa.

José Mendes Brochado, alvanéu, foi nomeado tesoureiro e apontador, recebendo a obrigação de administrar a obra e assentar as receitas e despesas, comunicando depois estes dados ao escrivão para o seu registo oficial.

Quanto a Salvador Ferreira, alvanéu, e Domingos Timóteo, canteiro, ambos sem funções de gestão, ficaram subordinados de forma directa ao tesoureiro-apontador, devendo cumprir as suas orientações.

De acordo com as indicações que constam da escritura, somos levados a crer que os sócios - talvez com a excepção de Costa Negreiros - tinham a obrigação de trabalhar pessoalmente na construção da cadeia em seus respectivos mesteres de pedraria e cantaria - conjugados, no que respeita aos administradores, com as tarefas próprias de superintendência a que lhes cabia assistir. Cada um deles vencia, ao dia, 300 réis, incluindo o escrivão nas jornadas que gastasse em apontamentos. Admitia-se também a eventual admissão de aprendizes, mas só com a aquiescência prévia dos administradores. Na fase da instalação da obra de carpintaria, não sendo necessária a intervenção de outros técnicos além dos que fossem contratados para ela - provavelmente recorreu-se a uma subempreitada tomada de parceria -, só o escrivão continuava a receber salário.

A actividade de uma sociedade da natureza da presente exigia uma eficaz disciplina interna. Na escritura surgem mencionados alguns aspectos da sua regulamentação. Os sócios eram obrigados a guardar segredo profissional sobre os assuntos da obra, sob pena de expulsão. Se algum deles levantasse reclamações ou incorresse em faltas às cláusulas do contrato seria banido e multado na quantia de 200 000 réis. Na eventualidade de que apresentasse qualquer dúvida ou demanda em tribunal, não poderia ser ouvido em juízo sem primeiro depositar também 200 000 réis no cofre da sociedade, ficando também a seu cargo o pagamento de todos os prejuízos daí advindos e a satisfação ao requerente ou caminheiro que na tal causa andar a 200 réis por dia. Ao subscrever do documento renunciavam também todos, como era habitual neste tipo de ajustes, aos juizes dos respectivos foros profissionais e a outros privilégios jurídicos.

Os fundos em dinheiro relativos à empreitada eram depositados num cofre com três chaves, cada uma das quais ficou na posse de um dos administradores. Este cofre só podia ser aberto na presença de pelo menos dois deles.

Vem a propósito abrir aqui um parêntese para coligirmos as referências que têm sido feitas à escritura em causa pelos historiadores de Vila Viçosa.

Quem primeiro a ela aludiu, apresentando um resumo - algo diferente - do seu teor, foi o Padre Joaquim José da Rocha Espanca, ao ocupar-se da actividade municipal do ano de 1739 nas **Memórias de Vila Viçosa**, redigidas entre 1872 e 1884:

"Manuel da Costa Negreiros, morador em Lisboa, arrematara a obra da cadeia pública de que havia de ser tesoureiro e apontador José Mendes Brochado e escrivão Francisco Gonçalves Pais. Em 25 de Novembro fazem escritura de sociedade de ganhos e perdas todos três e admitem o canteiro Salvador Ferreira e o alvanéu Domingos Timóteo, figurando estes dois por uma só cabeça e obrigando-se a entrarem com o valor de 100\$ em cantaria."⁽⁷²⁾

Deve rectificar-se, de acordo com o que apurámos, o nome do mestre António Gonçalves Pereira. De notar, também que a quantia de 100 000 réis em cantaria foi satisfeita apenas por Salvador Ferreira, competindo a Domingos entregá-la em dinheiro.

Em 1892, o mesmo investigador deu outra vez notícia do documento notarial na sua síntese sobre a evolução de Vila Viçosa e respectivo termo:

"[...] Cinco annos depois [de 1734] era posta em arrematação a obra da cadeia, por ser a que mais falta fazia; e tomou-a de empreitada Manuel da Costa Negreiros, que deu sociedade n'ella a José Mendes Brochado, Francisco Gonçalves Paes, Domingos Timotheo e Salvador Ferreira, canteiro."⁽⁷³⁾

Túlio Espanca retomou as informações do Padre Rocha Espanca num estudo acerca da história dos paços do concelho aparecido em 1973:

"[...] o Tesouro Nacional, em 1734, reinando D. João V, ordenou a instalação da cadeia no sítio das casas térreas de António de Abreu de Gois [...] que se transformaram radicalmente a partir de 1739, como consta da escritura outorgada em 25 de Novembro, em Lisboa, ao mestre empreiteiro Manuel da Costa Negreiros, morador nesta cidade. Na mesma empreitada se associaram José Mendes Brochado, como tesoureiro e apontador da obra e Francisco Gonçalves Paes, escrivão, também oficiais de pedraria, que se obrigaram a entrar cada com 100.000 rs., depositados em cofre de três chaves. Na mesma sociedade se incorporaram Domingos Timóteo e Salvador Ferreira, canteiro."⁽⁷⁴⁾

Este texto foi reproduzido na íntegra no tomo do **Inventário Artístico de Portugal** concernente à zona sul do distrito de Évora, editado em 1978⁽⁷⁵⁾. Assinale-se a confusão verificada quanto ao pagamento da quota de 100 000 réis, a qual coube, não aos administradores António Gonçalves Pereira e José Mendes Brochado mas aos sócios minoritários Salvador Ferreira e Domingos Timóteo.

..

Para além do contrato de que tratámos conhecem-se poucas referências à obra da cadeia. Segundo um acórdão camarário de 29 de Fevereiro de 1744, citado pelos Espancas, por essa altura os trabalhos já estavam em curso - [...] a obra da cadeia que nesta vila se faz de novo [...]", lê-se no documento - e existia suficiente dinheiro recolhido para os mesmos⁽⁷⁶⁾. Noutro acórdão de 1751 o edifício aparece referido como terminado⁽⁷⁷⁾

No triénio de 1754-1757, reinando D. José e sob o governo do Marquês de Pombal, ergueram-se finalmente os almejados paços do concelho. A empreitada, subordinada a um novo risco de autoria desconhecida, foi arrematada pela quantia de 22 000 cruzados a José Francisco de Abreu, architecto elvensé muito activo em Vila Viçosa, que se associou a José Mendes Brochado, um dos componentes do consórcio de 1739, e a António de Sequeira Ramalho⁽⁷⁸⁾.

Este projecto previa a fundação de um edificio de raiz, ignorando a continuidade ou o aproveitamento da cadeia já existente. Por este motivo, a obra construída por Manuel da Costa Negreiros, apesar de contar escassos anos de serviço, acabou por assumir um carácter provisório e foi integralmente sacrificada para dar lugar à magnífica casa pública que hoje apreciamos.

APENDICE DOCUMENTAL

1739, Novembro, 25. Vila Viçosa. Escritura de constituição de uma sociedade formada por Manuel da Costa Negreiros, empreiteiro, António Gonçalves Pereira, José Mendes Brochado, Domingos Timóteo, alvanéus, e Salvador Ferreira, canteiro, para a obra da construção da cadeia de Vila Viçosa que fora arrematada em hasta pública pelo mesmo Manuel da Costa Negreiros.

Évora, Arquivo Distrital, *Secção Notarial, Cartórios de Vila Viçosa*, Tabelião Lourenço de Torres Penalvo, Livro n.º 228, fls. 76 v.º-79.

Sasusiedade [sic] que fes Manoel
da costa / de negreiros com Antonio gonçalves
e com outros /

Saibaõ quantos este publico instrumento de escreteria de / sosisiade de huma obra da cadeia desta villa e obri/gaçonis [sic] uirem que no anno do nasimento de nosso senhoro [sic] / jessus cristo de mil e setecentos e trinta e noue an/nos aos uinte e simco dias do mes de nouembro do / dito anno em esta villa vicosa [sic] nas casas de morada de / mim tabelliam sendo ahi presentes Manoel da costa / de negreiros morador em lisboa arematante da obra da / cadeia desta villa e sendo outrosim presentes Antonio / gonçalves pereira escriuaõ da dita obra e sendo outrosim presente / yoseph mendes brochado aluane thezoireiro e a/pontador que a de ser da dita obra e sendo outrosim / presentes saluador ferreira cameiro e domingos thimo/tio aluane todos moradores nesta villa pessoas conhecidas de / mim tabelliam que dou fé serem as proprias aqui comti/udas e declaradas e logo pello dito Manoel da cos/ta de negreiros arematante da obra da cadeia des/ta villa pello qual foi dito em prezença de mim tabelliam / ao diante nomiado e perante as testemunhas desta es/cretura que presentes estavaõ no fim escritas / e asinadas que era uerdade que elle tinha aremata/do a obra da cadeia desta villa como consta da sua / aremataçaõ e que asim de sua boa e liure uomtade / da susiade na dita obra a Antonio gonçalues que a de ser da / receita e despeza que tera liuro em seu poder para // para asentar fazendo pomtos com clareza em que ex/prese tudo o qual tera huma chaue de hum cofre / que auera com tres chaues e quando se arecadar algum / algum dinheiro sera em prezença de todos os tres / socios ou ao menos do thezoireiro não estando o / arematante na terra e da tambem sosisiade a joseph / mendes broxada que sera o thezoireiro do cofre e tera / outra chaue e este adeministrara a obra sendo / yuntamente apontador de toda a despeza e receita / de que tambem fara assentos e a outra chaue pera elle / arematante ou aquelle dos dois a quem a quizer / deixar se se auzentar e os pagamentos a de fazer aque/lla pessoa que elle arematante detriminar e teraõ / yguais partes nos lucros e perdas que ouer e comorrera cada hum dos tres socios com tudo o que for / prezio para a fatura da obra tambem em igu/ais quantias com as que o arematante comcorrir / e tudo se obrara com clareza e uerdade por sose/go e quietação de boa fatrinidade e avendo emtre / os dois escriuaõ e thezoireiro algumas duuidas / estaraõ pello que sobre ellas o arematante despuzer / que sera sempre o que for yusto e util a todos e se o/brigaõ todos tres huns

pellos outros e declaro / *que* tambem daõ prasiaria a saluador *ferreira* canteiro / e a domingos thimotio aluane os quais dois / faraõ a figura de hum so socio de tal sorte *que* os / lucros ou perdas an de ser diuididos em qua/tro partes huma para o arematante outra para / o escriuaõ outra para o thezoireiro e os dois sosede/raõ na quarta parte de tudo e seraõ obrigados / estes dois saluador *ferreira* com cem mil reis para o di/to cofre e domin digo com o ualor de cem mil reis / em pedraria e naõ no cofre e o domingos thimo/tio com o ualor de cem mil reis para o dito cofre / a qual pedraria sera obrigado a fazer pelas me/didas *que* se lhe derem cuia pedraria sera ayus/tada no seo ualor pello preço *que* for mais // barato e acomodado por qualquer outro emprei/teiro de fora o quizer fazer sem auer nisto mali/çia [ou] *dolo algum porque* sera obrigado a fazer o mi/lhor comodo a sosiada[de] *como se naõ tiuera obriga/çaõ de dar a dita pedraria e inda que* iustarem / a dita pedraria e presso della se ouuer quem por / menos a queira fazer sera obrigado dahi por / diante a faze la pello.dito presso *que* outrem a qu/eira inda *que* ia lhe esteia este ayustado com o / dito saluador *ferreira* e seraõ estes dois obrigados pe/llo *que* lhe a de dretriminar [sic] o apontador e naõ iraõ com/tra o *que* este detriminar e todo aquele *que* leuan/tar duuidas ou demandas ou faltas as clauz/llas referidas sera naõ so expulzado da sosi/adade mas tambem perdera para a dita sosiada/de duzentos mil reis em pena ou nome della e / naõ auera lucoro algum da mesma os quais de/pozitaraõ na maõ do thezoi-reiro e dito cofre sem / o fazerem naõ seraõ ouuidos em uizuo ou fora de/lle com duuida demanda ou coiza alguma *que* *que*/iraõ alegar e naõ poderaõ meter na obra apre/ndizes nem obrar coiza alguma sem ser apro/uado pellos ditos ademinastradores e escri/uaõ e todos os asentos auizos e notificaçonis [sic] *que* / lhe fizer o dito escriuaõ teraõ fé como se foraõ fei/tas por escriuanis aprouados e elles elles [sic] socios seraõ /obrigados a obede-der lhe e satisfazerem o *que* lhe / mandar a bem e utilidade da dita obra e ne/nhum uemsera selario nos dias *que* naõ tra/balhar nella e o *que* faltar ao *que* assim se lhe auizar / e asi ficar ficara emcurso nas penas asima pos/tas *que* teraõ lugar naõ so nos dois de *que* falaõ / mas em todas as mais e o iscriuaõ sera sa/tisfeito dos dias *que* gastar nos aponta-mentos / como se trabalhara e com o selario de tre/zentos reis por dia *que* he o *que* an de ganhar // ganhar os *que* mais trabalharem com comdisaõ *que* / todos elles estaraõ sujeitos a elle arematante e / faraõ o *que* este detreminar a bem do dito comtraente / como *senhor* [sic] prinçipal della *que* he e da da [sic] sua maõ a di/ta susiadade e as mais e naõ fazendo cada hum deles / as suas obrigaçonis o arematante podera expul/sa llo e remouer seu lugar em quem lhe pareser e se a/yustaraõ contas de tudo todas as vezes *que* este / detriminar ou tiuer nesidade de se aiustar/em e todos gardaraõ fé e segilio de tudo o *que* se o/brar e o *que* excusar sera expulso da dita sosi/adade e todo o direito e beneficio dela e com estas / e as mais clauzullas do istillo e direito o *que* todos / se sometem e mais se adeuerte *que* emquanto durar / a obra de carapentaria na obra de carapinteiro / só uemçera selario o noso escriuaõ *antonio gonçalves* / se uemsera o seu selario naõ traba-lhando ade/ministrando a obra e se obrigaõ todos elles par/tes cada hum pela parte *que* lhe toqua de numca / em tempo algum por suas partes nem por ou/tras irem nem uirem comtra esta escretu/ra em parte nem em todo e *que* querendo a com/tradizir ou reclamar naõ querem ser ouuidos em uizuo nem fora delle com coiza alguma / *que* por sim e em seu fauor alegar possaõ sem premeiro /rialmente e com efeito depositar o *que* faltar e naõ com/prir as clauzullas desta escritura duzentos mil / reis para as partes obedientes *que* logo perdera tanto / *que* alguma coiza alegar e isto em pena e nome de pe/na e propio emteresse de *que* leuados ou naõ sem/pre esta escritura ficara em sua emteira forsa / e uigor e esta clauzulla depositaria pediraõ eles / partes cada hum pela parte *que* lhe toqua a mim *tabelliam* / lhe puzese aqui e eu *tabelliam* a seu rogo e pedimento lho pus / e escreui aqui e *que* auendo duuida ou demanda so/bre esta escritura ou parte dela o *que* faltar ao comte/udo nesta escritura sera obrigado a pagar tudo / o prejoiso com todas as custas *que* por elle se fize // se fizerem assim de ofisiais caminheiros requerem/tes pagando a duzentos reis por dia a pessoa *que* na /tal arecadaçaõ andar ou sancitar a cauza de to/dos os dias *que* nelle gastar do dia da sitaçãõ athe de to/da a demanda ser finda e acabada para comprimento e pa/gamento da dita he renuciaraõ elles partes cada hum /pella parte *que* lhe toqua o tempo das ferias gera/is e particulares e todas as mais leis e ordenaçonis / de *que* se ajudar possaõ porque de nada querem / uzar nem gozar senaõ

tudo comprir em e pagarem / como dito he e se dezaforaõ do yuis de seu foro que sam / e possaõ ser e de qualquer outro que [sic] foro ou preuile/gio tenhaõ e por tudo se obrigaõ a responder e estar / a direito perante as yustissas desta villa vicosa a cuja yuri/diçaõ se sometem ainda que seia no cazo da execuçaõ e que / seus herdeiros e soõsiores seiaõ obrigados a comprir / esta escretura com todas as clauzullas della riais e / pessoas e com esta obrigaçaõ e em cargo querem herdem / seus bens e lhe susedaõ e de outra maneira naõ e logo pe/llos ditos socios foi dito por todos yuntos e por cada hum / de per sim perante mim tabelliam e das ditas testemunhas que elles aseita/uaõ esta sociedade de que o arematante lhe daua na dita / obra da cadeia desta villa e que se obrigaõ a comprir a escre/tura asima e para tudo asim comprirem e pagarem e naõ / comtrazerem obrigarãõ elles partes socios e arema/tante suas pessoas e todos seus bens mouens e de uais auidos / e por auer em fé e testemunho de uerdade asim o outogaraõ / todos elles partes e a estipularãõ e aseitaraõ e asinaraõ / na forma de direito sendo testemunhas presentes e logo perante / mim tabelliam e das ditas testemunhas pareceo francisco mendes mededor / da caza do trigo e por elle foi dito perante mim tabelliam e das di/tas testemunhas que ficaua por fiador do dito domingos themotio ao qui/nhaõ que lhe daõ na dita obra da cadeia e ao comprimento de / tudo obrigou elle fiador todos seus bens mouens e de ra/ais [sic] auidos e por auer testemunhas Luis Antonio criado de mim tabelliam / que asinou a rogo do fiador e como testemunha e paullo yo/zeph alfaiate e yoaõ pereira cordoeiro todos moradores / nesta villa vicosa [sic] e todos aqui asinaraõ com as par/tes com [...] seu sinal que custuma // que custuma e eu lourenco [sic] de torres penaluo tabelliam que o es/creui /

Antonio Gonçaluez /

Manoel da Costa Negreiros /

Jozeph Mendes Borchado /

Saluador Ferreira /

Domingos themotio /

asino a rogo Do fiador / e como testemunha /

Luis Antonio /

de + francisco mendes /

Paulo Jozeph

de + yoaõ / pereira /

Visto em correyaõ [...] Villa Viçosa 1⁽⁷⁹⁾ de Dezembro / de 1739⁽⁸⁰⁾ /

Vacca//

NOTAS

- (1) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *Collecção de Memórias relativas às Vidas dos Pintores, e Escultores, Architetos, e Gravadores Portuguezes, e dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal*, 2.^a ed. dir. por J[O]AQUIM M[ARTINS] TEIXEIRA DE CARVALHO & VERGÍLIO CORREIA, Coimbra, 1922, p. 164, s. v. "Major Manoel da Costa Negreiros"; [FRANCISCO MARQUES DE] SOUSA VITERBO, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a Serviço de Portugal*, II, Lisboa, 1904 [ed. fac-simil., Lisboa, 1988], p. 196, s. v. "Manoel da Costa Negreiros"; [ARMINDO] AYRES DE CARVALHO, *D. João V e a Arte do seu Tempo*, II, Lisboa, 1962, pp. 184 e 351-353; *id.*, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, Lisboa, 1971, pp. 108-109. NELSON CORREIA BORGES, *Historia da Arte em Portugal*, IX, *Do Barroco ao Rococó*, Lisboa, 1986, p. 10; HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", em *Claro-Escuro*, I, Lisboa, 1988, pp. 81-85; *id.*, "Negreiros, Manuel da Costa", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, dir. de JOSÉ FERNANDES PEREIRA & coord. de PAULO PEREIRA, Lisboa, 1989, p. 315; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos* (dissertação de doutoramento, policopiada), Lisboa, 1970, especialmente pp. 100-102, 108-109 e 197-200; PAULO VARELA GOMES, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, Lisboa, 1988, pp. 18-19 e 32; JOAQUIM OLIVEIRA CAETANO, "Arquitectos, Engenheiros e Mestres de Obras do Aqueaduto das Águas Livres", em *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa* [Catálogo da Exposição, Lisboa, Museu da Cidade, 1990], dir. de IRISALVA MOITA, Lisboa, 1990, p. 99.
- (2) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, XI, Vila Viçosa, 1983, pp. 33-34; *cf. id.*, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa. Concelho da Provincia do Alentejo e Reino de Portugal*, Redondo, 1892, p. 394.
- (3) TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", em *A Cidade de Évora*, XXX, 56, Évora, 1973, pp. 114-115; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, IX, *Distrito de Évora. Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, I, Lisboa, 1978, p. 705, col. B.
- (4) HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 81-83; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 100.
- (5) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, *loc. cit.*
- (6) HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 85.
- (7) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, *cit.*, *ib.*; TÚLIO ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, pp. 616 e 655, col. B.
- (8) JOSÉ TEIXEIRA, *O Paço Ducal de Vila Viçosa. Sua Architectura e suas Colecções*, Lisboa, 1983, p. 95:

"[...] em 1728 dá-se empreitada para a construção de uma cozinha e seus anexos, cocheiras e cavalariças⁽¹⁾. Entre os arrematantes consta o pedreiro Manuel da Costa Negreiros⁽²⁾, mas não deverá ser o arquitecto a que se atribui, o palácio Barbacena, a porta da igreja do Sacramento, a ermida da Boa Nova, a capela do paço da Bemposta (1735) e a reconstrução da igreja de Santo Estêvão em Alfama, todos em Lisboa. Falecido em 1750, Cyrillo⁽³⁾ diz-nos que "sabia a perspectiva e fez profissão de architectura", sendo artista muito creditado, o que levará a afastar a probabilidade de o arquitecto Costa Negreiros ter entrado em posição de subalternidade nesta empreitada da cozinha para o Paço e de merecer qualificação profissional inferior à sua, visto que é designado como pedreiro."

Transcrevemos também as notas do autor:

(¹) P.^o Joaquim da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, Ms. da Biblioteca da Câmara Municipal de Vila Viçosa, vol. IV, pp. 591 e segs.

(²) Os outros mestres empreiteiros eram António Gonçalves, Manuel de Sousa e António da Rocha.

(³) Cyrillo Volkmar Machado, *Collecção de Memórias relativas às vidas dos pintores...*, Coimbra, 1922, p. 164; Aires de Carvalho, *ibid.*, vol. II, pp. 184 e 351-353; e Sousa Viterbo, *ibid.*, vol. II, p. 190."

- (9) A|RMINDO| AYRES DE CARVALHO, *op. cit.*, pp. 352-355; HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 101, 108, nota 42, e 197. Cfr. NELSON CORREIA BORGES, *op. cit.*, *loc. cit.*
- (10) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 197.
- (11) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 100 e 108, nota 43.
- (12) H|ORÁCIO| M|ANUEL| P|EREIRA| B|ONIFÁCIO|, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*, col. A; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 101; JOAQUIM OLIVEIRA CAETANO, *op. cit.*, pp. 98-99.
- (13) H|ORÁCIO| M|ANUEL| P|EREIRA| B|ONIFÁCIO|, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, *loc. cit.*; JOAQUIM OLIVEIRA CAETANO, *op. cit.*, p. 99.
- (14) Cfr. J|OSÉ| F|ERNANDES| P|EREIRA|, "Antunes, João", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, p. 36, col. A; NELSON CORREIA BORGES, *op. cit.*, *loc. cit.*, col. B.
- (15) |ARMINDO| AYRES DE CARVALHO, "Novas Revelações para a História do Barroco em Portugal", em *Belas-Artes*, 2.ª Série XX, Lisboa, 1964, p. 68; *id.*, *As Obras de Santa Engrácia e os seus Artistas*, *cit.*, *loc. cit.*; NELSON CORREIA BORGES, *op. cit.*, *loc. cit.*, col. B; H|ORÁCIO| M|ANUEL| P|EREIRA| B|ONIFÁCIO|, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 101 e 197-199.
- (16) HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 101, 109, nota 44, e 197.
- (17) |ARMINDO| AYRES DE CARVALHO, p. D. João V e a Arte do seu Tempo, *cit.*, pp. 184 e 351; NELSON CORREIA BORGES, *op. cit.*, *loc. cit.*; H|ORÁCIO| M|ANUEL| P|EREIRA| B|ONIFÁCIO|, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*.
- (18) H|ORÁCIO| M|ANUEL| P|EREIRA| B|ONIFÁCIO|, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 101 e 200-203.
- (19) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 200, 207, nota 5, 324-328 (nomeadamente 324) e 328-332 (nomeadamente 329).
- (20) *Id.*, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 81 e 83; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 100.
- (21) *Id.*, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 82 e 84; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 100, 102 e 200.
- (22) *Id.*, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, p. 84.
- (23) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 203 e 207, nota 7.
- (24) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, *loc. cit.*; FRANCISCO AUGUSTO GARCEZ TEIXEIRA, *A Irmandade de São Lucas, Corporação de Artistas. Estudo do seu Arquivo*, Lisboa, 1931, p. 99.
Acerca de José da Costa Negreiros, cfr. CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, pp. 89-90, s. v. "José da Costa Negreiros"; M|ARGARIDA| C|ALADO|, "Negreiros, José da Costa", em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, p. 314, col. B.
- (25) FRANCISCO AUGUSTO GARCEZ TEIXEIRA, *op. cit.*, pp. 99 e 127.
- (26) HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 82 e 84-85.
- (27) *Id.*, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 82 e 85.
- (28) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, p. 164.
- (29) JOAQUIM OLIVEIRA CAETANO, *op. cit.*, *loc. cit.*
- (30) Cfr. HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, p. 82.
- (31) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 202 e 360-364.
- (32) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 203-204 e 208, nota 8.
- (33) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 202, 207, nota 6, e 364-366.
- (34) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 365.
- (35) Cfr. *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 202-203.
- (36) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, p. 366.
- (37) *Id.*, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 82-83.
- (38) *Id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 204 e 208, nota 9.
- (39) Cfr. HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, p. 81; *id.*, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 197 e 207, nota 1.
- (40) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, *loc. cit.*
- (41) H|ORÁCIO| M|ANUEL| P|EREIRA| B|ONIFÁCIO|, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*, col. B.
- (42) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, *loc. cit.*
- (43) V. PAULO VARELA GOMES, *op. cit.*, p. 19.

- (44) LUÍS GONZAGA PEREIRA, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927, p. 7.
- (45) CYRILLO VOLKMAR MACHADO, *op. cit.*, *loc. cit.*
- (46) *Id.*, *ibid.*
- (47) Cfr. J[OSÉ] S[ARMENTO DE] MATOS, "Barbacena, Palácio", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, p. 64, col. B.
- (48) PAULO VARELA GOMES, *op. cit.*, p. 32.
- (49) J[OSÉ] S[ARMENTO DE] M[ATOS], *op. cit.*, *loc. cit.*
- (50) M[ARGARIDA] C[ALADO], "Negreiros, José da Costa", *cit.*, *loc. cit.*
- (51) V. J[OSÉ] S[ARMENTO DE] M[ATOS], "Correio-Mor, Quinta do", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, pp. 138, col. B-139, col. A.
- (52) NELSON CORREIA BORGES, *op. cit.*, pp. 9-10.
- (53) Cfr. João Antunes, *Arquitecto. 1643-1772*, [Catálogo da Exposição, Panteão Nacional, Lisboa], dir. de MANUELA BIRG, Lisboa, 1988, p. 44; J[OSÉ] F[ERNANDES] P[EREIRA], "Antunes, João", *cit.*, *loc. cit.*
- (54) H[ORÁCIO] M[ANUEL] P[EREIRA] B[ONIFÁCIO], "Menino Deus, Igreja do", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, pp. 289, col. B - 290, col. A.
- (54 bis) PAULO VARELA GOMES, "Fachadas de Igrejas Alentejanas entre os Séculos XVI e XVIII" em *Penélope*, VI, Lisboa, 1991, p. 37.
- (55) *Id.*, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*, col. B.
- (56) *Id.*, "Negreiros, Manuel da Costa", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 204-205 e 366-369; LEONOR] F]ERRÃO], "Necessidades, Palácio, Convento e Igreja de N. Senhora das", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, pp. 312, col. B - 313, col. A.
- (57) LEONOR] F]ERRÃO], *op. cit.*, pp. 312, col. B-313, col. A; HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 204-205.
- (58) HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, *Polivalência e Contradição. Tradição Seiscentista, o Barroco e a Inclusão de Sistemas Ecléticos no Séc. XVIII - A Segunda Geração de Arquitectos*, *cit.*, pp. 204-205.
- (59) PAULO VARELA GOMES, *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, *cit.*, *loc. cit.*
- (60) HORÁCIO MANUEL PEREIRA BONIFÁCIO, "Alguns Documentos Inéditos sobre o Arquitecto Manuel da Costa Negreiros", *cit.*, pp. 82 e 84.
- (61) TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit. loc. cit.*
- (62) *Id.*, *ibid.*
- (63) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, p. 393; TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (64) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*; TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*, cols. A-B.
- (65) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, *cit.*, p. 19; *id.*, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, p. 394; TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*, col. B.
- (66) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, pp. 393-394; TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (67) TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (68) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, *cit.*, pp. 19-21; *id.*, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, p. 394; TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (69) V. J[OSÉ] S[ARMENTO DE] M[ATOS], "Arquitectura Civil", s. v., em *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, *cit.*, p. 41, col. A; *id.*, "Edifício Público", s. v., no mesmo *Dicionário*, p. 153, col. A.
- (70) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, *cit.*, pp. 20-21; *id.*, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, p. 394; TÚLIO ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (71) Évora, Arquivo Distrital, *Secção Notarial - Cartórios de Vila Viçosa*, Tabelião Lourenço de Torres Penalvo, Livro n.º 228, fls. 76 v.º - 79.
- (72) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, *cit.*, pp. 33-34.
- (73) *Id.*, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (74) TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, pp. 114-115.
- (75) *Id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (76) JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, *cit.*, p. 44; *id.*, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, Concelho da Provincia do Alemtejo e Reino de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*; TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, p. 115; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (77) TÚLIO ESPANCA, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, *loc. cit.*
- (78) *Id.*, "Evolução Artística dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, Redondo e Borba", *cit.*, *loc. cit.*; *id.*, *Inventário Artístico de Portugal*, *cit.*, pp. 705, col. B - 706, col. A
- (79) Numeral sublinhado no original.
- (80) Numeral sublinhado no original.

José Francisco de Abreu Mestre de Pedraria do Barroco Alentejano

*Túlio Espanca**

Grandes mestres de Arquitectura trabalharam através dos séculos - uns estrangeiros e a maioria, naturalmente portugueses -, na construção das cidades e vilas do nosso Alentejo, mas desta obra permanente da actividade humana ficaram no olvido os nomes de milhares de competentes artistas que a história não registou em documentos perenes, porque a biografia, aos tempos, se fazia para honrar a memória de donatários, da realeza, nobreza e clero.

Todavia, a província transtagana foi mãe de vultos que, sobremaneira honraram o mister e ergueram inúmeros edifícios que confirmaram a sua competência profissional.

Um dos mais antigos mestres medievais, o construtor da Catedral romano-gótica de Évora, no Séc. XIII, Martim Domingues, pelo respeito que mereceu dos seus contemporâneos ficou consagrado em busto esculpido no parapeito do trifório da nave central; Fernão de Évora foi mestre do Mosteiro da Batalha; João de Arruda, pedreiro conceituado em Évora, é progenitor de Diogo e Francisco de Arruda, mestres de obras da Comarca do Alentejo, por nomeação régia, e de Miguel de Arruda (talvez seu neto), artistas dos mais ilustres dos reinados de D. Manuel I e D. João III, os quais foram responsáveis por notáveis trabalhos de Arquitectura dos estilos gótico-manuelino-mudejar e da Renascença; Convento de Cristo de Tomar, Lóios e paços reais de Évora e de Lisboa, Torre de Belém, castelos artilheiros de Vila Viçosa, Evoramonte e novo de Évora, convento do Espinheiro, Matriz de Viana do Alentejo, fortalezas do Norte de África e muitas outras importantes obras. A Francisco de Arruda se deve, neste lugar, uma referência especial: delineou e dirigiu, a convite do rei D. João III, que estagiava em Évora em 1531, a construção do Aqueduto da Água da Prata, obra de utilidade pública que muito dignificou este reinado e mereceu justos encômios aos autores de **Os Lusíadas** e das **Décadas da Ásia**, Luís de Camões e João de Barros, respectivamente.

Ao mesmo arquitecto se ficou devendo, na cidade de Elvas, a edificação dos seus dois mais valiosos monumentos nacionais: a Catedral, primitiva Igreja Matriz de **Nossa Senhora da Assunção**, ordenada pelo **Venturoso**, em 1517, e que substituiu o templo trecentista de Nossa Senhora do Açougue, e o Aqueduto da Amoreira, iniciado em 1498 mas somente

* Doutor "Honoris Causa" pela Universidade de Évora.
Historiador e investigador.

concluído no ano de 1622 sob assistência do mestre Pero Vaz Pereira, autor do risco da Fonte da Vila.

Refira-se que o andamento da grandiosa obra, que tem 843 arcos e uma extensão de 7.054 m de comprimento, se arrastou pelo espaço de 125 anos e teve a assistência de vários arquitectos, sendo um deles Afonso Alvares, mestre das obras do Cardeal-Infante D. Henrique na Universidade de Évora.

Construção de magestosa silhueta e robustez, sobretudo no Vale de S. Francisco - onde a arcaria alcança os 31 metros de altura -, apresenta neste ponto particular curiosidade e pitoresco, pela sobreposição e irregularidade volumétrica dos renques de quatro ordens protegidos por alterosos botaréis de andares e grossa alvenaria acantonada de pedra.

* * * * *

A antiga Sé de Elvas trata-se de um típico exemplar de arquitectura do estilo manuelino, contrafortado e coroado de ameias chanfradas - correntes nas empreitadas dos Arrudas -, torrinhas cónicas e piramidais, gárgulas antropomórficas, e dividida, no interior, por três naves de abóbodas de nervagem da tradição gótica. Profundas obras de remodelação seis-setecentistas alteraram profundamente a traça das primitivas capelas laterais, mas a mais acentuada partiu da década de 1730, quando o Cabido resolveu substituir a abside maneirista feita em 1599 pelos pedreiros Pero Vaz e Manuel Ribeiro, a expensas do bispo D. António de Matos de Noronha. Desconhecemos hoje, as características desse santuário e dos seus primores artísticos, mas estamos crentes que a ideia de renovação nasceu pelo interesse generalizado nos meios cultos do alto clero com a fama, aparato e grandiosidade propostas nos monumentais trabalhos da Arquitectura Barroca, do gosto italiano transmitido na arquidiocese e província transtagana através das obras da Basilica de Mafra e da abside da Catedral de Évora, dirigidas por João Frederico Ludwig, afamado arquitecto-mor do rei D. João V.

Neste momento surge uma interrogação perante a ausência de documentos coevos que o confirmem. Porque e porquê foi indicado para a realização da nova capela-mor da Sé de Elvas o nome de José Francisco de Abreu, mestre de pedraria certamente abalizado em obra feita, e natural da cidade, como se afirma e os seus contemporâneos confirmaram? Autores idoneos admitem que os seus conhecimentos técnicos de arquitectura se revelaram nas empreitadas de Mafra e da Sé de Évora, onde decerto trabalhou, como o afirma Luís Keil no INVENTÁRIO ARTÍSTICO DO DISTRITO DE PORTALEGRE, publicado no ano de 1947.

A sua capacidade de adaptação, operosidade e experiência profissionais promoveram, junto dos mentores das grandes obras sumptuárias capitulares a sua confiança e, embora desconheçamos os termos do contrato de 1734 para a erecção do altar-mor da Sé elvensê, inspirado na magestosa obra de Évora, e limitado evidentemente pela modestia dos rendimentos diocesanos de sede vacante, a obra agradou e deu origem - como veremos a seguir - a fructuosos contratos pela Casa Real de D. João V.

O Santuário da Sé de Elvas, revelador nítido do padrão barroco introduzido em Portugal por Ludwig, apesar das limitações do ambiente provinciano em que se insere, apresenta a dignidade de conjunto enobrecida por colunata compósita, de capitelação ricamente esculpida, frontão ornamentado por brasões pontifícios e dos bispos D. Pedro e D. Baltazar de Vilas Boas. A pintura de óleo sobre tela que preenche o trono, obra do italiano Lorenzo Gramieri (1749) e representa a **Coroação da Virgem**, denuncia recomendação de José Francisco de Abreu, talvez pelo seu relacionamento com os artistas das brigadas de Ludwig, assim como pode ser, igualmente de seu conselho, a encomenda do órgão executado a partir de 1762, pelo mestre organeiro italiano D. Pascoal Caetano Oldivini, estabelecido com oficina em Évora e pago pelo bispo D. Lourenço de Lencastre.

José Francisco de Abreu em Vila Viçosa

Encontrando-se em estudo a conclusão do cruzeiro da Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa, panteão dos Duques de Bragança, D. João V determinou acabar este corpo do edifício, que ficara apenas no reboco, após a trasladação dos ossos dos seus antepassados para os monumentais sarcófagos da capela-mor, por determinação de D. Pedro II, em 1677, com a assistência dos bispos de Évora, Portalegre, Elvas e Algarve. Falecido, entretanto, o **Magnânimo**, seu filho e herdeiro D. José I, em 1752, determinou proceder à conclusão do projecto e encarregou o ouvidor Miguel de Oliveira Guimaraes e Castro, de superintender nos trabalhos, os quais foram entregues após concurso público, a José Francisco de Abreu, o mais conceituado mestre de pedraria da Província, com garantia técnica e de profissionalismo assás comprovados.

Senhor da empreitada e autor do risco, escolheu para seus imediatos colaboradores alguns dos melhores artistas da região calipolense, de Borba e de Estremoz, os quais foram: João da Costa Torres, José Mendes Brochado e Bento da Silva. As vultuosas obras, iniciadas em 1753, mas somente terminadas em 1763, compreenderam o revestimento integral, de mármore locais, do transepto e do arco-triunfal, das arcas tumulares dos infantes brigantinos (uma destinada aos restos mortais do infante D. Duarte, irmão do rei **Restaurador**, prisioneiro dos castelhanos e falecido em 1649 no castelo de Milão), e dos altares colaterais dos padroeiros da igreja: Nossa Senhora da Graça e Santo Agostinho.

A magestosa obra de arquitectura barroca, lavrada em mármore regionais, negros, brancos e ralados, iluminada pela torre lanterna de planta anterior, apesar da sua intencional severidade é nobremente guarnecida, nas pilastras do arco-mestre, por formoso escudo real e dois caprichosos púlpitos de mármore coloridos, debuxados no mais pujante desenho da transição do estilo barroco-rococó (decerto das mais avançadas peças decorativas desta magnificente arte escultórica da região), concebidos a capricho na temática naturalista, e anjos simbólicos, no ano de 1754 pelo próprio architecto José Francisco de Abreu. O interessante trabalho importou em 150.000 rs.

* * * * *

O mais elegante e correcto monumento religioso da sua lavra - quiçá a obra prima do barroco de peregrinação da região e julgamos que a sua derradeira empreitada é, sem dúvida, o santuário mariano de **Nossa Senhora da Lapa**, também em Vila Viçosa, que se deveu à piedade dos padres missionários Angelo de Sequeira e Francisco José Martins, capelão da Capela do Paço Ducal, com licença do arcebispo de Évora D. Fr. Miguel de Távora, e lançamento da primeira pedra, no ano de 1756. Construção admiravelmente proporcionada exterior e interiormente, movimentou-se no antigo Carrascal da vila, com frontaria flanqueada por duas esbeltas torres sineiras, quadradas, de cúpulas bolbosas e fogaréus angulares, centrando um portal apilastrado de linhas admiráveis, sobrepujado por duas alegóricas estátuas esculpidas em mármore calipolenses.

O corpo da nave, de abóbada de meio ponto e planta de cruz latina, com alçados despidos de ornamentação sumptuária - embora bem iluminados - possui três altares na cabeceira, incluindo o principal - onde trabalhou o mestre canteiro Gregório das Neves (autor do pórtico da igreja da Misericórdia de Évora), separados por teia de tabelas naturalistas e geometrizes, além do notável púlpito, caprichosamente esculpido com ornatos envielrados, anjos e arabescos exóticos, rematados pelo símbolo do Espírito Santo, conjunto de elementos lavrados também em mármore de várias tonalidades, que imprimem ao interior do templo, juntamente às vastas superfícies brancas de alvenaria tradicional, as características do barroco alentejano, contrastantes com a exuberância e carregamento de pedra conforme a prática de Nicolau Nazoni, no Norte do País, estabelecendo, desta maneira, duas concepções distintas em expressividade do estilo nas zonas setentrional e meridional do País.

A construção civil mais condigna de Vila Viçosa - depois do Palácio Ducal - os Paços do Concelho da Praça da República - pertence, de igual modo, a determinação do rei D. João V, apesar da obra, na quase totalidade e em empreitada de grande celeridade alcançar os anos de 1754-57, data da sua inauguração oficial. A primeira **Domus Municipalis** calipolense, situada na cerca velha dioniso-fernandina, perdeu-se durante as campanhas militares luso-castelhanas de 1665, e as ulteriores casas camarárias andaram por locais diversos no regime de aluguer, até que a coroa, responsável pela administração pública determinou erguer, de raiz e em concordância com o parecer e dignidade do monarca brigantino, a nova sede concelhia. E fê-lo respeitando o critério de honra de que a Vila Ducal era merecedora de obra de tal envergadura pelos seus pergaminhos brigantinos e, também, pelo heroísmo demonstrado durante a heróica defesa contra o exército invasor de Filipe IV, causa fundamental da ruína do primitivo imóvel. Estando nomeado superintendente da obra o ouvidor da Casa de Bragança Miguel de Oliveira Guimarães e Castro, procedeu-se à licitação pública (que atingiu os 22.000 cruzados - e foi ganha pelo arquitecto José Francisco de Abreu, oficial de capacidade e provas dadas em anteriores trabalhos régios, que se rodeou dos mais competentes mestres de pedraria e carpintaria residentes na região: José Mendes Brochado, António Sequeira Ramalho e Joaquim Morato. A empreitada, como se disse, que decorreu no período de governação de D. José I, compenetra-se das particularidades e formação profissional dos artistas responsáveis, todos eles operários formados na escola quinto-joanina onde imperava a grandiosidade arquitectónica e a decoração pictórica barroca, esta artisticamente enobrecida na Sala do Consistório do Senado, com guarnições de tapeçaria de Arraz, de temática bíblica, e pelo tecto magistralmente pintado a fresco com símbolos sacro-profanos peculiares do estilo barroco português.

Infelizmente, ambas as composições não suportaram o respeito das gerações posteriores e sofreram a perda, total, sendo a última alienada durante a grande reforma da década de 1930, dirigida pelo arquitecto Rebelo de Andrade.

Todavia, o belo edifício setecentista mantém, exteriormente, as suas linhas e perspectivas construtivas originais, reveladoras da capacidade dos projectistas que nos legaram, no Distrito, como lição de responsabilidade, alguns preciosos exemplares de Arquitectura da sua época.

* * * * *

Pouco se conhece da vida e morte de José Francisco de Abreu, incontestado oficial de pedraria e exímio marmorista de meados do século XVIII, natural da cidade de Elvas, mas a obra arquitectónica que nos legou, envolvida no mistério da sua formação profissional honra, pela capacidade de adaptação e criatividade de um período histórico em profunda transformação artística, colocando o seu nome, sem dúvida, no prestigioso grupo dos mais competentes mestres que enobreceram o florescente estilo barroco do Alto Alentejo.

Dois documentos sobre a “Guerra de los Naranjos”

*Jorge Oliveira**

1.

Quando há já alguns anos preparava a montagem do Museu Municipal de Marvão, especificamente a sala dedicada à Vila e Praça de Marvão, descobri, no interior da caixa que protege o Foral Manuelino, que nesta sala se expôs durante algum tempo, dois documentos manuscritos datados respectivamente de 12 e 18 de Setembro de 1800.

Pela leitura de uma carta de 16/2/1982, que se juntava aos documentos, ficava-se a saber que estes tinham sido oferecidos pelo Dr. Nuno Gomes da Silva para o então, ainda em projecto, Museu de Marvão.

A importância dos referidos documentos para o estudo dos preparativos bélicos do confronto que foi baptizado pelos espanhóis de “Guerra de los Naranjos” e em que Portugal se viu envolvido, levou-me a considerar a sua divulgação pública numa próxima oportunidade. Essa oportunidade viria a surgir quando preparávamos o primeiro número da IBN MARUÁN - Revista Cultural do Concelho de Marvão, mas por motivos vários, que não importa aqui referir, tal não foi possível.

Embora estes documentos se reportem directamente a Marvão, a sua divulgação tem perfeito cabimento nesta nova revista de cultura que em boa hora a Câmara Municipal de Vila Viçosa pretende editar, atendendo a que um deles, (documento II) foi redigido por Manuel de Brito Mozinho no Quartel General de Vila Viçosa.

2.

Não se pretende neste breve artigo estudar as causas e desenvolvimentos da “Guerra de los Naranjos”, em que mais uma vez Portugal se viu enleado nas tramas de um conflito que em quase nada lhe dizia respeito e que nos levou, para além de outras consequências algo humilhantes, a perder a Praça de Olivença.

Durante largos anos esta curta mas desastrosa Guerra praticamente não foi objecto de estudo por parte dos historiadores portugueses, não tanto pela ausência de materiais de investigação mas, certamente, por causas que se prendem mais com as consequências da deficiente organização defensiva portuguesa dos inícios do século XIX. Só passados quase duzentos anos sobre estes desprestigiantes episódios bélicos, começam a ser publicados alguns estudos, e de significativa importância, que possibilitam uma melhor compreensão

* Professor da Universidade de Évora.

Para emq. sermostra og actualmente sepreicia
 neste Praia deubarua, sem entrar em contempla-
 cao ogue nella existe

Peca de Artellharia q' sepreicia	Num. ^o	Calibry	Ballas
Peca de Artellharia	2	24	Ha balla
Dety	4	12	Hearta 340
Peta	6	8	Hearta 1425
Temenory Calibry	4 de	5, ou 6	Hearta 800

Ha m morteiro de 8 polgadas necessita Bombas 100
 Doy Oburey necessita Grandoy Ray - 200

Toda artellharia deve ser montada em granos
 meirinho poy q' firm o pormite o piqueiro terreno q' ha

P'vora --- barris	120	Pegor de peluda	6000
Grandoy Vernis	600	Dety Arteloi	8000
Grory de Arerua	280	Ha amaior necessidade	
Piquey	360	de palamente de artellha	
Car tarany	50	ria por em este agua se	
Vellay de Compoicica Casoty	6	po de construy	
Exolety --- Casoty	4	Tambem sepreicia pelia	
Poborras --- Junty	16	Doy, Casoty, Casoty e D	
Heatras --- qm	6	Doy de ma d'ira, aqua e	
Abrothos --- Casoty	4	havendo aqui com abun	
Lampicory p' Oloidy	8	dancia se pode comprar	
Dety de muralla	12	como muito utiidade	
Pang ou bactilha par car		p' a Real Fazenda	
tuizame --- vary	80	Las pucias pelly de las	
Papel p' Cartuzame de pu		reiros p' os lanchas q' firm	
zil --- Zopy	8	como tambem alguns	
Fis de l'anda --- a Dety	16	Cenry de Doy por em	
Cordel de miaklar para		tudo aqui se vende ete	
piramidey	1	com abundancia	
Bandery Portuguesy	2	Las de algume necesside	
Dety de signay	4	de algume Bomay	
Moinho p' moer gds	8	a saber	
Heima bomba de ma		Bomay de oficial	6
para muerioy		Dety de alador	16
Pedernio de favel			
Quem dose fazer feyos			
de Compoicica sepreicia			
Pez			
Oleoy			
Solito			
Ouro far			
q'			
		Marvis 12 de Setembro	
		de 1800	

Relação das Municões, e Pedrechos, que se mandarão
remeter da Praça de Olivença para a de Marvão.

Abriões, caixotes	2
Alampicões	8
Bandeiras para signaes	4
Barracas de Official	6
Ditas de Soldado	16
Candeeiros de Murallas	12
Draga para cartuxos de Arty. ^a varas	80
Espingardas	880
Escoletas de estopim, caixotes	12
Espiques	66
Fio de Clarida, arnites	12
Granadas Siccas	200
Moinhas de ferro	8
Murrões, quistinas	18
Obuses	2
Polvora, quistinas	60
Pedreiras de espingarda	5000
Papel para cartuxos, ruzmas	18
Loquetes, com sua lavada do calibre 12	8
Ditos de 8	4
Ditos de 6	10
Vilhas de composição, caixotes	6

Quartel General de Villa Vioza 18 de Sete-
tembre de 1800/

Manoel de Brito Mexinho
Adj.^{te} das Ordens

das emaranhadas teias diplomáticas por que se regia a política internacional das potências europeias dos finais do século XVIII e que na maior parte das vezes redundavam em confrontações bélicas.

Para uma melhor abordagem e enquadramento dos documentos que a seguir se apresentam, reputo de importância acrescida o recente estudo do Dr. António Ventura intitulado: "*O Combate de Arronches - Um episódio da Guerra das Laranjas*", publicado pela Câmara Municipal de Arronches, onde o autor descreve pormenorizadamente o ambiente bélico vivido no Alentejo raiano nos alvares do século XIX.

3.

O primeiro documento (12 de Novembro de 1800) comporta um mapa onde se tratam em pormenor os apetrechos bélicos em falta na Praça de Marvão. No segundo, enumeram-se as munições e apetrechos que por ordem do Quartel General de Vila Viçosa, em 18 de Setembro de 1800, foram enviados da Praça de Estremoz para a de Marvão. Pela leitura dos dois documentos e principalmente pelas suas datas (12/11/1800 e 18/11/1800) parece podermos depreender que se trata de um pedido e respectiva resposta. Contudo, se atendermos ao desfasamento entre as necessidades existentes em Marvão e a lista dos bens remetidos por ordem de Vila Viçosa o relacionamento entre os dois documentos parece já não corresponder. Estes documentos mostram, assim, claramente, a incapacidade de resposta e apetrechamento militar das praças fronteiriças portuguesas nas vésperas de um confronto bélico anunciado. Solicita Marvão dezasseis peças de artilharia e nenhuma lhe é remetida. Pedem-se um morteiro de oito polegadas e dois obuses e apenas são enviados os dois obuses. Interessante se torna também verificar que nem o pedido de duas bandeiras portuguesas é satisfeito, em contrapartida são remetidas as quatro bandeiras para sinais.

No que se reporta a armas ligeiras as necessidades parecem ter sido satisfeitas atendendo a que ao pedido de 880 espingardas Vila Viçosa fez remeter o número pretendido, o mesmo já não se verificando face à solicitação de 600 granadas reais que só foi satisfeito com 200. Contudo, noutros artigos a resposta ultrapassou o número solicitado como foi o caso das espoletas. Foram pedidos quatro caixotes e remeteram-se doze.

Atendendo aos documentos pode-se verificar que ao pedido de muitos outros materiais nada foi remetido. Incluem-se na lista dos bens não fornecidos importantes apetrechos bélicos tais como 360 piques, 120 barris de pólvora ou 50 partazanas.

4.

Como se viu, embora a Praça de Marvão não se encontrasse suficientemente apetrechada para fazer face ao ímpeto das tropas do Príncipe da Paz, Manuel Godoi, conseguiu, certamente, devido mais à sua implantação geográfica do que às armas, resistir aos vários ataques e prolongados cercos que lhe foram impostos pelos exércitos espanhóis. Entre a inimiga Valência de Alcântara e a ocupada Praça de Castelo de Vide, Marvão completamente isolado conseguiu, com o louvável esforço do seu governador Salazar e posteriormente sob o governo do Coronel Pedro Celestino Soares, manter intrasponíveis as velhas portas desta praça até à assinatura do tratado de paz de 6 de Junho de 1801. Por este tratado Portugal comprometia-se a fechar os portos à Inglaterra e em contrapartida a Espanha restituía as praças de Juromenha, Castelo de Vide, Campo Maior, Arronches, Portalegre, Ouguela e Barbacena. Ficava sob a administração espanhola a Praça e Termo de Olivença, desaparecendo do domínio português este pequeno enclave da margem esquerda do Guadiana.

A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826 geradora de tensões sócio-políticas no Alto Alentejo

• Análise de alguns documentos inéditos

*Manuel Inácio Pestana**

“Sobre a vivência da história local, nos seus fundamentos e consequências, vai-se construindo o sentido histórico muito mais facilmente e muito mais solidamente que sobre a história nacional”.

Adolf Rude

1. Na hora perturbada da vida portuguesa em que D. Pedro, filho de D. João VI, se debatia entre a coroa imperial do Brasil e o trono real de Portugal, no momento em que as ideias liberais se insinuavam cada vez mais profundamente no nosso meio, procurando uma concretização que entretanto se viabilizara pela Constituição de 1822; quando, enfim, se iniciava a luta da legítima sucessão, aquele Príncipe — por alguns já considerado um estrangeiro —, entre outras surpreendentes medidas, resolve outorgar ao País uma nova lei básica — a Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826.

E ainda na mesma hora abdica do trono português em favor de sua filha Maria da Glória, oferecendo-a criança de sete anos à voracidade dos políticos e ao matrimónio precoce com o próprio D. Miguel, seu tio e pretendente ao trono, entretanto afastado no estrangeiro, mas atento ao desenvolver dos acontecimentos em Portugal.

Porquê estas decisões de D. Pedro?

Para dar satisfação aos anseios liberais, já tão difundidos no País, para dar satisfação à sua própria consciência e para poder instalar-se tranquilamente no Brasil que conquistara com o grito das margens do Ipiranga? Talvez por tudo isso. Mal se teria apercebido decerto, então, das complicadas consequências que tais medidas acarretariam para a sua Pátria.

* Prof. do Ensino Superior Politécnico
Membro da Academia Portuguesa de História
e da Real Sociedade Arqueológica Lusitana

Previamente, efectivamente, graves perturbações.

Trazida do Brasil em 2 de Julho de 1826 pelo embaixador inglês Lord Stuart, não sendo esperada nem mesmo desejada, "a Carta Constitucional não ia ser um instrumento favorável à democracia. Primeiro, porque se apresentava como concessão real /.../ depois, porque era a Carta mais monárquica da época" (1).

2. Na sua elaboração aceitara D. Pedro alguns passos da Constituição de 1822 e servira-se mesmo da que outorgara ao Brasil dois anos antes, esta por sua vez inspirada nos sistemas europeus da Inglaterra e da França.

Com esta lei fundamental, e conforme se depreende da proclamação de 12 de Julho com que a Regência da Infanta Isabel Maria a mandara anunciar esperava-se uma reconcialização nacional:

"Nesta carta se procura terminar a luta dos princípios extremos, que tem agitado todo o universo; a ela são chamados todos os portugueses para se reconciliarem como se têm reconciliado outros povos por semelhantes meios".

De facto, segundo Luz Soriano, de início, a Carta foi tomada "como um porto de refúgio para todos os que não eram puritanos miguelistas". Daí o motivo por que se estabeleceu um geral entusiasmo, inclusivamente no Porto e em Lisboa, na primeira destas cidades de tal modo que foi necessária a intervenção policial para acalmar os impetos. Era naturalmente a efusão liberal, a tal ponto que até um hino se compôs para rematar as exaltações.

3. Tornava-se necessário e sobretudo urgente, para além da proclamação, que se procedesse ao juramento oficial em todo o País. Para os mais exaltados já tardava a cerimónia, desconfiados com algumas intenções mal disfarçadas. Por isso mesmo, Saldanha, esquecido da sua inicial devoção miguelista, apressou-se então a enviar, pelo coronel Rodrigo Pizarro, recado directo a D. Isabel Maria, conseguindo que fosse determinada desde logo a data definitiva de 31 de Julho para a aclamação geral por todos os magistrados do País com as competentes cerimónias oficiais do juramento solene.

A começar pela Infanta-Regente, jurando "cumprir e fazer cumprir e guardar a carta constitucional", tudo correria bem: suspendera-se mesmo o luto pela morte recente de D. João VI para que fosse possível folgar de contentamento. Até o futuro marechal e duque teria o seu prémio: João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun seria investido na pasta dos negócios da Guerra no novo gabinete ministerial.

"No Porto e em todas as demais terras do reino teve igualmente lugar o citado juramento sem contradição alguma, a não ser em Estremoz, onde também por fim se verificou" (2)

Esta "contradição" referida por Luz Soriano não foi aliás tão rapidamente sanada como parece entender-se e o próprio historiador acabaria por reconhecê-lo.

Veremos porquê.

4. Estimulados pela recuperação absolutista que se desenvolvia em Espanha a favor de Fernando VII, os miguelistas, mesmo depois da Abrilada, mantêm aceso o fogo sagrado das suas ideias, sobretudo a partir do estrangeiro, na esperança de melhores oportunidades. Na Espanha refugiara-se o conde de Amarante Manuel da Silveira, futuro marquês de Chaves, e com ele numerosos dos seus dedicados soldados; à Espanha se recolheriam os regimentos alentejanos de Maggesi; de Londres, por ex., viria o famoso manifesto de Joaquim Gomes da Costa Posser.

Latentes e potenciais, estas reservas realistas tornaram-se particularmente operantes, face à ordem régia que impunha o juramento da Carta. Desde Julho de 1826 a Fevereiro de 1827 a insurreição não deu tréguas. Desejava-se ansiosamente o regresso de D. Miguel, a respeito do qual de vez em quando surgiam certos rumores com foros de boato intencional.

(1) Victor de Sá, *A crise do Liberalismo*. Lisboa, 1978. Pág. 73.

(2) SORIANO, S. J. da Luz -. *Hist.ª da Guerra Civil /.../. Terceira epocha*. T. II. P. I. Lisboa, 1882. pp. 456-457 e 461.

Assim, motins em Chaves e Vila Real em 21 e 22 de Julho, novamente em acção o marquês de Chaves, produziram imediatos reflexos nas Beiras e no Alentejo. De resto, no Alto Alentejo já os movimentos de 1823 do mesmo general Silveira tinham produzido idênticos efeitos (1), e quando da agitação geral que levava o governo a solicitar o apoio inglês — o general Clinton mantivera-se em Portugal com as suas tropas desde Janeiro de 1827 até Abril do ano seguinte para proteger a polícia cartista.

Precisamente em Estremoz, Vila Viçosa, Alandroal, Elvas e Campo Maior sublevaram-se os respectivos corpos militares, do exército e de milícias, proclamando a sua hostilidade à Carta e deixando intimidadas as populações quando, de seguida, passaram a terras fronteiriças além-Guadiana, onde, como se sabe, tiveram o melhor acolhimento.

Aí, como já referimos, aguardaram melhores dias. Entretanto os liberais impuseram a sua lei, não perdoando aos adversários políticos. Os nossos documentos vêm confirmar todas as situações vividas nestes momentos tão alterados do Alentejo, de algum modo retrato do que mais ou menos se repetiu por todo o País.

5. D. Miguel, porém, continuava presente no espírito de boa parte do povo português. A sua esperança iria concretizar-se através da decisão do próprio D. Pedro ao nomeá-lo seu lugar-tenente e regente em nome de D. Maria da Glória.

Efectivamente, o Infante estaria de novo em Portugal em Fevereiro de 1828. E não mais de três meses lhe bastaram para quebrar todos os juramentos anteriores, porque logo anulou a Carta Constitucional e se fez aclamar Rei Absoluto em cortes do velho estilo. Era a Usurpação, na tese dos liberais; era a Redenção, diriam os realistas.

A seguir, a chamada “Sedição do Norte” e logo depois a “Belfastada” (3 de Julho) deixaram-lhe campo livre para prosseguir o seu governo e a sua política, só terminando o seu reinado na Convenção de Évora-Monte (26 de Maio de 1834), partindo então para novo e definitivo exílio.

Reposta logo a seguir, a Carta Constitucional manteve-se em vigor apenas durante pouco mais de dois anos, i. é, até à Revolução de Setembro de 1836, data em que foi retomada, a título provisório, a Constituição de 1822. Uma nova Constituição — a de 1838 —, de texto muito próximo desta, surge entretanto, mas com vida tão atribulada que em 1842 (a 10 de Fevereiro) a primeira ditadura de Costa Cabral voltou a repôr a Carta de 1826 que viverá finalmente o reinado mais longo de todas as leis fundamentais portuguesas: durará, embora sofrendo várias remodelações, até a implantação da República.

II

1. Consultámos um conjunto de 20 documentos, inéditos na sua quase totalidade, pertencentes ao Arquivo da Casa de Bragança (ACB), em Vila Viçosa, pelos quais, ou se confirmam ou se revelam aspectos de reconhecido interesse histórico no âmbito da vida política dos povos de uma definida região fronteiriça do Alto Alentejo nesse período agitado da vida nacional.

2. A primeira série, de 14 documentos, insere-se no tempo da primeira vigência da Carta constitucional, situando-se todos eles entre 1 de Agosto e 17 de Outubro de 1826.

3. O juramento da Carta e implicações locais imediatas

Os primeiros documentos são cópias de ofícios ou de informações oficiais em que se dá conta do levantamento militar dos regimentos de Cavalaria 2, de Vila Viçosa, e de Infantaria 17, de Estremo, opondo-se ambos ao cumprimento da ordem régia — extensiva a todo o Reino — de se proceder ao juramento solene da Carta exactamente no dia 31 de Julho desse ano de 1826.

(1) ESPANCA, J. J. da Rocha -. *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*. Redondo, 1892. pp. 255-259.

O Regimento de Cavalaria n.º 2, de Vila Viçosa, ao romper do dia 31 de Julho, veio para a rua aclamando D. Miguel, depois de ter arrombado o cofre público; em seguida retirou-se para Juromenha, na fronteira com a Espanha, para passar a Olivença.

Nessa noite chegara a Vila Viçosa o Regimento de Infantaria n.º 17 de Estremoz, “com vivas à Real Família”, pernoitando nesta vila e seguindo pelas 4 horas da manhã a reunir-se a Cavalaria 2.

Isto mesmo se comunicava ao Ministério e Secretaria de Estado, informando-se em complemento que as tropas de Elvas e Campo Maior, à semelhança dos militares de Estremoz e Vila Viçosa, ameaçaram regressar de imediato de Espanha se tivessem conhecimento da consumação do juramento protocolar nestas áreas geográficas. Procuravam desta forma intimidar as populações.

Ainda nesse momento (dia 1 de Agosto), a Câmara da vila de Borba, a dois passos de Vila Viçosa, informava superiormente que na tarde do dia 28 de Julho procedera ao **bando** (proclamação pública), “*que se fez com toda a solenidade e grandeza possível*”, não podendo, porém, à noite concretizar as previstas iluminações, por causa da passagem do Regimento n.º 17 que de Estremoz para Juromenha fez trânsito pela vila de Borba.

Como se descreve no documento, o Regimento de Estremoz passou por Borba ao princípio da noite, acompanhado de Música e “*dando Vivas a El Rey o Snr. Dom Pedro 4.º, ao Snr. Infante Dom Miguel, a toda a Real Família, e dando vozes de execração contra a Constituição, e Pedreiros Livres, as quaes erão correspondidas por aquella porção de Povo que se achava presente à sua entrada*”.

Os presos, da cadeia gritavam pedindo que os soltassem, arrombando as portas. O Juiz de Fora pediu então ao Capitão-mor da vila que mandasse rondar durante toda a noite, dispondo-se ele próprio também, com seus oficiais, a proceder do mesmo modo. “*E felizmente não houve desordem*”.

Em Vila Viçosa, entretanto, o Corregedor da Comarca, **dr. António Gomes Ribeiro**, informa em 15 de Agosto o Ministro dos Negócios do Reino Correia de Lacerda de que fora impossível cantar-se o solene Te Deum e iluminarem-se as janelas durante três noites, tudo acompanhado com manifestações de regozijo.

Fez-se entretanto constar que nas imediações da vila se achavam 45 homens armados, preparados para atacar a população, caso se consumasse o juramento, tendo-se até ouvido tiros.

Teve grandes responsabilidades nestes acontecimentos **Pedro de Magalhães**, natural do concelho, que foi um dos mais celebrados e activos agentes miguelistas na região. Agitando os populares concentrados em frente dos paços do concelho, ameaçou de morte todos aqueles que na vila se atrevessem a jurar a Carta.

4. Denúncias políticas

Confrontos ideológicos tão acentuados deram natural sequência a denúncias e perseguições de natureza política. E curioso é verificar-se, através de alguns destes papéis, como se expressavam os remoques e se desenvolviam certas e subterrâneas intervenções.

São disso prova bem clara as duas cartas, escrita uma de Vila Viçosa, outra de Campo Maior, respectivamente em 8 e 10 de Agosto.

Em ambas se acusam como desafectos ao “actual sistema” (o liberal) várias autoridades civis, militares e religiosas.

Na primeira, a de Vila Viçosa, assinada por um João Francisco e dirigida a um eclesiástico com o vocativo “Meu Padre”, revela-se a situação dos militares miguelistas de Cavalaria 2 exilados, como se referiu, em terras de Espanha. Assim, nela se escreve: “*As milícias não voltaram ainda, como ahí (Elvas? Lisboa?), e muitos paisanos daqui tem sahido para os bandoleiros /os miguelistas/ persuadidos de que devem hir ajuda-los a comer o que furtaram nesta Villa, e vão furtando agora aos Povos vezinhos ao Guadiana /.../ vão roubando todo o gado que podem*”.

Acrescenta ainda: “A Constituição /Nome Divino/ ainda se não jurou por causa do Sr. Corregedor e Juiz de fora que são duas pingas boas”. “O Povo deste Villa não he bom, mas está agora muito peor por causa do Bispo (1), Corregedor (2), e Juiz de Fora (3) e Ten.(16) Coronel de Milicias (4)”.

Na carta de Campo Maior acusam-se de desafecção às novas ideias várias personalidades, como o Padre Mariano, por exemplo, “as duas auctoridades civil, e Militar e um celebre João Damaso e o seu amigo Arriaga”, os quais — diz o documento — “solapadamente espalhão más noticias, tanto que estando um rapaz cantando o Hymno de D. Pedro, uma celebre Juanita o mandou calar, e lhe disse que havia ordem para prender quem cantasse semelhante cousa”. Conclui-se o texto, em defesa das ideias liberais, com o seguinte remate: “à vista disto está o Povo no mesmo estado em que estava; e se S. Ex.ª pode muito bem informar o Governo, e representando a necessidade de tirar daqui estes homens se interesse na escolha de boas autoridades para fazerem entrar no verdadeiro conhecimento da razão e obediência às Leys”.

Foi o Juiz de Fora de Elvas, Des. Silvério Luís Teixeira de Aguiar e Vasconcelos, quem recolheu cópia destas cartas e as enviou (1826.08.12) ao Intendente-Geral da Polícia, Cons. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, na sequência da devassa que instaurou à causa realista. Ao mesmo tempo informava das razões de não se ter ainda jurado a Carta em Vila Viçosa nem procedido na mesma localidade a competente averiguação de culpas, processo esse que aquele magistrado elvensê recomenda seja entregue à competência de ministro que não seja da terra.

Por este documento fica-se sabendo também que o Juiz de Fora de Elvas tem enviado agentes seus a Espanha para recolher notícias sobre os exilados miguelistas, sabendo-se que ali têm sido bem acolhidos, mas desarmados por ordem do Governo Espanhol e remetidas as armas para depósito em Olivença, seguindo eles para Almendral e Trujillo-/Torguilha?/, “que está destinado para depósito dos Desertores Portugueses Rebeldes; que o mesmo Juiz de Fora tem feito diligências para, através da amnistia, fazer regressar alguns portugueses (já uns sete oficiais voltaram e foram remetidos para Abrantes), interessando nestas tentativas os bispos de Elvas e de Badajoz” (5)

5. O juramento da Carta. Quando e como ocorreu.

Entretanto, naquela mesma data em que seguira o ofício de Elvas, a Carta é finalmente jurada e do acto é lavrado o competente auto, do qual se enviam prontamente cópias às competentes autoridades superiores.

Não foi, porém, tão pacífico esta acto como poderia já admitir-se. De facto, conforme ofício de 24 de Agosto subscrito pelo Capitão Gil Guedes Correia de Queiroz, enviado ao Visconde de Beire, relatam-se os acontecimentos sediciosos ocorridos “no dia 23 do dito mez em Villa Viçosa, e mostrando a necessidade que ha de se proceder com a maior promptidão a huma Devassa por Magistrados e Escrivaens probos, que não tenham relações naquella terra”.

Logo de manhã, “a horas de mercado”, se divulgaram notícias de que um correio de Espanha teria trazido ordens directas de D. Miguel para que fosse imediatamente aclamado nesta vila Rei de Portugal, contando chegar a Vila Viçosa muito em breve, vindo de Madrid.

(1) Bispo-deão da Real Capela, D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, bispo titular de Nemesis (1825-1834).

(2) Dr. António Gomes Ribeiro, que fora antes juiz de fora de Ourém e posteriormente a estes acontecimentos veio a ser desembargador.

(3) Dr. Bernardino Geraaldes Pinto Vilas-Boas, que o historiador Rocha Espanca diz não saber a que partido pertence (“Memórias de Vila Viçosa”, Cad. 14, p. 95).

(4) Ten.-cor. das Milicias, António Lourenço de Matos Azambuja; o comandante de Cavalaria 2 era na altura o ten.-cor. João Borges de Cerqueira e Alpoim, ao qual se fazem algumas alusões acintosas na carta de Vila Viçosa, a quem designam por “homem coxo”.

(5) Sabe-se da afeição do então bispo de Elvas, D. Joaquim de Meneses e Ataíde, à causa constitucional, a ponto de constar existir nos seus paços uma effigie de D. Miguel enforcado (V. Jorge Hugo Pires de Lima, *Processos políticos do Reinado de D. Miguel*. Coimbra, 1967, in “Boletim da Universidade”, vol. XXVIII).

Este e outros boatos animaram de tal modo a população que teve de entrar de prevenção rigorosa o batalhão de Infantaria 10 que guarnecia o castelo da vila. Tudo acabou em sossego, empregando o povo *"o resto do dia nas Tavernas fazendo publicamente saudes ao Senhor D. Miguel 1.º Rei de Portugal"*. Mesmo assim foram feitas várias prisões e exigida devassa sobre os acontecimentos. (Gravs. 1-2)

O referido Visconde de Beires, marechal-de-campo, investido no cargo de Governador do Alentejo, comunica logo no dia imediato ao Secretário de Estado da Guerra, João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, o futuro Marechal Saldanha, o que em Vila Viçosa se passara, expondo *"seu juízo sobre a pouca capacidade do Corregedor de Villa Viçosa; e junta à mesma Cópia da Relação dos denunciados na mesma Villa d'onde consta os que forão prezos e os que se evadirão"*.

Para além de ser o dr. António Ribeiro — que era miguelista — julgado incapaz para levar a cabo a devassa, acusam-se neste documento os empregados da Real Capela de serem *"opostos á Carta Constitucional, ainda que mais pendentes do que os que vão prezos, concentão os seus máos sentimentos, porem, influem decididamente a opinião do Povo"*. (NOTA 1).

Efectivamente do Palácio da Ajuda em 17 de Outubro baixa o decreto de 5 de Setembro anterior com a demissão, tanto do Corregedor como do juiz de fora, *"por motivos nelle declarados"* e que são, como temos entendido, obviamente de natureza política.

III

1. O segundo conjunto documental corresponde ao período (de Abril de 1828 a Setembro de 1829), ou seja à fase de um novo consulado miguelista, iniciado, como sabemos, em 26 de Fevereiro de 1828 quando no Palácio da Ajuda o exilado de Viena jurara a Constituição vigente.

Intensificam-se agora as reacções anti-liberais, agita-se o apoio realista e abrem curso novas perseguições aos adversários políticos. Como diz o Prof. J. Veríssimo Serrão, *"as manifestações populares que acompanham o regresso de D. Miguel provam antes de mais, que havia um forte movimento antiliberal no País. Por mais intensa que fosse a difusão das novas ideias, não se pode negar que o Antigo Regime conservava muitos adeptos, uns por fidelidade à tradição, outros desiludidos pelos erros da revolução"* (1).

2. São seis os documentos desta série arquivística e todos eles correspondem ao que poderemos chamar de "levantar a cabeça" dos partidários realistas, perseguidos, presos ou exilados durante a Regência de Isabel Maria.

Enunciando-os e resumindo o seu conteúdo bem se compreenderá como as tensões políticas e sociais nesta região do Alto Alentejo assumiram expressão de alta gravidade, à semelhança do que, aliás, ia ocorrendo por todo o País.

3. Documentos. Descrição e breve análise.

1.º) 1828. Abr. 05./Vila Viçosa:

Exposição apresentada pela Câmara, Clero, Nobreza e Povo de Vila Viçosa sobre os abusos e perseguições do Juiz de Fora Francisco de Sousa Machado de Azevedo Leite exercidos contra os realistas:

"algumas vexações em liberais notórios desta vila" (2).

Enumeram-se no documento os *"horrores praticados pelo indicado Ministro e seus satellites"*, cujas reuniões, depois dos saneamentos políticos que tinham provocado, decorriam em Estremoz conjuntamente com os juizes de fora de Alandroal, Borba e Estremoz, corregedor de Elvas e provedores de Elvas e Évora, e outros mais, em casa de Francisco Félix, coadjuvados pelos maçons de Vila Viçosa.

(1) *"História de Portugal"*, vol. VII. Lisboa, 1984. Pág. 404.

(2) P.º J. J. da Rocha Espanca, *Compendio de Notícias de Villa Viçosa*. Redondo, 1892. Pág. 260.

refusa

Relações das denúncias em Vila Viçosa

631.

- O Conde, José Bernardo de Almeida — Preso.
- O Escrivão da forreição, José Farvalho Ser. — Id.
- O Meirinho do feral do Ecclesiastico, Ant. — Id.
- José de Mira — Idem
- O Medel da favela, José factano — idem
- O Sr. Francisco Carlos de Seixas — Idem
- O Cantor Franco — evadiu-se.
- O mestre dos meninos do choro, Ant. — Idem
- Traquim de Siguda — idem
- Emigdio Fagundes — idem.

Quartel General d'Estados 24 de
 Agosto de 1826 — Simão Estevão Calcaetans
 Capitão do 5.º Reg.º de Cavallaria, ter-
 vindo d'ajudante d'ordens.

Está conforme.

Souzeno José da Matta Barros.

Grav. 2

O "realismo" do povo de Vila Viçosa é evocado no documento como uma razão para a animosidade dos magistrados liberais, pois Vila Viçosa, "seja em razão de seus sentimentos a toda a prova de fidelidade, seja por ser o Berço da Sma. e Real Caza de Bragança, foi desde o principio o objecto de Odio dos Revolucionarios, e nas suas furnas juraram a destruição deste Povo". "O Povo desta Villa não he bom", lembremo-nos das palavras da carta de 8 de Agosto de 1826, anátema dos constitucionalistas sobre Vila Viçosa...

Este documento assume uma certa importância pelos pormenores de informação, ainda que de feição unilateral, sobre o que se passou nesta localidade, como, por exemplo, os seguintes:

- sevícias exercidas sobre mulheres de soldados das tropas exiladas de Magessi;
- acusações sobre o bispo-deão da Capela, nesta altura D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, titular de Nemesiis, de ter ajudado a fuga de perseguidos para Espanha, auxiliando até com diversas dádivas, etc.;
- quando se referiam a S. A. R. o Senhor D. Miguel, estes magistrados liberais diziam, ao constar o seu regresso: — Vou esperar o "homem das botas de cortiça" (1).

(NOTA 2).

(1) Alusão evidente à história que corria desde 1811 de um indivíduo que se anunciara capaz de, usando botas de cortiça, atravessar o rio Tejo em Belém. O povo, na sua ingenuidade, bem se aglomerou nos locais mais propícios para assistir ao espantoso feito, mas foi perfeitamente ludibriado porque o "homem das botas de cortiça" não apareceu, tal como já no tempo de D. João III um engenhoso João Rodrigues prometera caminhar por debaixo das águas, desde Alcochete a Lisboa...

(V. Rev. A Tradição, de Serpa, Agosto, 1902, vol. IV; e Pinto de Carvalho (Tinop), Lisboa de outros tempos, 1.º, vol., p. 206).

Pedem finalmente os subscritores da exposição, em número de 46, a exoneração destes responsáveis pela política local e que aos seus lugares regressem os ministros "*que a Facção Democrática lhes roubou na Ephoca Lamentosa de 1826, e estes eraõ O Corregedor António Gomes Ribeiro que se acha em Espanha, a fim de escapar á persiguição, que se lhe movia, e o Juiz de Fora Bernardino Giraldes Pinto Villas Boas /.../*".

2.º)

1828. Mai. 16/Vila Viçosa

Requerimento de Manuel Joaquim Ferrelra Sisudo, presbítero secular, exercente da Real Capela de Vila Viçosa e beneficiado colado da Igreja de Sant'Iago da vila de Monsarás, pedindo que seja levantado o sequestro imposto aos seus bens por motivo do exílio que padeceu em Olivença.

Neste documento comprova-se que as tropas emigradas entraram em Vila Viçosa no dia 26 de Novembro de 1826.

3.º)

1829. Jul. 5/Vila Viçosa

Relação dos Officiaes de Ordenanças pertencentes aos Districtos das Capitánias Mores da Comarca de Villa Viçosa, extrahida das que a este Juizo da Correlção forão remetidas pelas Camaras dos mesmos Districtos. (NOTA 3).

A análise deste documento permite-nos:

- definir a área geográfica e administrativa da comarca brigantina de Vila Viçosa, abrangendo uma vasta região desde os limites do concelho de Alter do Chão com os de Ponte de Sor e Gavião até ao sul de Portel, já na fronteira do distrito administrativo de Beja;
- conhecer a distribuição das Companhias das Ordenanças, o número e as patentes dos seus responsáveis;
- avaliar a situação real de cada um destes elementos de comando regional, através das respostas aos itens a que obedeceu a elaboração pormenorizada desta relação, cuja finalidade era preparar a demissão dos indesejáveis políticos, neste caso os desafectos à causa miguelista;
- finalmente, recolher diversos dados de pormenor interessantes para a história local, como, p. ex., o nome dos oficiais e os apelidos de família, em alguns casos o seu local de origem, etc.

4.º)

1829. Jul. 7/Vila Viçosa

Ofício do Corregedor de Vila Viçosa António Gomes Ribeiro, comunicando o modo como cumpriu a Provisão de 11 de Maio, respeitante à substituição dos oficiais das Ordenanças. Vai acompanhado da relação enviada à Câmara de Vila Viçosa, semelhante à que foi expedida a cada uma das restantes capitánias-mores da Comarca. (Gravs. 3-4).

A relação a que se refere este Ofício é a que descrevemos no Doc. anterior. E é neste ofício que se esclarece qual a sua finalidade.

5.º)

1829. Nov. 9/Palácio de Queluz

Despacho com rubrica de D. Miguel, lançado à margem do ofício que acompanhou a Relação dos Oficiais da Ordenança da Comarca de Vila Viçosa considerados incapazes de continuar o serviço por doença, má opinião pública ou motivos políticos.

A Junta Leva a Real Praença de Vossa Magestade
 e Relação dos Officiaes das Ordenanças da Comarca de
 Villa Rica, que pelas disposições que se procederem
 de Vossa Magestade, como irreparáveis de continuarem no
 Real Serviço, por moléstias, sentimentos, perigos, prolixos;
 passando a mesma Junta, conveniente terem estes
 desmitidos dos seus respectivos Cargos, e occupados por
 outros, nos quaes concorram todas as Circunstancias
 necessarias, e determinadas, em beneficio do Real Serviço.
 V. Mag.^{de} por em Ordenar, e que se faça.

L. S. B. B. S.

Relação dos Officiaes das Ordenanças
 da Comarca de Villa Rica, a que se refere
 a consulta de que
 sobre a Real Praença de V. Mag.^{de} se fez parte
 da mesma consulta.

Villa Rica.

Capitão da 4.^a Companhia, Lino José Pereira. Conduta
 irregular a todos os respeitoes. Opinião pessima. Consta
 estar pronunciado por motivos politicos. Aparente desde
 Março de 1828.

Capitão da 6.^a Domingos Alves Torres. Considera irregular
 a todos os respeitoes. Opinião pessima. Está pronunciado
 por motivos politicos. Pres no Limoeiro.

Alferes do Chão.

Sargento-Mor Gaspar Lopes Rodirho. Sofreu Conduta
 Civil e Militar. Muito má antes, e depois da Rebelião
 do Porto. Opinião muito má.

Alferes da 3.^a Companhia Gaspar José de Moraes. Boa
 Conduta Civil e Militar, e má antes, e depois da Rebelião
 do Porto. Opinião muito má.

Ajudante Antonio da Hora. Má opinião.

Chancellario.

Sargento-Mor José Pedro Homem Aiquez. Com

pequena conduta. Pequenos sentimentos de fidelidade.
Esta pronunciado por crimes políticos. Ando fugido.

Evora Montes.

Capitão Antonio Namalho de Brito. Esta cego, surdo,
e incapaz do Real Serviço.

Affonso da 1.^a Companhia Domingos e Antonio de Oliveira.
No que se trata do, e pradece outras molestias.

Arraiolos.

Sargento-Mor aggregado Manuel Mexia Lobo Cortes
Real. Não he bou uma conduta. Não goza de opi-
nião publica. Tem patente expedida pelo Conselho de
Guerra de aggregado à Capitania-Mor de Arraiolos.

Monsarás.

Affonso da 1.^a Companhia João Orade Valle de. Não
tem bou conduta civil e militar antes, e depois da re-
bellião de Porto.

Ter. do Conselho em 25
de Outubro de 1829

Grav. 3-4

O despacho é uma confirmação de D. Miguel com o parecer fundamentado da Junta da Casa de Bragança de 25 de Outubro. Como nele se pode ler, desde logo se ordena a substituição dos oficiais por pessoas que "condignamente possam exercer os cargos"

Nota-se a assinatura dos procuradores da Junta, entre os quais se contava o próprio Corregedor de Vila Viçosa. Outro deputado é Joaquim Guilherme da Costa Posser, o referido autor do revolucionário manifesto miguelista publicado em Londres em 1826, de convivência com Joaquim José Vieira de Barros.

6.º)

1829. Set. 9/Vila Viçosa

Processo de requerimento apresentado por Pedro de Magalhães, de quem já falámos, pedindo o lugar de Couteiro de Cavallo da Real Coutada de Roncão, no termo de Monsarás, alegando as suas intervenções realistas, devidamente comprovadas com documentos apensos, incluindo o n.º 291 da "Gazeta de Lisboa", de 11 de Dezembro de 1826.

A exposição refere promenores de acções deste guerrilheiro que nos levam a crer que, de facto, teria sido ele um dos principais responsáveis pelo atraso no juramento de Carta Constitucional em Vila Viçosa.

De qualquer modo, o processo constitui um bem informado apontamento biográfico, interessante para conhecimento da história local e de uma das figuras mais representativas da vontade popular naquele agitado período. O jornal oficial, ao publicar as participações

dos acontecimentos que ocorriam no Sul do País, digamos que consagra as audácias rebeldes de Pedro de Magalhães.

Pires Gonçalves ⁽¹⁾ dá a notícia de que a 27 de Dezembro de 1826, junto a Monsarás, possivelmente perto de S. Gens, Pedro de Magalhães foi preso, espancado e roubado. Por sua vez, Rocha Espanca ⁽²⁾ informa que acabou os seus dias em Julho de 1834, perto de Terena, no concelho de Alandroal, a norte do Roncão, quando o famoso guerrilheiro Batalha o conduzia sob prisão para Portel e resolveu fuzilá-lo no momento em que o infeliz bebia de brucos numa fonte. (NOTA 4).

IV

1. Numa primeira análise do conjunto destes documentos do Arquivo da Casa de Bragança especialmente interessantes para o tema que nos propusemos tratar, verificamos que podem eles ser distribuídos em duas séries:

- a 1.ª, respeitante aos acontecimentos que se desenrolaram desde 1828, imediatamente relacionados com as reacções à Carta Constitucional no Alentejo, isto é, desde que em 31 de Julho de 1826 os regimentos de Estremoz, Elvas, Campo Maior e Vila Viçosa se proclamaram declaradamente a favor de D. Miguel até à demissão compulsiva do Corregedor e do Juiz de Fora de Vila Viçosa em Outubro desse ano e à denúncia das atitudes abusivas dos magistrados liberais da mesma vila;
- a 2.ª, correspondente a uma fase do governo miguelista (1829), em que aqueles magistrados já reconduzidos, encaminham por sua vez novos processos administrativos, de entre estes assumindo particular interesse o que trata dos oficiais das Ordenanças.

2. Quando os documentos da 1.ª série — de cujo conteúdo demos um rápido apontamento quando os enunciámos — todos eles constituem elementos válidos e úteis para o esclarecimento da agitação e da insegurança então vivida a nível local.

Esta região fronteiriça mostrou-se particularmente sensível à imposição da carta Constitucional, fosse pelo sentimento geral do povo, fosse pela influência directa ali exercida pela presença do governador militar Maggessi de Carvalho, com quartel-general em Estremoz. Como rezam as crónicas, depois de recolhidas as tropas em Espanha, Maggessi continuou, a partir de Badajoz, à frente do movimento, apenas aguardando a oportunidade, que acabou por surgir em Agosto de 1828: em Setembro, os regimentos de Cavalaria 2 e a 1.ª companhia de Milicianos já estavam de novo em Vila Viçosa ⁽³⁾.

3. Os documentos dão-nos ainda conta da pressurosa diligência dos responsáveis locais em participar sobre a hora dos acontecimentos aos ministérios respectivos, dando assim pronto cumprimento ao que lhes era imposto em relação ao juramento da Carta Constitucional, numa aparente preocupação de salvaguardar responsabilidades, tanto mais que, como se confirma, era claramente miguelista a sua feição política.

De resto, todo um jogo de relações políticas e sociais é permanentemente denunciado através desta documentação:

- a fuga dos perseguidos, as hesitações dos que ficaram, denúncias revanchistas de uma e de outra facção, os compromissos que se terão assumido entre diversas entidades, v. g., entre os bispos das dioceses fronteiriças de Elvas e badajoz;

(1) GONÇALVES, José Pires -. Monsarás e o seu termo. Évora, 1961.

(2) ESPANCA, Pe. J.J. da Rocha -. Compendio de Noticias de Villa Viçosa. Redondo, 1892.

(3) ESPANCA, J. J. da Rocha -. ob. cit., p. 260.

- Juízos de valor a respeito, p. ex., dos magistrados locais e dos empregados da Real Capela de Vila Viçosa, estes pelo que “influem decididamente a opinião do Povo”, além da marca política com que estão rotulados.

*

Tais são as ideias gerais que esta colectânea de papéis nos deixa. E ainda que a história não se construa apenas com a simples descoberta e enunciação de documentos, a verdade é que sem eles também não se faz e os elementos agora recolhidos sem dúvida que se mostram bastante úteis para uma reflexão e uma pesquisa sobre os acontecimentos da época. São nexos admissíveis entre diversos factos e vêm por essa via aclarar ou completar aspectos que importam à história política, social, administrativa e até religiosa e militar.

O historiador Pe. Rocha Espanca, por diversas vezes citado neste trabalho, lamenta-se da falta de documentos do Arquivo Histórico Municipal correspondentes a este período (1). O facto explica-se por se saber que “quando qualquer das forças em disputa tomava o controle de uma localidade, reunia em adjunto a Câmara e as três classes da povoação, Clero, Nobreza e Povo, aclamando a Rainha e a Carta Constitucional ou reacclamando D. Miguel conforme o caso, elegendo de seguida novas autoridades e nova vereação. O acto era formalizado pela elaboração do respectivo auto, normalmente **precedido pela destruição dos vestígios da actividade do partido contrário** existentes no Livro de Vereações. Essa destruição podia revestir-se de variadas formas: corte total ou parcial das folhas, cobertura total ou parcial dos textos com tinta de forma a torná-los ilegíveis” (2).

No caso de Vila Viçosa, também nós próprios comprovámos de folhas e dos livros respeitantes a esses agitados momentos políticos. Os documentos do Arquivo da Casa de Bragança, salvos por se tratar de um acervo particular, acabam por assumir também e particularmente por tais motivos, uma indiscutível e relevante importância.

Integrados neste Arquivo por motivos óbvios dos evidentes interesses da Casa de Bragança nas áreas da sua influência administrativa num momento em que estava próxima e à vista a extinção das suas privilegiadas prerrogativas jurisdicionais, cremos que também esta circunstância reforça e justifica que sobre esta colectânea documental nos propusemos fazer, deixando em aberto, porém, o desejo de aprofundar toda a informação sobre as questões levantadas e tentar desse modo um estudo mais claro da época crítica que se viveu neste pedaço de Portugal.

É nossa intenção tão somente dar notícia dos documentos, abrindo-os à investigação; desejámos evidenciar a sua inegável importância histórica; procurámos dar justo relevo à história local e às fontes que a informam, tantas vezes ignoradas e tantas vezes esclarecedoras de dúvidas, de insuficiências ou mesmo de erros históricos graves.

Por outro lado, como pretendemos demonstrar, estes documentos permitem a recolha de preciosos dados sobre aspectos diferenciados, não menos importantes, para o estudo da história total. Tal é o caso das informações respeitantes, por exemplo:

- às ordenanças da comarca alentejana de Vila Viçosa que abrangia uma vastíssima área territorial, correspondentes aos extensos latifúndios brigantinos do Alto Alentejo;
- as figuras locais que assumiram recorte histórico e pela forma ou circunstâncias em intervieram na vida social; é o caso das autoridades civis, militares e religiosas.

Finalmente, concluiremos que todo este material heurístico nos deixa uma ideia muito clara das indefinições, receios, aventuras, caciquismos e oportunismos, revelados por força de uma situação confusa do conturbado momento político da vida portuguesa, caracterizada, de certo modo, pela dicotomia ondulante de ideias e atitudes, própria e consequente de tais situações revolucionárias.

(1) *Memórias de Vila Viçosa*. Caderno n.º 14, p. 95.

(2) António Ventura, *As Guerras Liberais em Portalegre (Junho/Julho de 1833)*. Portalegre, 1982.

NOTAS

- 1 / Dr. António Gomes Ribeiro
- 2 / Real Capela de Vila Viçosa
- 3 / Oficiais das Ordenanças
- 4 / Pedro de Magalhães

ILUSTRAÇÕES E QUADROS

1. Comarca de Vila Viçosa/Oficiais das Ordenanças/Idades (1828)
2. Comarca de Vila Viçosa/Mapa de distribuição dos Oficiais das Ordenanças/1829
3. Localidades comprometidas com as rebeliões miguelistas/1826
4. Regimentos que tomaram partido por D. Miguel e refúgios que alcançaram em Espanha
5. Quadro dos efectivos miguelistas refugiados em Espanha (Julho/Agosto de 1826)

1.

ANTÓNIO GOMES RIBEIRO

Para além das referências que a este magistrado de Vila Viçosa se fazem nos documentos, sabemos, por outros elementos existentes no Arquivo da Casa de Bragança, que o dr. António Gomes Ribeiro foi também juiz de fora de Ourém e dele traçou o Provedor da Comarca de Tomar, Fernando de Almeida Madeira o seguinte perfil:

“Senhor

O resultado das averiguações particulares a q procedi á cerca do comportamento Publico, e particular do Bacharel António Gomes Ribeiro exjuiz de fora da vila d'Ourem è em tudo analogo ao q se manifesta uniformemente para todas as respostas da devassa; pellas quaes se evidencia que o dito Bacharel sendo d'um comportamento inreprehensivel, è grande letrado, imparcial, expedito nas despesas, limpo de maos, afavel, e deligente no cumprimento das ordens supiores, ou sejaõ da Fazenda, ou da Justiça; constituindo-se por isso digno de ser por V. M. empregado nos Lugares de Letras em q continuará a bem servir.

Aos Ofeciaes não rezultou culta, e por isso se não remetem os autos da devassa; á vista do q V. M. determinará o q for de justiça.

Thomar 10 de Junho de 1823 /.../”

(MS. 1533/fls. 393. AHCB).

Sabemos ainda que, após a demissão imposta pelo governo liberal, esteve refugiado em Espanha até retomar o cargo e é então, nessa segunda fase de Corregedor de Vila Viçosa, que acompanha o processo de substituição dos oficiais das Ordenanças.

Mais tarde, além de deputado da Junta da Casa de Bragança, veio a ser desembargador.

2.

REAL CAPELA DE VILA VIÇOSA

Ao quinto e último bispo-deão da Real Capela se referem os Docs. 7 e 15, assim como também no Doc. 13 se denunciam os empregados dela como sendo — quase todos — “opostos à Carta Constitucional”.

Nessa mesma relação de denunciados se mencionam o Cónego João Bernardo de Oliveira, o cantor Francisco Franco e o mestre dos meninos do Coro Manuel Joaquim Ferreira Sisudo.

A propósito, recorda-se que foi D. João V que alcançou do Papa Bento XIV o título episcopal para os deões desta Real Capela no intuito de revestir de maior esplendor a sua Colegiada. Para isso, mandou até reconstruir o palácio que ficara de D. Joana de Mendonça, segunda mulher do duque D. Jaime de Bragança, para residência dos prelados.

De 1743, data da nomeação confirmada do 1.º titular, o bispo de Tânger D. João da Silva Ferreira, até à extinção do deado, Vila Viçosa teve cinco bispos, sucessivamente:

- D. Vicente da Gama Leal, titular de Hetalonia (1777-1791);
- D. José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, bispo de Zoara (1795-1808);
- D. Vasco José Lobo, titular de Olba (1812-1822), primeiro governador do isento "nullius diocesis" de Vila Viçosa, criado em 1815 com 16 cônegos e 14 beneficiados contra os 30 capelães-fidalgos instituídos por D. João V);
- o quinto e último (os isentos foram extintos em 1834 com as novas leis liberais), D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, bispo titular de Nemesis, que já em 16 de Junho de 1803 tinha sido nomeado pregador régio da Real Capela de Vila Viçosa, apresentado então como presbítero regular dos Eremitas de S. Paulo.

(MS. 1418/fls. 384. AHCB).

3.

OFICIAIS DAS ORDENAÇAS DA COMARCA DE VILA VIÇOSA

Porque nos pareceu de particular relevo e de muito interesse para o conhecimento dos aspectos peculiares de que se revestiu todo este longo processo de reacção à institucionalização liberal, analisámos com mais pormenor os documentos que dizem respeito aos oficiais das Ordenanças da Comarca, corpo este das Ordenanças que em breve seria extinto em todo o reino, substituído por uma prevista Guarda Nacional de efémera duração. (1).

Tais documentos permitiram-nos seleccionar uma série de dados úteis, alguns já por nós referenciados na descrição dos títulos, outros mais com os seguintes temas:

- estado de saúde dos oficiais;
- bens de que dispunham e como viviam;
- sua conduta civil e política;
- residência dentro ou fora da sua área militar e as razões de ausência;
- exercício pleno, interino ou distinto da sua ocupação;
- qualidade e justificação das respectivas nomeações; e finalmente;
- percentagens das demissões propostas (cerca de 11%) e sua fundamentação, sendo interessante verificar que, de facto, são as razões políticas as mais poderosas; as de doença (incapacidade física ou senilidade), como as de opinião pública, são de pouca monta e diremos que apenas funcionaram para enquadramento das decisões políticas.

Quanto a este processo de saneamento político, igualmente se torna interessante verificarmos a idade e os anos de serviço, assim como a localização de cada um dos demitidos: os mais velhos residentes em Évora-Monte, ambos excluídos por motivo de doença; os mais novos em idade e em serviço, os de Alter-do-Chão, por motivos meramente políticos; os restantes abrangidos por estas razões, têm idades médias.

Completamos esta nota com alguns apontamentos, adiante desenvolvidos, acompanhados de um gráfico e de um mapa geográfico, organizados de modo a permitir uma visão mais rápida e mais clara da situação dos oficiais da extensa comarca de Vila Viçosa.

Particularmente interessante nos parece o enunciado dos itens em que se fundamentou o inquérito e o tipo de respostas obtidas, incluindo, p. ex., expressões como "*com boa disposição*", "*grande proprietário*", "*vivendo do seu trabalho de lavoura*", "*falido*", que constituem no fundo dados de certo interesse para outros fins de investigação histórica.

O gráfico de colunas pretende esclarecer qual o período etário mais abrangido pelos oficiais em exercício e sobretudo quanto à idade de admissão, sendo para nós estranho que se registem dois casos de entrada em serviço com a idade de 15 e 16 anos, quando é certo que, p. ex., na Guarda Nacional depois de criada, a idade mínima de ingresso era de 18 anos e a máxima de 60. Ou erro do escriba ou excepções.

O mapa geográfico localiza e delimita a área da Comarca e informa dos contingentes dos oficiais em cada distrito militar.

(1) Decreto de 29-3-1834: cria uma guarda nacional destinada a manter a tranquilidade pública, a Monarquia Constitucional e os direitos consagrados na Carta.
(in COLECÇÃO DE DECRETOS E REGULAMENTOS/Terceira Serie. Lisboa, 1835).

(Seguem-se diversos dados sobre os oficiais das Ordenanças)

itens do inquérito (1 a 12)

1. **Nome dos Oficiais**
2. **Anos de idade**
3. **Anos de serviço no posto de oficial**
4. **Data em que foram promovidos ao posto actual**
(por decreto, resolução de consulta ou nomeação do general)

5.

Se tem saúde, robustez suficiente para continuar no desempenho do seu Posto

Muito saudável	1
Com boa disposição	3
Com saúde e robustez	70
Com saúde, sem robustez	1
Com pouca saúde	6
Muito doente	7
Impossibilitado pela idade	1
Cego e surdo	1
Ignora-se	2
	<hr/>
	92

6.

Se tem bens para poder continuar a exercer o Posto que ocupa sem vexame dos Povos

Com bastantes bens	24
Grande proprietário	2
Com bens suficientes	53
Com alguns bens	1
Vivendo do seu trabalho de lavoura	4
Com poucos bens	4
Não tem bens	2
Falidos	2
	<hr/>
	92

7.

Se tem boa conduta civil e Militar, e qual tem sido a sua conduta Política antes, e depois da rebelião do Porto em 1828 (Belfastada, de 16-6 a 3-7-1828)

Boa conduta	78
Regular	2
Sofrível conduta política	2
Má conduta política	3
Irregular em tudo	2
Má	2
Péssima	1
Sem nota	2
	<hr/>
	92

8.

Em que opinião é tomado relativamente aos seus sentimentos de Fidelidade (Opinião pública a respeito da fidelidade ao Rei)

Boa	82
Sofrível	3
Má	2
Muito má	2
Péssima	3
	<hr/>
	92

9.

Se consta estar pronunciado em Devassa por Crimes Políticos

Consta	3
Não consta	89
	<hr/>
	92

10.

Se reside fora do Distrito, e o motivo porquê, ou se está ausente ignorando-se a situação, e desde quando

Na área (distrito)	85
Fora	5
em Borba	(1)
em Seda	(2)
em Lisboa	(1)
preso no Limoeiro	(1)
Em parte incerta	2
	<hr/>
	92

11.

Se está exercendo o seu Posto, ou suspenso dele, e o motivo porquê

Exerce	79
Não exerce	6
Interino noutra companhia	6
Com licença	1
	<hr/>
	92

12.

Se já tem Patente do Posto que ocupa, e se tendo sido nomeado pelo General da Província em consequência de autorização que se lhe concedeu para este fim em 1808, e 1828, ainda não foi confirmado por Sua Majestade

Com carta patente	53
Com provisão	19
Com provisão da Casa de Bragança	5
Eleito pela Câmara (com ordem do General)	2
Nomeação do capitão-mor	2
Sem provisão	4
Sem carta patente	7
	<hr/>
	92

COMARCA DE VILA VIÇOSA

QUADRO GERAL OFICIAIS DAS ORDENAÇAS
(1829)

IDADES (1829)	NÚMERO DE OFICIAIS	ANOS DE SERVIÇO (respectiv.)	IDADE DE ENTRADA AO SERVIÇO (respectiv.)
1	2	3	4
21	2	2-4	19-17
24	2	5-5	19-19
25	1	6	19
26	3	5-5-5	21-21-21
27	2	9-9	18-18
28	2	5-4	23-24
29	1	9	23
30	2	5-14	25-16
32	1	9	23
33	1	5	28
34	2	5-13	29-21
35	1	14	21
37	2	15-20	22-17
38	5	4-5-5-14-16	34-33-33-22-22
39	2	4-20	35-19
41	3	5-5-16	36-36-25
43	3	10-21-23	33-22-20
44	3	14-18-20	30-26-24
45	4	17-18-19-19	28-27-26-26
46	4	2-18-20-31	44-28-26-15
47	2	18-20	29-27
48	2	5-16	43-32
49	2	14-17	35-32
50	5	4-4-17-20-27	46-46-33-30-23
51	1	23	28
52	1	4	48
53	3	20-20-22	33-33-31
54	2	13-18	41-36
55	3	14-16-18	
56	1	16	40
57	3	15-20-23	
58	1	14	44
60	1	23	37
61	3	17-22-29	44-39-32
64	1	25	39
65	5	18-20-24-30-38	47-45-41-35-27
66	2	15-39	51-27
68	1	5	63
71	2	21-40	50-31
74	1	24	30
79	2	40-50	39-49
83	1	30	53
Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se	Ignora-se
Totais- Médias 21,9	91 + 1	16	31

COMARCA DE VILA VIÇOSA

Distribuição dos Oficiais das Ordenanças segundo as patentes

MAJORES	2	2,1 %
CAPITÃES-MORES	7	7,6 %
SARGENTOS-MORES	10	10,9 %
AJUDANTES	9	9,9 %
CAPITÃES	34	36,9 %
ALFERES	30	32,6 %
	92	100 %

FONTE: ACB: MS. 1426/NG. 150-DE; fls. 34-43.

COMARCA DE VILA VIÇOSA

Oficiais das Ordenanças propostos para demissão
(1829)

POSTOS	N.º	CAPITANIAS -MORES	IDADE	ANOS DE SERVIÇO	MOTIVOS		
					POLÍTICA	DOENÇA	MÁ OPINIÃO PÚBLICA
Capitães	3	Vila Viçosa	44	18	X (1)		
		Vila Viçosa	65	30	X		
		Évora Monte	83	20		X (2)	
Sargentos- -Mores	3	Chancelaria	-	-	X (3)		
		Alter do Chão	24	5	X		
		Arraiolos	43	23			X
Ajudantes	1	Alter do Chão	47	20			X
Alferes	3	Alter do Chão	29	6	X		
		Monsarás	45	19	X		
		Évora-Monte	71	21		X	
Totais	9 + 1	-	-	-	6	2	2
Médias		50	18	-	-	-	
% (4)	-	-	-	-	60%	20%	20%
(1) Preso no Limoeiro							
(2) Cego e surdo							
(3) Ignoram-se dados "fugio em parte incerta"							
(4) Percentagem de demitidos no total dos 92 oficiais: 10,86%							

4.

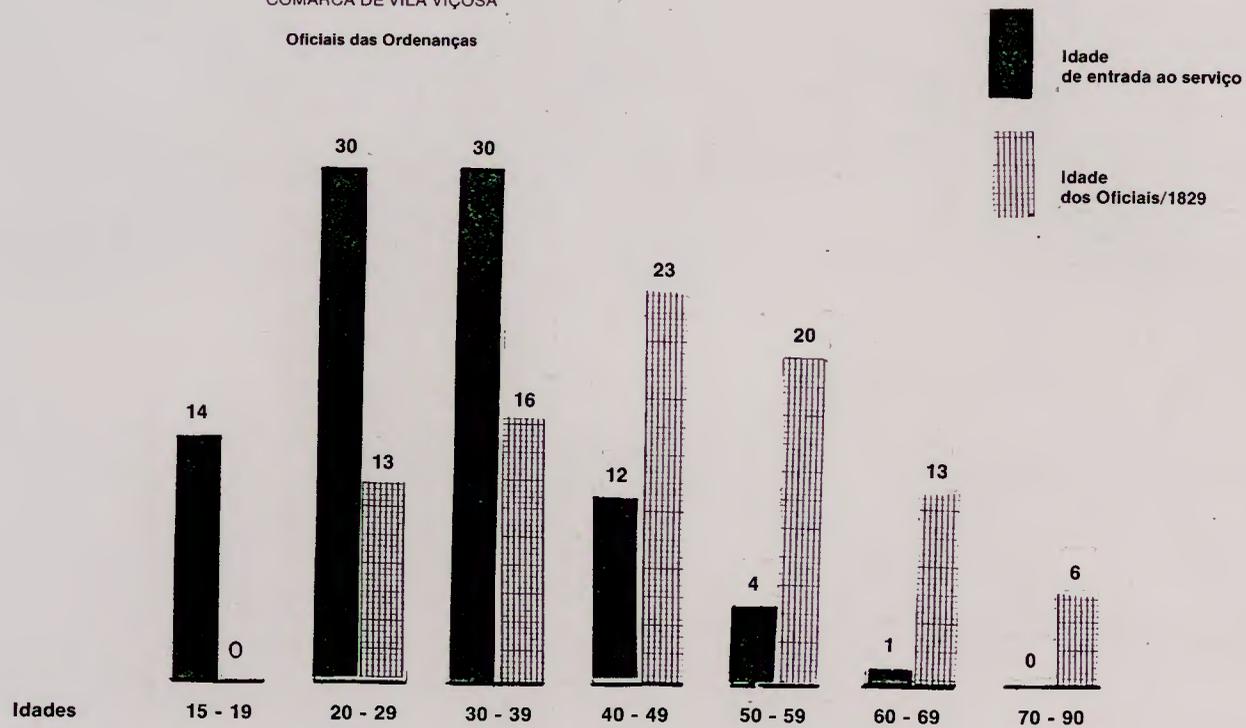
PEDRO DE MAGALHÃES

Os atestados comprovativos das intervenções de Pedro de Magalhães, anexas ao requerimento são as seguintes e provam como a sua figura se insere perfeitamente nos acontecimentos da época:

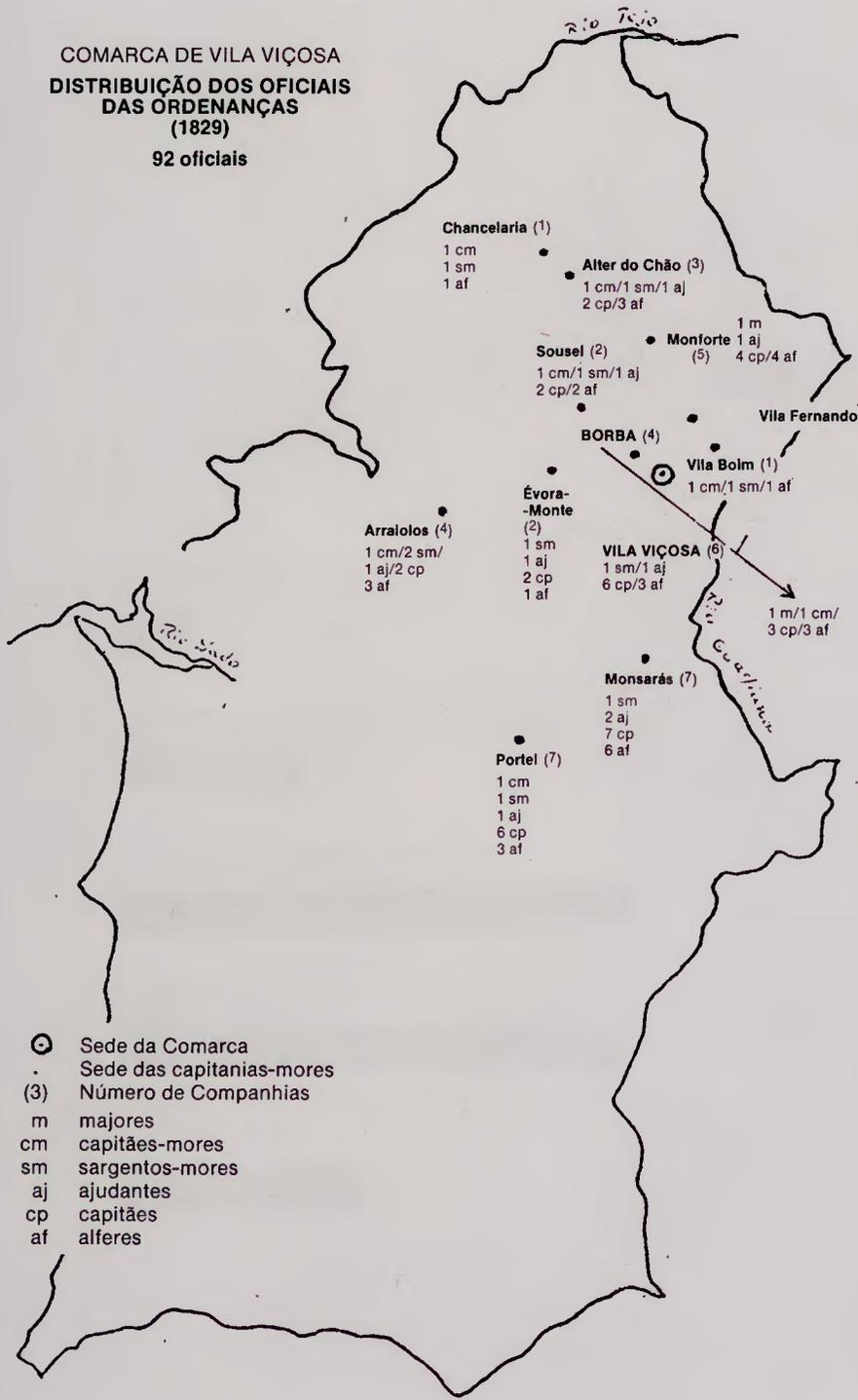
- A fls. 7: o brigadeiros dos Reais Exércitos, governador militar de Estremoz e chefe da rebelião do Alentejo, António Tavares Maggessi de Carvalho, atesta a adesão de Magalhães à sua divisão realista;
- A fls. 6: Manuel Magalhães Mexia Macedo, juiz do Tombo do Alentejo, confirma a valentia e a intrepidez com que se houve em várias diligências;
- A fls. 9: o bispo-deão D. Frei Manuel da Encarnação Sobrinho certifica que o herói — assim é nomeado — ameaçou de morte todos aqueles que na vila jurassem a Carta Constitucional.

COMARCA DE VILA VIÇOSA

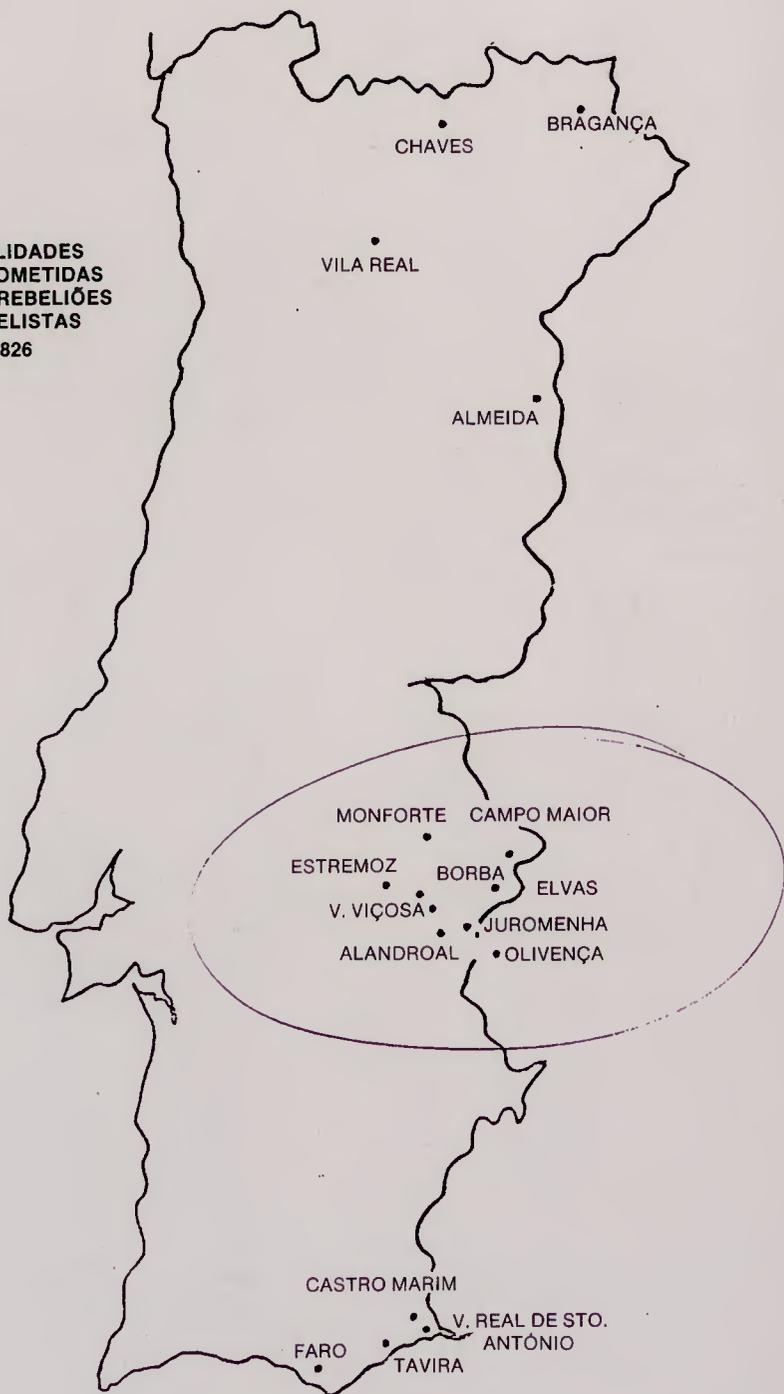
Oficiais das Ordenanças

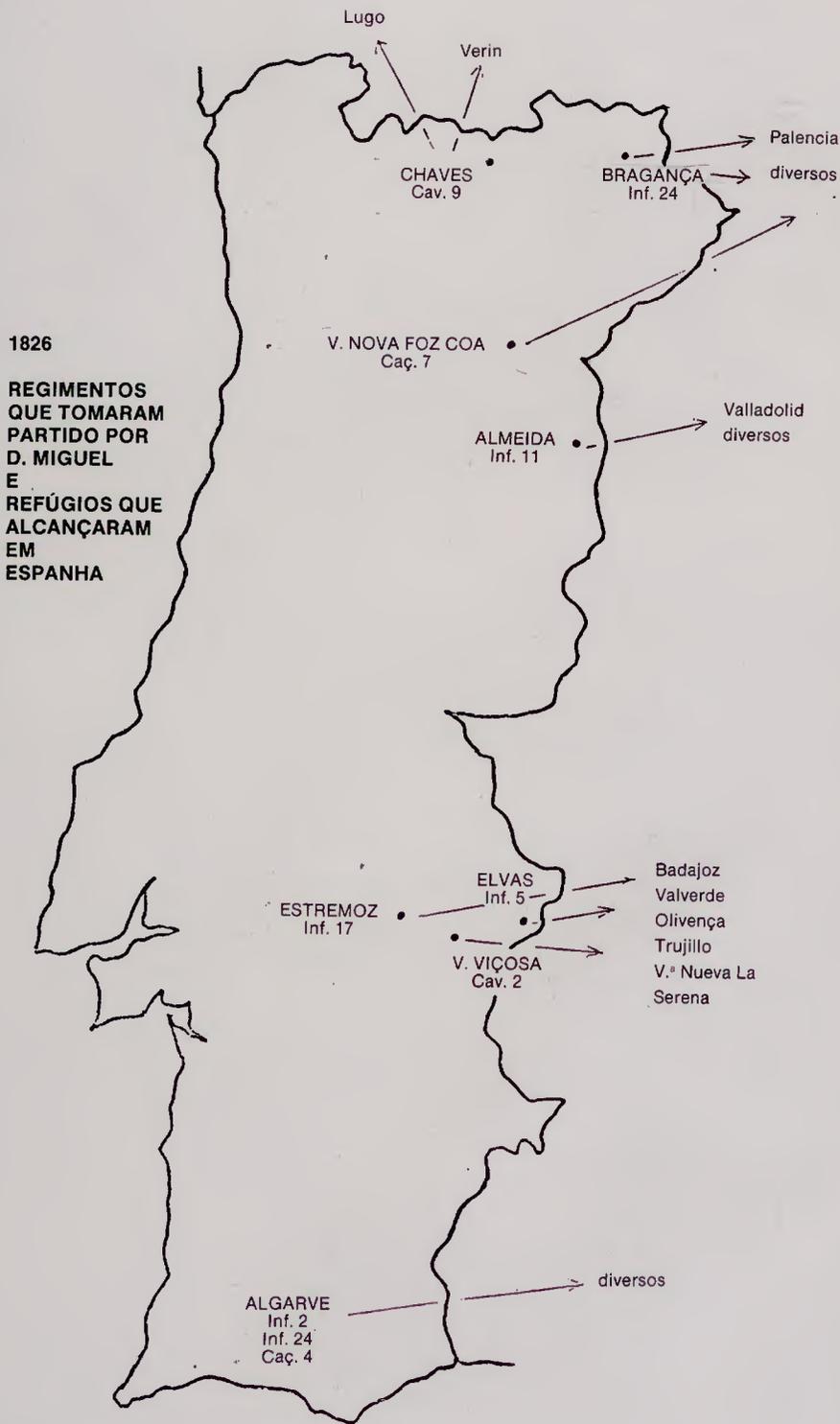


COMARCA DE VILA VIÇOSA
 DISTRIBUIÇÃO DOS OFICIAIS
 DAS ORDENANÇAS
 (1829)
 92 oficiais



**LOCALIDADES
COMPROMETIDAS
COM AS REBELIÕES
MIGUELISTAS
1826**





**QUADRO DOS EFECTIVOS MIGUELISTAS REFUGIADOS EM ESPANHA
(Julho/Agosto. 1826)**

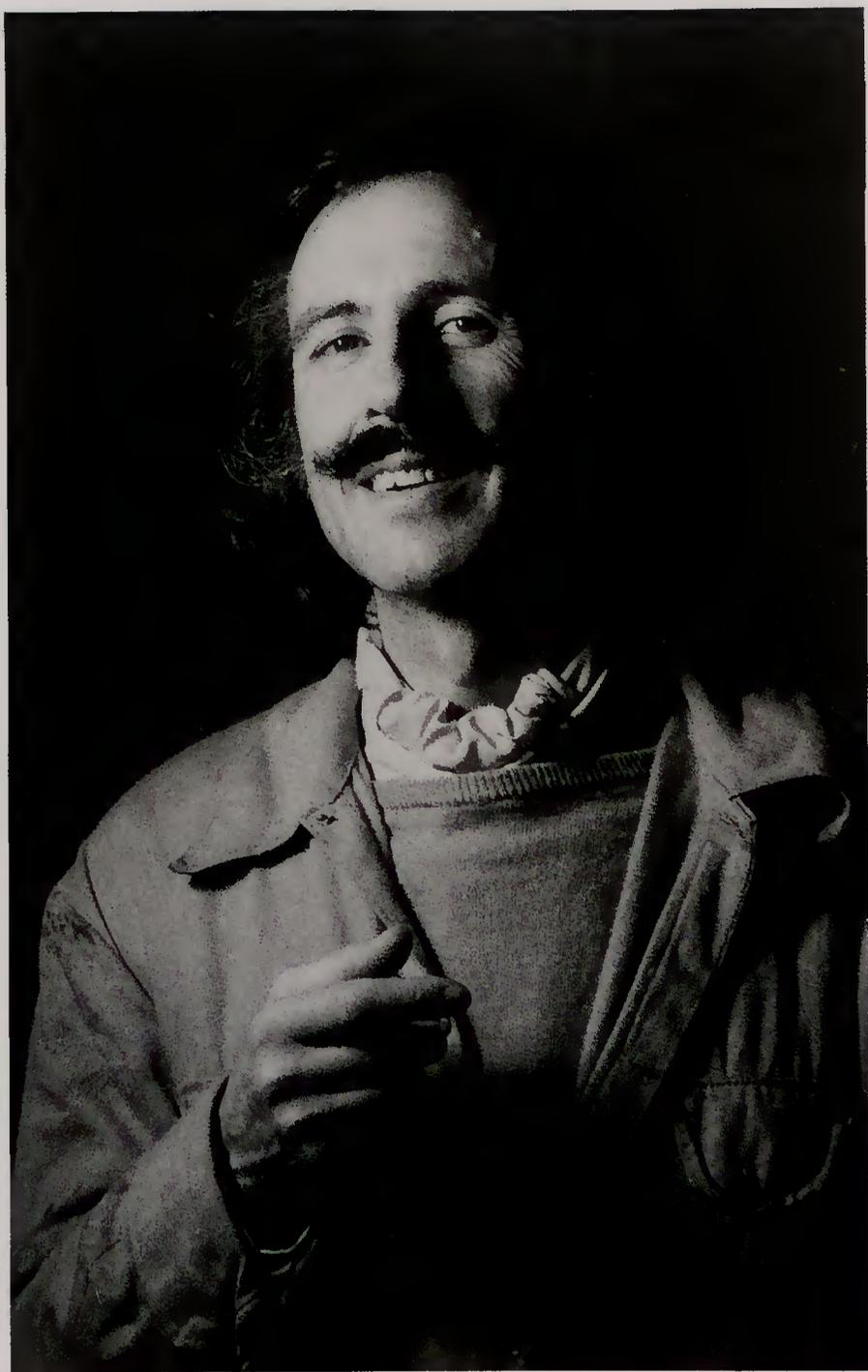
LOCALIDADES DE REFÚGIO	LOCALIDADES DE ORIGEM	EFECTIVOS	
		PARCIAIS	TOTAIS
Palencia	Bragança	325	
	Diversas	145	470
Lugo e Verin	Diversas		230
Verin	Diversas		260
Valadolid	Almeida	250	
	Diversas	70	320
Vila Nueva la Serena	Estremoz e Elvas	150	
	Vila Viçosa	125	
	Diversas	165	440
Diversas	Algarve	800	
	Vila Nova de Foz Coa	200	1000
			<u>2720</u>

Fontes:

ACB/MS. 1425/NG. 14-DE.

Ofício do Ministro de Portugal em Madrid, de 27-9-1826, cit. em "Hist. Guerra Civil", T. II-P. I, pp. 500-501, de Luz Soriano.

Tempo de Artes & Letras



ESPIGA

NOTAS BIOGRÁFICAS

Nasceu em 1940, em Vila Viçosa, Portugal. Escultura - ESBAL, 1957-60.

Professor na Escola Técnica de Estremoz, de 1960 a 1965. Desde 1955, data da primeira exposição individual, realizou 46 exposições individuais, inseridas na tecnologia do desenho, gravura, pintura, escultura e intervenções no espaço urbano. Participou em exposições colectivas em Portugal, Espanha, França, Inglaterra... Desde 1961 tem gravuras e serigrafias editadas pela Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses, pela Kompass Internacional; Cooperativa Árvore. Galeria Triângulo 48, Galeria ARA, Centro Português de Serigrafia e Edições do Autor.

1967 — Prémio de Tapeçaria da Fundação Gulbenkian

1970 — Prémio da Imprensa para cenários do Bailado Gulbenkian

1973 — Prémio Bienal de S. Paulo para cenários do Bailado Gulbenkian

1987 — Prémio (anual) de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa

1960-1979 — Investigação a nível de espaço Urbano, tendo em 1973-74 recebido uma bolsa de Estudo da Fundação Gulbenkian

1979-1987 — Professor de desenho no I.A.D.E. - Lisboa.

RESUMO DE ALGUNS TRABALHOS ENCOMENDADOS E EXPOSIÇÕES RECENTES.

Cenários e figurinos para o Grupo de Bailado da **Fundação Calouste Gulbenkian** (1968 a 1982). Cenário e figurinos para o **Teatro Experimental de Cascais** (1969 a 1971). Desenho do pavimento em pedra (Calçada à Portuguesa) para a Praça de Portugal com as dimensões de 60m x 40m - Brasília. Desenho do pavimento em pedra (Calçada à Portuguesa) para todo o piso de acesso e circulação da **Embaixada de Portugal - Brasília**. Design para a escultura com focos de luz em metal, com as dimensões de 3m x 3m x 4m, localizada no hall da **Embaixada de Portugal em Brasília**. Mural em madeira pintada (3m x 10m) para a **Fundação Calouste Gulbenkian** - Lisboa. Mural em madeira pintada (2,5m x 24m) para uma fábrica no Porto. Mural em betão e pedra policromado (13m x 10m) para a **Caixa de Previdência de Setúbal**. Mural pintado em tela (8m x 4m) para o **Palácio de Justiça na Vila de Redondo** no Alentejo. Pintura em madeira (2m de diâmetro) para a **Agência da TAP em Paris**.

1980-81 — Escultura mural em alumínio. 2m x 7m) - Hospital Distrital de Abrantes.

1982 — Troféu Glauber Rocha (Escultura) — Festival. Internacional Cinema da Figueira da Foz./Mural pintado em tela (1,40m x 10m) — Instituto Nacional de Investigação e Pescas em Lisboa.

1983 — Pintura em tela (1,20m x 3m), nova sede da ANA, EP-Aeroportos e Navegação Aérea em Lisboa.

— Medalha comemorativa da nova sede da ANA, EP.

— Medalha (Escultura) com imagem da ANA-EP

— Medalha (Escultura) comemorativa da CEMT - Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes em Lisboa

— Individual — Pintura e Desenho — Galeria de S. Mamede.

1984 — Individual — Desenho e Têmperas — Galeria Árvore — Porto

— Individual — Desenho — Galeria Espaço A-50 - Lisboa

— Colectiva — Pintura — Campo Maior

— Colectiva — Desenho "O Nu" — Galeria S. Francisco — Lisboa

— Colectiva de Azulejos — Oficina 59 — Lisboa

— Colectiva de Homenagem ao Mestre Almada Negreiros — Galeria Almada Negreiros — Lisboa

— Medalha ISEF — Instituto Superior de Educação Física — Lisboa

- 1985** — Individual — Desenho, Medalhas e Troféus — Galeria R75 — Lisboa
 — Colectiva — Museu de Évora
 — Colectiva — Gravura — Galeria José Maria Velasco — México
 — Medalha para Marconi CPRM — Lisboa
 — Medalha para Sores — Lisboa
 — Medalha-Troféu para ANA, EP — Lisboa
 — Medalha comemorativa dos 20 anos do Aeroporto de Faro
 — Medalha para a Escola Técnica dos Serviços de Saúde — Lisboa
 — Medalha para a Associação Portuguesa dos Médicos Patologistas — Lisboa —
 — Medalha para a Escultura e Jardim — Homenagem ao Emigrante para a Câmara Municipal de Proença-a-Nova.
- 1986** — Colectiva — Desenho — Galeria S. Francisco
 — Individual — Desenhos (Estudos, 1962 a 1986) — Galeria S. Bento — Lisboa
 — Colectiva — O Alentejo na Arte Portuguesa Contemporânea — Museu de Évora, 10 de Junho
 — Colectiva — Gravura — Galeria Almada Negreiros
 — Colectiva — Pintura — Galeria Hotel Montechoro — Algarve
 — Colectiva — Pintura e Desenho — Galeria S. Francisco — Lisboa
 — Escultura Mural — Radio Marconi, CPRM — Funchal
 — Serigrafia (comemorativa Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, 10 de Junho, Évora
 — Medalha - Conferência "Saúde e Tecnologia" — Açores
 — Mural-Relevo Policromado (2,75m x 9m) — Caixa Geral de Depósitos — Cacém
 — Individual — Pintura, Gravura, Serigrafia, Desenho, Medalhas — Museu de Évora
- 1987** — Múltiplo (Escultura) para Multiface Arte em Lisboa
 — Serigrafia (para o 20.º Curso de Pneumologia para Médicos Pós-Graduados) — Individual — Pintura e Desenho — Galeria Triângulo 48, Abril — Lisboa
 — Colectiva de Múltiplos Portugueses e Estrangeiros — Multiface Arte
 — Serigrafia — Mundivoz
 — Medalha Embaixada do Canadá em Paris
 — Medalha Laboratório Jaba — Lisboa
 — Retrospectiva de Gravuras (1958/1987) — Galeria Gravura — Lisboa
 — Cenários e figurinos Companhia Nacional de Bailado — Variações Paganini — Lisboa
 — Serigrafia Mundivoz (Sofintloc) — Lisboa
- 1988** — Medalha I Congresso de Saúde dos Açores
 — Troféu e Múltiplo (Escultura) ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, EP — Lisboa
 — Individual de Pintura — Galeria Triângulo 48 — Lisboa
 — Múltiplo — escultura em cristal para a Sociedade Financeira Portuguesa — Lisboa
 — Colectiva — desenho, pintura e escultura — Galeria Triângulo 48 — Lisboa
 — Colectiva — I Forum de Arte Contemporânea — Forum Picoas — Lisboa
 — Colectiva — Casino Estoril de Homenagem a Fernando Namora
 — Colectiva — Livraria Barata, — homenagem ao livro "Um Amor Feliz", de David Mourão Ferreira — Lisboa
 — Serigrafia Mundivoz — Arnaud — Lisboa
 — Medalha Comemorativa do I Feira das Indústrias da Cultura — FIL — Lisboa
 — Expo-Libesc (Escultura) — Lisboa
 — Colectiva — Galeria S. Bento — Lisboa
 — Colectiva — Galeria Neupergama — Torres Novas
- 1989** — Medalha — Inauguração do Centro de Saúde do Nordeste — Açores
 — Serigrafia — Centro Português de Serigrafia — Lisboa
 — Individual — desenho, pintura e escultura (1960/66) — Galeria Nasoni — Porto
 — Col. II Expo. Forum — Fac. Feira de Arte Contemporânea — Forum Picoas — Lisboa

- Troféu e Escultura “Espírito Desportivo” — Câmara Municipal de Oeiras
- Duas Medalhas Porto de Lisboa.
- Cartas e Serigrafia — Galeria Multiface — Lisboa
- Individual — Pintura — Galeria Artela — Lisboa
- Individual — Escultura 1958/1989 — Galeria S. Francisco — Lisboa
- Individual — As Cartas — Galeria Multiface (Pintura) — Lisboa
- 1990** — Mural Azulejo (2m x 6m) EZN — Estação Zootécnica Nacional em Santarém
- Ilustrações “Almanaque Lacónico”, livro Dr. António Torrado
- Medalha — Câmara Municipal de Oeiras
- Medalha 100 Anos da Associação Bombeiros Voluntários de Colares
- Individual — Pintura e Escultura — Galeria Ara — Lisboa
- Individual — Pintura, Desenho e Escultura — Galeria Triângulo 48 — Lisboa
- Individual — Pintura e Escultura — Galeria Quadrado Azul — Lisboa
- Individual — Pintura — Galeria Holly — Lisboa
- Individual — Desenho e Escultura — Galeria Artela — Lisboa
- Troféu Porto de Lisboa-1990
- Comunicação e Colóquio LNEC com filme e exposição/Viver na Cidade — Lisboa
- Exposição XXII FIDEM — 15 Medalhas — Helsínquia
- Colectiva — 90 Anos Expos. Pint. Port. — Galeria S. Bento — Lisboa
- 1991** — Colectiva — Memória Inês de Castro — Galeria SOCTIP — Lisboa
- Medalha II Congresso de Saúde dos Açores
- Logotipo — CAIPAC — FIL — Lisboa
- Colectiva — 90 Anos Pintura Portuguesa — Galeria S. Bento — Lisboa
- Medalhas — BRISA Auto-Estrada da Costado Estoril/A5 e Auto-Estrada Lisboa-Porto/A1
- Medalhas e Troféu Administração Portos de Sesimbra e Setúbal
- Medalha Banda dos Bombeiros Voluntários de Colares — 100 Anos
- Colectiva Medalha Portuguesa Contemporânea — Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
- Serigrafia e Múltiplos em prata — Centro Português de Serigrafia — Lisboa
- Serigrafias — Galeria Ara — Lisboa
- Individual (Pintura e Escultura) — Galeria Artela
- Serigrafia e Pintura para a Caixa de Crédito Agrícola, comemorativa dos 80 Anos
- Exposição Europália — 12 Medalhas — Namur, Bruxelas e Dendermonde, Bélgica
- Exposição de Arte Portuguesa Contemporânea — Casino Estoril — Lisboa
- 1992** — Escultura Bronze 3m para o novo edifício sede da Companhia Portuguesa Rádio Marconi — Lisboa
- Colectiva — Pintura, Escultura e Fotografia — Galeria Conde de Redondo
- Exposição British Museum — FIDEM Medalhas, Londres —
- Monumento de Homenagem ao Dr. Francisco Sá Carneiro, Câmara Municipal de Oeiras
- Individual — (Egomeórias, Des. Pint. e Escultura — Biblioteca Nacional — Lisboa
- 1993** — Individual — Egomeórias — Galeria Árvore — Porto
- Individual — Egomeórias — Cine Teatro Florbela Espanca — Vila Viçosa
- Azulejo — Centro de Arte Portuguesa de Tóquio

CINEMA: De 1975 a 1977 realização e montagem de duas séries de televisão para a RTP Espaço Visual e Espaço Arte, (18 filmes de 30 minutos)

BIBLIOGRAFIA

Jornais, desde 1955

Entrevistas e notícias recentes: Revista “Artista” N.º 4 e 6. Jornal de letras “JL” 22/Jan/88 (Suplemento 674); 14/Nov/89; 12/Jan/90. O Jornal Ilustrado (Suplemento de “O Jornal”). Correio da Manhã 15/Abr/90. RTP e RDP.

Revistas: Revista "Artista", n.º 4, 1989. Fundação Calouste Gulbenkian - Colóquio Artes, n.º 561 (1.ª Série, Dezembro de 69); n.º 55 (2.ª Série, Dezembro de 82). Arquitectura, Lisboa, n.º 108, 109 e 151. Domus Itália, n.º 523. L'Art Vivant. n.º 38. Artitudes Internacional, n.º 5 e 15/17. Revista Artes Plásticas, n.º 1 e 9-1990. Revista Clube do Colecionador. Revista Artes e Leilões n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6...

Livros: Dicionário de Pintura e Escultura Portuguesa, Dr. Fernando Pamplona. Arteguia-89. Dicionário de Arte Portuguesa Contemporânea, Michel Tannock. Betão Aparente em Portugal - Edição ATI Cimento. "Situação da Arte" - Publicações Europa-América, Março 1968. Dicionário-Enciclopédia Luso Portuguesa de Cultura - Edição.

Textos para Catálogos: Alexandre O'Neil; António Valdemar; Eng.º Carlos Carvalho; Dr.ª Cecília Eiró; Dr. David Mourão Ferreira; Espiga; Dr. Fernando Pamplona; Herberto Hélder; Dr. Joaquim Matos Chaves; Jorge Guimarães; Dr. Pestana Vasconcellos; Serafim Ferreira.

Catálogos: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa e Paris. Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa. Museu de Évora. Bienal Luso-Ibérica, Câmara Municipal de Campo Maior. Representação Portuguesa à XII Bienal de São Paulo, 1973, Brasil. Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Brasil. 8.ª Exposição Jovem Arte Contemporânea, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 1974, Brasil. French Window. Congresso "Viver na Cidade" - LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Lisboa e de todas as exposições referidas nestas notas biográficas.

Representado em: CAM - Centro de Arte Moderna - Fundação Calouste Gulbenkian, Museu de Arte Contemporânea, Lisboa. Museu de Desenho, Estremoz. Museu de Évora. Museu de Arte Contemporânea Diogo Gonçalves, Portimão. Coleções particulares e oficiais em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Brasil e Estados Unidos da América...

MONÓLOGO DE MAIO DE 1990

(Resumo de uma entrevista)

O infinito espera-nos, e a cultura sendo informação, está no percurso deste nosso espaço de vida terrena.

Excedentes de matéria fugida à quântica, singularidade ou não, o que é facto é que existimos e pensamos e interrogamo-nos porque existimos? E o que somos? E para onde vamos? Mesmo afirmando "o futuro é sempre hoje".

O ser humano é um animal cósmico que quer ser no todo, um poema, o impossível possível.

Eu... sou um caos organizado, da matéria cósmica pratico a alquimia de transformar em outras morfologias o acto de ser, em auto análise, descodificando e codificando, criando e recriando.

Vivo o fascínio da minha memória das marcas, dos sinais, das pedras gravadas ou pintadas, numa gruta da pré-história, como um livro sobre a quântica ou modelos de universos ou de uma notícia do lançamento do telescópio orbital em espaço; eu sou essa vertigem de ver a matéria metamorfosar-se num novo cosmos ou uma deusa ou um cavalo ou num ponto, para de novo recomeçar numa linha, numa teia geométrica, num outro caos organizado, no recriar da fantasmagoria das cores e das metamorfoses.

As matérias são transformáveis as tecnologias fascinam-me... na tridimensionalidade condense os universos, na bidimensionalidade abro novos universos, no eterno fascínio de ver a matéria metamorfosar-se num novo cosmos ou uma deusa ou um cavalo ou num ponto, para de novo recomeçar numa linha, numa teia geométrica, num outro caos organizado, no recriar da fantasmagoria das cores e das metamorfoses.

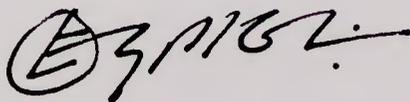
Desde a minha infância que tenho o fascínio pelos mapas, as viagens sempre me apaixonaram; e como encomenda, em 1965/66 fiz uma pintura sobre os Lusíadas e tive a grande decisão de pintar "mapas"; mapas de tudo; mapas de memória; os que mais me fascinam, são os da "memória futura", são os mais fantásticos. Lembro o encanto que a leitura dos Lusíadas, me deu na minha adolescência. Tudo isto e o imenso sentido de descoberta, de conhecer a desconhecida vida na arquitectura do universo, pois as minhas leituras diárias são sobre biologia e cosmologia.

Creio que tudo será maravilhosamente diferente num futuro próximo. A força da nossa mente para lá nos encaminha.

A geometria... está em nós, nos nossos gestos, na nossa mente, na arquitectura do universo, a geometria é um dos pilares do universo, tanto no microcosmos como no macrocosmos, e também um pilar da minha obra...

Em 1969 como resultante de vários diálogos, o Mestre Almada Negreiros disse-me: "...NUNCA DESISTA..."

Nesse ano de 1969, há 21 anos, deliberadamente iniciei um estudo de geometria; há um ano que descobri a construção que procurava; talvez em breve a torne pública.

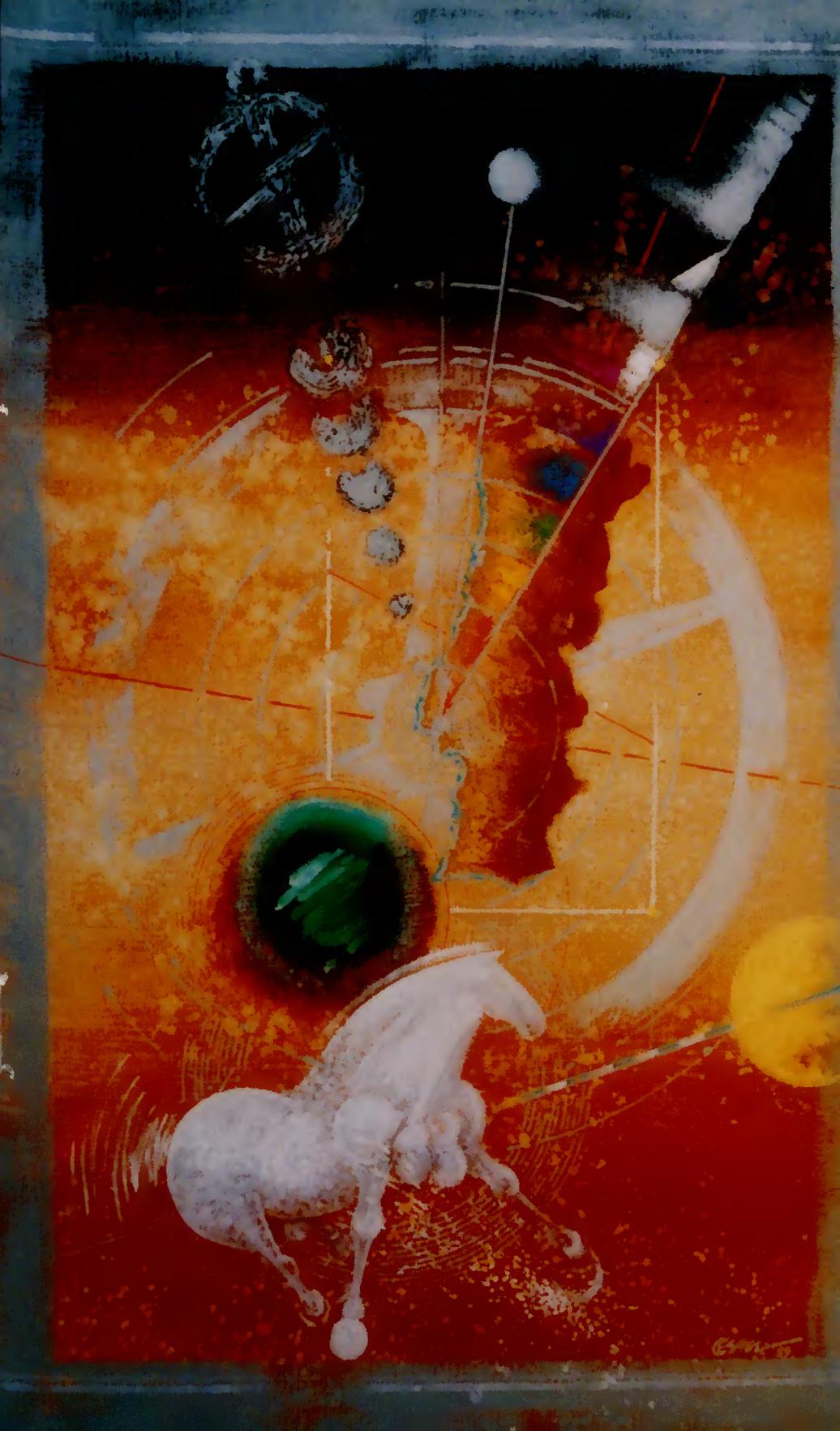


Na pág. seg. Título — "*Pegaso e a Dama*"
Tecn. — Desenho s/ Papel
Dim. — 0.50x0.35 m. aprox.
Data — 1985/87



W. H. R. 27

Na pág. seg. Título — "*Mapa da Memória do Sonho Quinhentista do Cavalo Lusitano*"
Tecn. — Pintura Acrílica sobre Tela
Dim. — 1.20x0.74 m.
Data — 1989



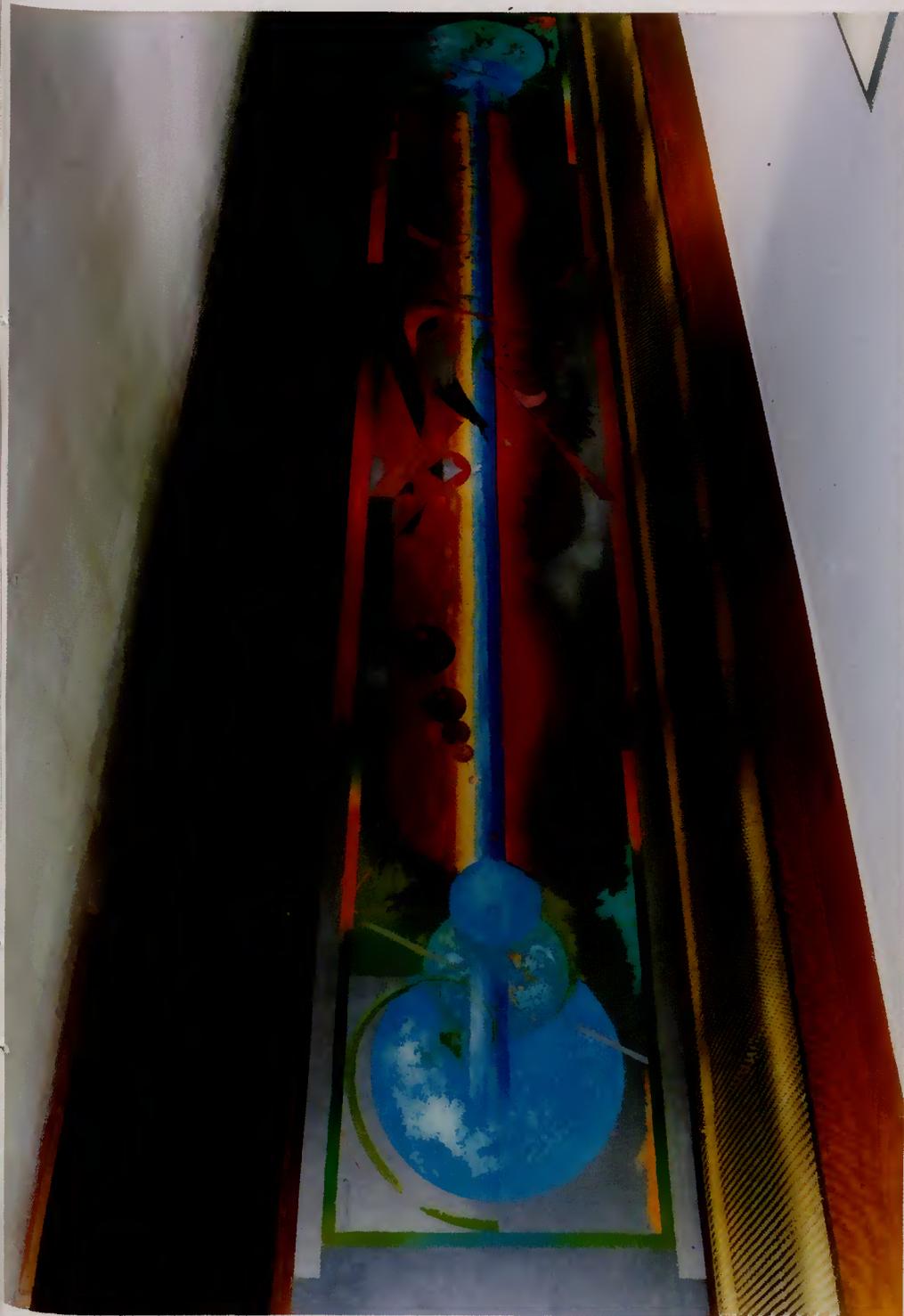
Na pág. seg. Título — "*Vetiginosa Gravidez*"
Tecn. — Bronze
Dim. — 0.22x0.15x0.21 m.
Data — 1981



Na pág. seg. Título — "A Vida e as Células"
Localiz. — Hospital Distrital de Abrantes
Tecn. — Alumínio fundido - sobre mural em pedra
Dim. — 2.00x8.00 m.
Data — 1980/81



Na pág. seg. Título — "*O Mar e as Pescas*"
Localiz. — Instituto de Investigação e Pescas - Pedrouços - Algés - Lisboa
Tecn. — Mural - Pintura em tela
Dim. — 1.40x10 m.
Data — 1982



Na pág. seg. Título — "*Mapa da Memória Inicial*"
Localiz. — Nova Sede da C.P.R.M. Rádio Marconi - Lisboa
Tecn. — Bronze
Dim. — 3.50x3.00x1.20 m.
Data — 1991/92



Vestígios do Alentejo Na Poesia de Florbela Espanca

*Olívio Caeiro**

O regionalismo é o foco preferencial da incidência temática e motívica na poesia popular. O poeta rústico empenha-se com frequência na defesa e na exaltação da sua região natal, com o louvor das gentes e dos costumes, a celebração das datas festivas em que todos convivem, os encantos peculiares da paisagem envolvente, o fascínio de certas actividades, como a pesca ou a caça, o trilhar dos caminhos para a fonte, para o moinho ou para as actividades agrícolas sazonais. E então aí surgem como instrumentos da expressão poética os elementos animais e vegetais mais típicos do ambiente, desde os insectos à multidão dos rebanhos, desde o perfil das árvores frondosas ao perfume e ao colorido das flores silvestres.

Também alguns vultos célebres da poesia se inspiraram por vezes nessa veia da canção popular, procurando imitá-la na sua espontânea ingenuidade. O fenómeno é particularmente significativo na Alemanha de entre os sécs. XVIII e XIX, quando uma onda de exaltação nacionalista e a inspiração na filosofia de Rousseau impelem os intelectuais para um retorno às origens da raça e ao povo anónimo como seu mais legítimo representante. Trata-se, porém, de situações esporádicas na História literária, que não conseguem traduzir em permanência a essencialidade da inspiração poética. No fundo, o poeta culto propende no sentido dum afastamento da realidade trivial e busca no refúgio da imaginação, na fuga ao mundo objectivo, uma forma superior de expressão para as frustrações e os anseios do seu mundo íntimo.

Já no domínio da prosa narrativa o fenómeno é diverso. O ficcionista, por mais que a fantasia o seduza, tem em mente a representação duma realidade credível, um quadro que não pode de todo afastar-se do mundo que conhecemos e em que nos sentimos integrados. Mesmo nas correntes da produção romântica, o autor não pretende situar-nos no domínio do impossível; quem hesitará, por exemplo, em reconhecer o seu próprio universo na leitura das **Vlagens na minha terra**, do romântico Garrett? É uma visão que afinal resulta tão real como o quadro rústico dos **Contos da Montanha**, do realista Miguel Torga. A expressão lírica, porém, conforme já acentuámos, tende no poeta erudito a situar-se para além do universo envolvente.

* Professor jubilado da Faculdade de Letras de Lisboa.

Vêm estas reflexões a propósito da presença da região do Alentejo - uma realidade objectiva, com a qual podemos privar no quotidiano - na poesia dessa artista superior da enunciação poética que é Florbela Espanca. Sobre o tema já se debruçaram alguns estudiosos, como Guido Batteli, Victor Santos e Domingos Maurício. Aqui vimos trazer também a nossa achega pessoal.

Florbela viveu no Alentejo apenas na fase da infância e juventude. A princípio em Vila Viçosa, sua terra natal, donde na adolescência se transfere para Évora, a fim de completar os estudos liceais; transitoriamente habitou também no Redondo e aos 22 anos de idade abandona em definitivo a região de origem, para se ir fixar em Lisboa, no Porto, em Esmoriz e finalmente em Matosinhos, onde veio a falecer por suicídio no dia em que completava 36 anos. Cabe portanto ajuizar, como dissemos, sobre a presença do Alentejo na sua poesia: em que medida a paisagem alentejana, a ambiência física e o comportamento humano, o tipismo da natureza e dos costumes, possam de algum modo ter inspirado a produção lírica desta poetiza cedo afastada do seu Alentejo e voltada sobretudo para a paixão amorosa.

No contexto da sua vasta obra lírica de quase trezentas composições (e muito se terá extraviado ao longo duma vida inconstante), apenas oito poemas têm como tema concreto o Alentejo. Começamos por evocar um deles, que ainda tão expressivamente traduz, neste ano de 1992, o tormento das gentes alentejanas, flageladas por mais uma estiagem demolidora:

Árvores do Alentejo

Horas mortas... Curvada aos pés do Monte
A planície é um brasido... e, torturadas,
As árvores sangrentas, revoltadas,
Gritam a Deus a bênção duma fonte!

E quando, manhã alta, o sol posponte
A oiro a giesta, a arder, pelas estradas,
Esfíngicas, recortam desgrenhadas
Os trágicos perfis no horizonte!

Árvores! Corações, almas que choram,
Almas iguais à minha, almas que imploram
Em vão remédio para tanta mágoa!

Árvores! Não choreis! Olhai e vede:
- Também ando a gritar, morta de sede,
Pedindo a Deus a minha gota de água!

Temos, na verdade, em foco uma situação que bem traduz a ambiência alentejana. E contudo, não é esse o objectivo último do poema nem o seu motivo propulsor; no fundo, o que desencadeia esta expansão lírica é, como aliás em toda a poesia da autora, o seu íntimo descontentamento, a impossibilidade de realização nos limites do mundo objectivo. O Alentejo figura apenas como instrumento mediato.

Uma situação paralela vamos achá-la no soneto intitulado "Alentejano", concebido ainda em Vila Viçosa e que passamos a transcrever. Há nele, de facto, um quadro sugestivo do meio ambiente, no perfil da paisagem e das figuras populares, mas também aqui está subjacente a subordinação desses elementos a mais um lamento sobre o amor frustrado:



Deu agora meio-dia; o sol é quente
Beijando a urze triste dos outeiros.
Nas ravinas do monte andam ceifeiros,
Na faina, alegres, desde o sol nascente.

Cantam as raparigas meigamente.
Brilham os olhos negros, feiticeiros.
E há perfis delicados e trigueiros
Entre as altas espigas d'oiro ardente.

A terra prende aos dedos sensuais
A cabeleira loira dos trigais
Sob a benção dulcíssima dos céus.

Há gritos arrastados de cantigas...
E eu sou uma daquelas raparigas...
E tu passas e dizes: "Salve-os Deus"!

No soneto "Noites da minha terra", escrito quando vivia no Redondo (lá temos no v. 8 o que será uma vaga alusão à Serra de Ossa), só o título nos situa no Alentejo, pois todo o texto se concentra num noivado da Natureza, em profusão de lírios (flor atípica naquela paisagem), traduzindo afinal uma situação então premente na existência da poetiza - o anseio dum casamento:

Anda o luar espalhando fios de prata
Pelos campos fora... Lírios a flux
Lança o azul do céu... e a terra grata
Transforma em mil perfumes toda a luz!

As estrelas cadentes vão 'spalhando
Lírios brancos também... agora a terra
Parece noiva linda, que sonhando
Caminha prò altar, além na serra...

É meia noite agora. Tudo quieto
Na noite branda, dorme... Entreaberto
Vai esfolhando o lírio do luar

As alvas folhas, que cobrindo o céu,
E todo o mar e toda a terra, um véu
Branco, de noiva, lembra a palpitar!...

É certo que num outro soneto (a forma poética preferencial de Florbela), produzido na última fase da sua vida, aparece por excepção uma objectividade que incide deliberadamente sobre um trecho do Alentejo. "Minha terra" se intitula esta composição, que tem por alvo Vila Viçosa, e nela a autora recorre agora com decisão aos elementos característicos da paisagem ambiente - a planura, a luminosidade atmosférica e urbana, o afastamento da costa atlântica, o silêncio das horas de sesta - e tudo isto associado à evocação concreta dos tempos da juventude ali vividos. Mas esta excepção tem uma causa: trata-se dum poema, digamos, **por encomenda**, pois foi José Emídio Amaro quem sentiu a lacuna de poetiza tão ilustre não ter cantado a sua terra natal e com ela tanto insistiu nesse sentido. Assim nasceu a composição:

Ó minha terra na planície rasa,
Branca de sol e cal e de luar,
Minha terra que nunca viu o mar
Onde tenho o meu pão e a minha casa...

Minha terra das tardes sem uma asa,
Sem um bater de folha... a dormirar...

Meu anel de rubis a'flamejar,
Minha terra mourisca a arder em brasa!
Minha terra onde meu irmão nasceu...
Aonde a mãe que eu tive e que morreu,
Foi moça e loira, amou a foi amada...
Truz... truz... truz... Eu não tenho onde me acoite,
Sou um pobre de longe, é quase noite...
Terra, quero dormir, dá-me pousada!

Já radicada em definitivo no norte do País, foi numa deslocação ocasional à capital do seu distrito, onde decorreria uma fase da juventude e algumas das suas crises sentimentais, que surgiram os dois sonetos alusivos à cidade de Évora. Em ambos está patente o encanto pelo ambiente urbano, mas, mais uma vez, temos nestes elementos objectivos apenas o pretexto para a expansão lírica do que lhe vai na alma - a evocação das paixões de outrora, em tempos da frequência liceal:

Évora

Évora! Ruas ermas sob os céus
Cor de violetas roxas... Ruas frades
Pedindo em triste penitência a Deus
Que nos perdoe as miseráveis vaidades!
Tenho corrido em vão tantas cidades!
E só aqui recordo os beijos teus,
E só aqui eu sinto que são meus
Os sonhos que sonhei noutras idades!
Évora!... O teu olhar... o teu perfil...
Tua boca sinuosa, um mês de Abril
Que o coração no peito me alvorça!
... Em cada viela o vulto dum fantasma...
E a minha alma soturna escuta e pasma...
E sente-se passar **menina-e-moça**...

À janela de Garcia de Resende

Janela antiga sobre a rua plana...
Ilumina-a o luar com seu clarão...
Dantes, a descansar de luta insana,
Ful, talvez, flor no poético balcão...
Dantes! Da minha glória altiva e ufana,
Talvez... Quem sabe?... Tonto de ilusão,
Meu rude coração de alentejana
Me palpitasse ao luar nesse balcão...
Mística dona, em outras Primaveras,
Em refulgentes horas de outras eras,
Vi passar o cortejo ao sol doirado...
Bandeiras! Pagens! O pendão real!
E na tua mão, vermelha, triunfal,
Minha divisa: um coração chagado!...

A completar esta enumeração dos poemas de Florbela visando o Alentejo, cabe ainda a referência a duas composições datadas de 1916, na fase em que a sua presença se repartia entre o Redondo e Évora. A primeira, na extensão de 15 quadras, tem por título "Cemitérios", mas, conforme logo se deduz da estância de abertura, visa concretamente o cemitério de Vila Viçosa:

Cemitério da minha terra,
Paredes a branquejar;
Que bom será lá dormir
Um bom sonho sem sonhar!...

Depois imagina um diálogo entre as campas, em que as jovens ali sepultadas emitem o lamento das suas histórias de amores frustrados. E termina com a expressão deste anseio doloroso:

Invejo estes doces sonhos
Neste terreno funéreo.
Ai quem me dera dormir
No meu lindo cemitério!

O presságio cumpriu-se. Ao cabo de muitos anos de incerteza, o corpo da grande poetiza calipolense repousa finalmente no cemitério da sua terra natal.

Quanto ao segundo texto, que aqui invocamos a concluir a série, é ele afinal, no conjunto da obra poética de Florbela, o único em que o Eu lírico espontaneamente se oculta dos seus delírios passionais, para se entregar em exclusivo a uma contemplação objectiva da paisagem alentejana, no encanto dos seus elementos característicos. Tão belos e tão singulares, que escapam à capacidade da reprodução plástica:

O meu Alentejo

Meio-dia: O sol a prumo cai ardente,
Doirando tudo. Ondeiam nos trigos
D'oiro fulvo, de leve... docemente...
As papoilas sangrentas, sensuais...
Andam asas no ar; e raparigas,
Flores desabrochadas em canteiros,
Mostram por entre o oiro das espigas
Os perfis delicados e trigueiros...
Tudo é tranquilo, e casto, e sonhador...
Olhando esta paisagem que é uma tela
De Deus, eu penso então: Onde há pintor,
Onde há artista de saber profundo,
Que possa imaginar coisa mais bela,
Mais delicada e linda neste mundo?!

Florbela Espanca, por índole e por formação, é o arquétipo da poetiza culta. Isolada no meio calipolense, entrega-se desde a infância à expressão lírica (está coligido um poema que compôs aos 8 anos de idade) e à satisfação dum imenso anseio cultural através da leitura. Era o Dr. João do Couto Jardim quem lhe enviava para casa, por empréstimo, caixas cheias de livros da sua biblioteca, conforme ele próprio outrora nos referiu em conversas pessoais. E assim ela veio a atingir prematuramente o domínio dos clássicos portugueses, bem como da literatura francesa, logo que o conhecimento da língua lho permitiu. Vai pois desde início orientando a sua formação mental no sentido duma interpretação literária do mundo envolvente, estranha à perspectiva do homem comum, ao perfil da objectividade banal por que os outros se regem. O seu mundo situa-se mais além, no reino do sonho e da imaginação, e ela faz por traduzir essa outra realidade através do sortilégio da palavra. É natural, portanto, que a paisagem envolvente e as gentes que passam no quotidiano andem afastadas desse outro universo que é o da sua poesia.

Ao exprimir-se em prosa, ainda consegue descer ao concreto, como sucede no conto "O regresso do filho", em que o retrato rural assume uma feição realista, tanto no descritivo

como na acentuação dialectal que caracteriza o diálogo das personagens. Na lírica, porém, predomina a tonalidade neo-romântica, com o impulso onírico e o refúgio no mundo da quimera. Por isso a expressão intencional do Alentejo não passa ali duma postura apenas accidental, reduzida aos poemas que já apresentámos. E todavia, a alma alentejana permanece como um substrato ao longo da sua poesia, a manifestar-se numa melancolia típica do sul e no recurso a imagens e motivos que provêm do meio ambiente. É esta incidência que passamos a analisar.

Toda a lírica de Florbela está repassada da sensação duma íntima secura. Aí transparece a sua incapacidade de realização na existência, a busca mais além duma plenitude que a vida parece recusar-lhe. E essa sede de infinito manifesta-se, ao nível da linguagem poética, no recurso frequente à sequidão da paisagem alentejana. Já a vimos expressa como tema do soneto "Árvores do Alentejo", e noutros passos vamos detectá-la, embora de forma apenas acessória. Assim, no soneto "A tua porta há um pinheiro manso...", o Eu lírico identifica-se com a árvore e, através dum apelo doloroso na direcção do sonho, assim conclui o seu devaneio: "E à noite, a sua voz dolente e vaga / É o soluço da minha alma em chaga: / Raiz morta de sede sob a terra!". Ainda num outro soneto, composto, tal como o anterior, em terras do norte, e tendo por título "Aos bons amigos da Torre", regressa ao ardor alentejano com este remate: "E queira Deus e mais a Virgem Santa / Que passem o ano bem... mas que em Agosto / Sofram todos dos brônquios e garganta...". Em outras duas composições (por sinal, escritas em Vila Viçosa) repete-se o motivo. Sob o título "Que importa?...", temos o lamento duma paixão não correspondida e mais este desfecho sequioso:

Minh'alma, a pedra, transformou-se em fonte;
Como nascida em carinhoso monte
Toda ela é riso, e é frescura, e graça!

Nela refresca a boca um só instante...
Que importa?... Se o cansado viandante
Bebe em todas as fontes... quando passa?...

(Caberá aqui a interrogação se naquela referência à "pedra" não estará implícita a lembrança dos mármoreos da sua região natal...). Quanto à outra composição de Vila Viçosa, vale a pena aqui transcrevê-la, pois a par da mesma noção subjacente de secura, temos o impacto directo da paisagem envolvente:

Esflnge

Sou filha da charneca erma e selvagem.
Os giestais, por entre os rosmaninhos,
Abrindo os olhos d'oiro, plos caminhos,
Desta minh'alma ardente são a imagem.

Emballo em mim um sonho vão, miragem:
Que tu e eu, em beijos e carinhos,
Eu a Charneca e tu o Sol, sozinhos,
Fôssemos um pedaço da paisagem!

E à noite, à hora doce da ansiedade .
Ouvirla da boca do luar
O **De Profundis** triste da saudade...

E à tua espera, enquanto o mundo dorme,
Ficaria, olhos quietos, a cismar...
Esflnge olhando a planície enorme...

Ainda em dois outros sonetos (ambos já da fase de afastamento em relação ao Alentejo) permanece a mesma sede de água e de afecto. Recordamos um deles, que ficou integrado na colectânea "Charneca em Flor" e onde podemos também detectar outros elementos do meio campestre:

Rústica

Ser a moça mais linda do povoado,
Pisar, sempre contente, o mesmo trilho,
Ver descer sobre o ninho aconchegado
A bênção do Senhor em cada filho.

Um vestido de chita bem lavado,
Cheirando a alfazema e a tomilho...
- Com o luar matar a sede ao gado,
Dar às pombas o sol num grão de milho...

Ser pura como a água da cisterna,
Ter confiança numa vida eterna
Quando descer à "terra da verdade"...

Meu Deus, dai-me esta calma, esta pobreza!
Dou por elas meu trono de Princesa,
E todos os meus reinos de Ansiedade.

Em "Mistério", escrito dois meses antes da morte, temos uma invocação da chuva no contacto humano, a que não é estranha a mesma sensação sequiosa, finalmente satisfeita na imolação que constitui o remate:

Gosto de ti, ó chuva, nos beirados,
Dizendo coisas que ninguém entendeu!
Da tua cantilena se desprende
Um sonho de magia e de pecados.

Dos teus pálidos dedos delicados
Uma alada canção palpita e ascende,
Frases que a nossa boca não aprende,
Murmúrios por caminhos desolados.

Pelo meu rosto branco, sempre frio,
Fazes passar o lúgubre arrepio
Das sensações estranhas, dolorosas...

Talvez um dia entenda o teu mistério...
Quando, inerte, na paz do cemitério,
O meu corpo matar a fome às rosas!

Com boa vontade, ainda seria possível apontar mais alguns exemplos dispersos da presença alentejana na obra da poetiza, mas, pelas situações já invocadas, é forçoso concluir que a sua existência trágica em muito contribuiu para a afastar da contemplação da região natal. Os elementos da Natureza acabam por dissolver-se em parte no conspecto global dum sofrimento íntimo que a tudo se sobrepõe. Surgem elementos expressivos inteiramente alheios ao Alentejo, como seja o mar, em que por vezes insiste, e até a neve. Mesmo as flores que tão ternamente invoca - os cravos, as violetas, os crisântemos, as papoilas, a roseira brava - não são propriamente exclusivas da região; também no norte elas faziam parte do seu mundo objectivo. E até a promessa implícita no título "Charneca em flor", que parecia constituir um regresso à inspiração dos verdes anos, também aí se fica pela intenção, pois, salvo algum poema de facto inspirado na sua "charneca", como é o caso que já abordámos de "Árvores do Alentejo", a presença do Alentejo ali se fica pelos vestígios.

De qualquer modo, bem pode esta província orgulhar-se da sua grande poetiza, quer pelo lugar que de justiça ocupa no quadro da poesia portuguesa, quer pelo seu perfil de pioneira, numa época em que à mulher não cabia ainda lugar de relevo na criação literária.

Nota:

A propósito, aqui deixamos expresso um voto de louvor pela acção vasta e competente de Rui Guedes na compilação da obra de Florbela, agora disponível numa bela edição de 8 vols. (ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa 1985-86).

Tríptico da Seca Planície

*Orlando Neves**

1.

No fogo são os campos o ardil, maré
do pranto iluminado que nos lugares
da sombra a pressentida morte ateia.
O vazio das chamas escolhe todas as
inocências e, como leves arbustos, as
seca e emudece. Já só na palavra,
sobrevive o que se concentra no corpo
vivo dos homens ou no imenso espaço
onde adormece o assombro de se morrer.
Longínqua e imprecisa, a fractura da
mágoa, torna imemoráveis as fronteiras,
as brisas escassas, o grão transparente
nas corolas dos montes. Um sopro,
como de calma mansidão da luz, vem,
subtil, medir cada passo da morte,
nos pássaros verticais caindo da fome.
Já a terra se não ergue, eficaz, da
grande máquina invisível da memória.
Uma convulsa surpresa nas pausadas
pedras nuas, um fragor do fogo, entre
murmúrios de folhas e sílabas, é tudo
o que resta no ar sufocante, nas
pupilas vermelhas com que se espera
ainda o retorno dos ossos ao rumor
do corpo e as ignoradas águas.

2.

Diz como se extingue o doloroso trabalho das palavras.
Diz como principia o peso do pólen.

* Escritor, Poeta e Publicista.

Diz por onde se bebe a luz que debanda.
Diz a quem legas os dedos e a precária areia onde seca a boca.
Diz se na água permanece a tua sombra ou no sol a meio do céu.
Diz o que lamentam o novelo dos campos, a nascente do fogo,
o choro dos alaúdes.
Diz quando a tua pele perece.
E se, resíduo ou resto de um fresco linho, um corvo de pano
toma o teu lugar na rasa do vento.
E outra mão, outra garganta, dirão do abstracto corpo,
da inicial energia que te morre nas palavras.

3.

Procuras tarde e tão longe o teu corpo,
queimando a cor que não arde.
Nos espessos cabelos verdes com que sonhas os rios,
densa, a noite lamenta cada fenda nos teus ossos.
São as aves, como as águas, baixas, ao longo das margens.
Tenso, o voo do orvalho sobre a tua ruína.
E, altos e lentos,
procuras tarde e tão longe,
os sinais da memória
que já nada iluminam.

Nada es solo lo que es

*Luis Alfonso Limpo**

Las cosas. He ahí el punto de partida de la metafísica de Alberto Caeiro. "As cousas são o único sentido oculto das cousas", dejara escrito el maestro. Pero, puede en verdad un poeta ser consecuente con tal consigna? La esquizofrenia inherente al oficio de poeta (Pavesse), ser abierto a todas las tensiones, a la vida y a la muerte, a la realidad y al deseo, a Dios y al Diablo, la vivencia de la poesía como íntima escisión del ser, tema éste que aflora una y otra vez en la poesía portuguesa contemporánea, llega a su máximo punto - la despersonalización - con uno de sus máximos representantes. A Fernando Pessoa - pessoa = máscara -, debemos una nueva conciencia de nuestro hacer. Desde él sabemos que el sentimiento es algo ilícito para el poeta. " Sentir...? Sinta quem lê!" Pero mucho me temo que - animales simbólicos como somos - las cosas nunca pueden ser para nosotros simplemente, como quería su maestro Caeiro, "las cosas". Mucho me temo que los ríos no sean simplemente los ríos, sino también nuestras vidas que van a dar a la mar, que es el morir... Y la Realidad sea siempre para nosotros, hombres, una plenitud equívoca que espera de nosotros, poetas, ser nombrada en su totalidad.

Nada es solo lo que es

Nada es solo lo que es
para el ojo del poeta.
Todo tiene su mitad
invisible, su promesa.
Arbol, nube, mar - él mismo -:
cada presencia, una ausencia.
Equivoca plenitud,
Realidad, siempre incompleta,
esperando que te nombre
más allá de tu apariencia...!

* Bibliotecário Municipal de Olivença
Escritor. Poeta.

O soldadinho de chumbo

*Avelino de Sousa**

Na livraria Universo, sob as vistas de Elmano Sadino (Bocage), em uma tarde suave de Abril, modesto e grave, ele autografava o seu RETRATOS...

Na serena Callípole, no castro dionisino que a protege, pedimos-lhe que se fizesse seu soldado.

Em Março se alistou. Eis o seu compromisso.

(Apresentação de João Tavares)

Foi-se em tarde de chuva
para a guerra, tão distante!
A tarde ficou mais turva,
o céu fosco e a sua curva
perdeu-se com ele, errante.

A mãe ficou-lhe no cais
com o coração por um fio,
os olhos rasos demais,
a boca presa nos ais
por ver zarpar o navio.

Há já muito que abalou
o soldado - "inda tão jovem!" -
diz a ama, que o criou,
e contra quem o mandou
lança pragas que comovem.

Nas cartas que endereça
em troca das que lhe tornam,
costuma dizer que pensa
em voltar logo que possa:
não sabe quando retorna.

* Nasceu em Beja, 1963.

Publicou NOSTALGIA, Vega, 1988 (Prémio Revelação de Poesia) e RETRATOS APÓCRIFOS SEGUIDOS DE DOZE CANÇÕES, Átrio, 1991.

Colaborador da revista COLÓQUIO-LETRAS da Fundação Gulbenkian e de vários jornais de artes e letras.

Traz a espingarda nos braços
como quem criança embala;
o cantil fez-se em pedaços
e o jipe jaz, em estilhaços,
no fundo dalguma vala.

Some-se na selva fulva,
na tarde densa, brumosa.
Tem a esperança por viúva
e cai sobre ele uma chuva
suja e fina, pegajosa.

Uma bala, no seu dano,
força-o ao último tombo;
extraviada, nesse engano,
cumpriu o destino insano
do soldadinho de chumbo.

Fim de acto. Corre-se o pano!

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	3
<i>Francisco Chagas</i>	
PRIMEIRA PÁGINA	5
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
TEMPO DE HISTÓRIA	7
D. JAIME DE BRAGANÇA E A EPOPEIA DE AZAMOR	9
<i>Joaquim Chorão Lavaço</i>	
EVOCAÇÃO DA VIDA MISTERIOSA DE PÚBIA HORTÊNSIA DE CASTRO	21
<i>Joaquim Francisco Soeiro Torrinha</i>	
O TEATRO E O CINEMA EM VILA VIÇOSA	31
<i>Joaquim Saial</i>	
VESTÍGIOS DE UM PASSADO REMOTO	
FERNÃO DE SOUSA EM VILA VIÇOSA	35
<i>Beatrix Heintze</i>	
RAÍZES DA RESTAURAÇÃO	49
<i>João de Sousa da Câmara</i>	
AS ARTES COMO IMAGEM DO MUNDO NO AZULEJO DO SÉCULO XVIII	59
<i>Tânia Costa Tribe</i>	
O ARQUITECTO MANUEL DA COSTA NEGREIROS E A FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA CADEIA DE VILA VIÇOSA EM 1739	77
<i>José António Falcão</i>	
JOSÉ FRANCISCO DE ABREU	
MESTRE DE PEDRARIA DO BARROCO ALENTEJANO	91
<i>Túlio Espanca</i>	
DOIS DOCUMENTOS SOBRE A «GUERRA DE LOS NARANJOS»	95
<i>Jorge Oliveira</i>	
A CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826	
geradora de tensões sócio-políticas no Alto Alentejo	99
<i>Manuel Inácio Pestana</i>	
TEMPO DE ARTES & LETRAS	125
ESPIGA	129
<i>Notas Biográficas</i>	
MONÓLOGO DE MAIO DE 1990	133
<i>Espiga</i>	
VESTÍGIOS DO ALENTEJO NA POESIA DE FLORBELA ESPANCA	147
<i>Olívio Caeiro</i>	
TRÍPTICO DA SECA PLANÍCIE	155
<i>Orlando Neves</i>	
NADA ES SOLO LO QUE ES	157
<i>Luis Alfonso Limpo</i>	
O SOLDADINHO DE CHUMBO	159
<i>Avelino de Sousa</i>	

Câmara Municipal de Vila Viçosa

RELAÇÃO DE PUBLICAÇÕES MUNICIPAIS

— "MEMÓRIAS DE VILA VIÇOSA", de Padre Joaquim José da Rocha Espanca. 36 cadernos	200\$00/cada um
— Antologia de Poetas Alentejanos	200\$00
— Antologia de Poesia Popular Tradicional Alentejana	200\$00
— ADIVINHAÇÃO DO AZUL de José Jorge Letria - Prémio Literário "Florbela Espanca" - 1985	250\$00
— Comunicação dos 1.ºs Encontros de Poesia de Vila Viçosa 1.º Volume	200\$00
— Comunicação dos 1.ºs Encontros de Poesia de Vila Viçosa 2.º Volume	200\$00
— Separata das Comunicações dos 1.ºs Encontros de Poesia de Vila Viçosa, de Gabriel Mariano	100\$00
— Henrique Pousão - Comemorações do 1.º Centenário de morte do pintor Inácio Pestana	250\$00
— Movimento Demográfico da Matriz de Vila Viçosa, por Dr. Manuel Inácio Pestana	100\$00
— Poetas de Vila Viçosa — 1.ª colectânea	200\$00
— Regresso de Orfeu - da autoria do Dr. Orlando Neves - Prémio Literário Florbela Espanca - 1991	650\$00
— António de Oliveira Cadornega, Descrição de Vila Viçosa	370\$00
— Água Clara	370\$00
— Medalha Florbela Espanca	2 000\$00 + IVA
— Medalha Henrique Pousão	500\$00 + IVA
— Arquivos Históricos Municipais de Vila Viçosa - por Dr. Manuel Inácio Pestana - 1991	1 500\$00
— Estudo Sobre as Antas e seus Congéneres - por Padre Joaquim José da Rocha Espanca - publicado pelo Grupo de Amigos de Vila Viçosa	500\$00
— Callípole/Sonetos de José Emídio Amaro	200\$00
— Cantigas que eu cantei, do Tio Manuel Maurício	200\$00
— Forais de Vila Viçosa, por Dr. Manuel Inácio Pestana	200\$00



MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA